



Universidade Federal Fluminense

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

CÁSSIO RICARDO HIPÓLITO DA SILVA CAMPOS

**“ERA ASSIM QUE ERA FEITA A POLÍTICA”:
A COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DE ARARUAMA/RJ E AS DISPUTAS
POLÍTICAS MUNICIPAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

**NITERÓI
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**“ERA ASSIM QUE ERA FEITA A POLÍTICA”:
A COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DE ARARUAMA/RJ E AS DISPUTAS
POLÍTICAS MUNICIPAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

CÁSSIO RICARDO HIPÓLITO DA SILVA CAMPOS

Dissertação submetida ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Professora Doutora Janaina Martins Cordeiro.

**NITERÓI
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**“ERA ASSIM QUE ERA FEITA A POLÍTICA”:
A COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DE ARARUAMA/RJ E AS DISPUTAS
POLÍTICAS MUNICIPAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Américo Freire
Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil

Profa. Dra. Karla Carloni
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Lívia Gonçalves Magalhães (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (Suplente)
Universidade Federal de Juiz de Fora

**NITERÓI
2018**

AGRADECIMENTOS

Cheguei à cidade de Araruama no final dos anos 1990, não tendo a oportunidade de conhecer nenhum dos indivíduos que figuram na trama que me propus a analisar. Apesar de não ser, como se diz de maneira corriqueira no município, um “minhoca da terra”, me considero acolhido e interessado “pela gente e pelas coisas” desse lugar, e aqui tenho construído minha história. Por isso, obrigado a Araruama por ter me acolhido como seu filho. Espero que essa dissertação seja mais um elo entre mim e essa terra que tanto aprecio.

Um trabalho como esse não é feito em um número solo: penso que é mais parecido com um concerto a várias mãos. Muitas conversas informais com antigos moradores me ajudaram a buscar caminhos que não imaginava traçar até então: a todos esses “colaboradores anônimos”, eu gostaria de agradecer.

Obrigado à Professora Doutora Janaina Cordeiro pela condução sempre calma e segura durante essa pesquisa. Com você, muito aprendi e me inspirei. Saiba que tenho orgulho de tê-la como orientadora.

Obrigado aos Professores Doutores Américo Freire e Karla Carloni, pela disponibilidade e entusiasmo em participar da banca e pelas valiosas sugestões.

Obrigado à professora Juniele Rabêlo, por ter permitido assistir suas aulas como ouvinte e conhecer melhor a Universidade Federal Fluminense. Nunca esquecerei as suas dicas e conselhos.

Agradeço a paciência e apoio do meu pai, Ivan, minhas mães, Celita e Fátima, meus irmãos, Leandro e Cassiano. Desculpem por todas as horas em que estive ausente.

Obrigado a minha companheira, Kary Subieta, pelas conversas, pelas ideias, pelo consolo, pelo carinho, pelo incentivo e pela leitura atenta e crítica de todo material. Sem você, essa dissertação não seria possível.

Agradeço ainda àqueles que sempre estiveram interessados e solícitos em me ajudar a resolver questões que envolveram esse trabalho, em especial aos meus eternos professores Cláudia Farias e Rafael Peçanha, aos amigos historiadores Vinícius Leony e Daniel Lima, ao amigo e professor Joedson Almeida e a todos os meus alunos, que muito me incentivaram e procuraram animar durante essa trajetória. Vocês são demais!

CAMPOS, Cássio Ricardo Hipólito da Silva Campos. “Era assim que era feita a política”: a Comissão de Urbanização de Araruama/RJ e as disputas políticas municipais na primeira metade do século XX. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar determinadas relações político-familiares que ocorreram no município de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XX. Damos enfoque também aos desdobramentos políticos municipais que estiveram associados às atividades de um órgão criado durante o Estado Novo conhecido como Comissão de Urbanização de Araruama. Esta instituição prestou uma série de “serviços” neste município, provocando modificações na dinâmica administrativa e na vida política da cidade. Além disso, analisamos uma série de debates acerca da constitucionalidade desta Comissão, que articularam tanto a Câmara municipal quanto a assembleia legislativa fluminense durante o chamado Período Liberal Democrático.

Palavras-chave: Araruama, História contemporânea, História Regional, Política Fluminense.

ABSTRACT

The present research aims to analyze certain political-family relations that occurred in the municipality of Araruama, in the State of Rio de Janeiro, during the first half of the 20th century. We also focused on the municipal political developments that were associated with the activities of an organ created during the new state during the Estado Novo known as the Araruama urbanization commission. This institution provided a series of "services" in this municipality, causing changes in the administrative dynamics and political life of the city. In addition, we analyzed a series of debates about the constitutionality of this Commission, which articulated both the City Council and the legislature of Rio de Janeiro during the so-called Liberal Democratic Period.

Keywords: Araruama, Contemporary History, Regional History, Rio de Janeiro Politics.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C198e Campos, Cássio Ricardo Hipólito da Silva
Era assim que era feita a política: a Comissão de
Urbanização de Araruama/RJ e as disputas políticas
municipais na primeira metade do século XX / Cássio Ricardo
Hipólito da Silva Campos ; Janaina Martins Cordeiro,
orientadora. Niterói, 2018.
139 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

1. Araruama. 2. História contemporânea. 3. História
Regional. 4. Política Fluminense. 5. Produção intelectual.
I. Título II. Cordeiro, Janaina Martins, orientadora. III.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de Araruama em relação à cidade do Rio de Janeiro, à Região Metropolitana e à Região dos Lagos. <i>Municípios em Destaque</i> , 1992, p.05.....	13
Figura 02: Divisão administrativa de Araruama até o ano de 1995. <i>Araruama: no tempo das Histórias</i> , 1992, p. 15.....	15
Figura 03: Detalhe do prédio principal do Parque Hotel de Araruama na década de 1950. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.....	20
Figura 04: Vista do Parque Hotel de Araruama na década de 1950. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.....	22
Figura 05: Coronel Chico da Barra e sua família. <i>Araruama: no tempo das Histórias</i> , 1992, p. 201.....	34
Figura 06: Antiga igreja matriz de Araruama. Essa foto foi feita algumas semanas antes do incêndio que a destruiu em 1945. <i>Revista da Semana</i> , 30 de Junho de 1945.....	50
Figura 07: Momento da inauguração das 40 casas populares com o presidente Dutra (ao centro), o prefeito Renato Vasconcelos ao seu lado esquerdo e o Governador Macedo Soares ao lado direito do presidente. Abaixo, detalhe do conjunto habitacional formado pelas casas populares de Araruama. <i>Jornal A Manhã</i> , 25 de julho de 1948.....	57
Figura 08: Da esquerda para a direita estão o Secretário Municipal de Cultura João Luiz Domingues Barbosa, o Vereador Joaquim Nunes e o Prefeito Altevir Barretto no lançamento do livro <i>Araruama: no tempo das Histórias</i> . <i>Municípios em Destaque</i> , 1992, p. 31.....	106
Figura 09: Nova sede da Prefeitura Municipal de Araruama. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.....	115
Figura 10: Prefeito Renato Vasconcelos em seu último mandato. <i>Municípios em Destaque</i> , 1988, p. 24.....	120
Figura 11: Antiga sede da Prefeitura Municipal de Araruama. Atualmente abriga a Casa de Cultura, o Centro de Memória Municipal e as Secretarias de Cultura e Educação. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.....	128

LISTA DE NOMES

Ana Cláudia Coutinho Viegas: doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Coordenadora do Centro de Memória Municipal de Araruama entre 1991 e 1993. Ajudou a promover durante o segundo mandato do Prefeito Altevir Barretto (1989-1993) o projeto “Levantamento e Preservação da Memória Cultural e Ambiental de Araruama”.

Afrânio Valadares: foi prefeito de Araruama entre 1973 e 1977. Foi apoiado por Altevir Barretto na sua campanha eleitoral, vindo este a ser seu Secretário Geral de governo.

Altevir Vieira Pinto Barretto: cirurgião-dentista e professor, foi prefeito de Araruama pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) entre 1977 e 1983 e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 1989 e 1993. Foi Secretário Geral de governo do prefeito Afrânio Valadares (1973-1977).

Antonino: apelido popular de Antônio Joaquim Alves Branco. Capitão da Guarda nacional e proprietário de vastas terras na cidade de Araruama, foi herdeiro político de Chico da Barra. Eleito vereador em todos os pleitos entre 1922 e 1930 (sendo neste último escolhido Presidente da Câmara) e prefeito do município em 1936. Antonino foi mantido Prefeito durante todo o Estado Novo (1937-1945) pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto, sendo deposto pouco depois do fim da ditadura de Vargas, em 1946. Posteriormente, Alves Branco ainda foi eleito no período Liberal-Democrático (1946-1964) mais duas vezes como Vereador pelo município de Araruama entre 1947-1950 e 1951-1954. Neste último mandato, exerceu a presidência da Câmara dos Vereadores.

Antônio Joaquim Alves Branco: ver Antonino.

Arino de Souza Matos: deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro entre 1947-1951 e deputado federal entre 1955-1959 sempre pela legenda do PSD. Foi aliado político de Hélio de Macedo Soares, exerceu a presidência da Assembleia Legislativa Fluminense no primeiro mandato como deputado.

Augusto Bragança: tenente da guarda nacional durante a Primeira República, foi adversário político de Chico da Barra e presidente da Câmara Municipal de Araruama (cargo equivalente ao de Prefeito) entre 1919-1921.

Bernardo Vasconcelos: Advogado, pai de João e Mário Vasconcelos. Integrou a Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro em 1892; foi eleito vereador por

Araruama entre 1910-1912. O Fórum de Araruama, concluído e inaugurado em 1973, recebeu o seu nome.

Chico da Barra: apelido popular do coronel da guarda nacional Francisco Alves da Silva. Foi importante chefe político e comerciante durante a Primeira República em Araruama. Exerceu a presidência da Câmara Municipal entre 1916-1918 (cargo equivalente ao de prefeito) e o cargo de Coletor Federal da cidade entre 1918 e 1930.

Francisco Alves da Silva: ver Chico da Barra.

Hélio de Macedo Soares: foi militar e engenheiro, ocupando em 1939 a Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro durante a interventoria de Ernani Amaral Peixoto. Ajudou a idealizar o Parque Hotel e foi presidente da Comissão de Urbanização de Araruama. Foi eleito deputado Estadual pelo Rio de Janeiro entre 1947-1951 e deputado federal entre 1951 e 1954, sempre pelo PSD. Irmão de Edmundo de Macedo Soares, governador do Rio de Janeiro entre 1947-1951.

João Luiz Domingues Barbosa: museólogo, foi Secretário Municipal de Cultura de Araruama entre 1991 e 1993. Promoveu durante o segundo mandato do Prefeito Altevir Barretto (1989-1993) o projeto “Levantamento e Preservação da Memória Cultural e Ambiental de Araruama”.

João Vasconcelos: médico, irmão de Mário Vasconcelos e tio de Renato e Rubens Vasconcelos Lessa. Foi duas vezes prefeito de Araruama entre 1924-1927 e 1955-1959. Também atuou como deputado estadual entre 1947 e 1951. Foi eleito pela legenda da UDN em todos os pleitos.

Mário Vasconcelos: advogado, irmão de João Vasconcelos e tio de Renato e Rubens Vasconcelos Lessa. Foi deputado estadual entre 1951 e 1954 pela legenda da UDN.

Renato Vasconcelos Lessa: médico, foi eleito prefeito municipal de Araruama por três vezes, entre os anos de 1947-1951 (UDN), 1967-1971 (ARENA) e 1983-1989 (PDS). Também foi vereador entre 1951-1954 (UDN).

Rubens Vasconcelos Lessa: Médico, foi nomeado prefeito de Araruama entre Outubro de 1946 e Março de 1947. Ocupou por diversas vezes a colocação de vereador no município, entre os anos de 1947-1950, 1955-1958, 1959-1962 e 1963-1966 (como presidente da Câmara Municipal).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	
RELAÇÕES POLITICO-FAMILIARES EM ARARUAMA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	27
1.1 Araruama no tempo dos coronéis.....	29
1.1.1 Chico da barra: o “coronel”.....	30
1.1.2 Os Vasconcelos.....	37
1.2 Acomodações das disputas políticas em Araruama durante a era Vargas (1930- 1945).....	41
1.2.1 Os Macedo Soares.....	46
1.3 Rearranjos das disputas políticas e polarização no pós 1945.....	51
CAPÍTULO 2	
“UM ÓRGÃO ESDRÚXULO”: A COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DE ARARUAMA NO PERÍODO LIBERAL DEMOCRÁTICO.....	60
2.1 Continuação na transformação?.....	61
2.2 Novos tempos, antigas práticas: disputas pelo poder municipal em Araruama.....	73
2.3 “Metido entre o poder estadual e o poder municipal: um órgão esdrúxulo”.....	81
CAPÍTULO 3	
A “POLÍTICA VIOLENTA” OU A “POLÍTICA CALMA”: REFORMULAÇÃO DAS MEMÓRIAS EM ARARUAMA.....	101
3.1 O “afastamento” das famílias tradicionais.....	107
3.2 Reconstruindo e “conciliando” memórias.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

“Araruama só nos dias de chuva entristecia, perdia as cores, mas quando o céu era azul, o verde de suas águas espelhava ao sol e uma vela branca de barco dava uma palpitação de vida, agitando as coisas inanimadas.”

José Lins do Rego (Água-mãe, 1941)

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar determinadas relações político-familiares que se constituíram no município de Araruama, no estado do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XX. Partes desses acontecimentos estiveram em certa medida associados às atividades de um órgão criado durante o Estado Novo conhecido como Comissão de Urbanização de Araruama. Esta instituição prestou uma série de “serviços” neste município, provocando modificações na dinâmica administrativa e na vida política da cidade. Além disso, uma série de debates acerca da constitucionalidade desta Comissão articularam tanto a Câmara municipal quanto a Assembleia Legislativa fluminense durante o chamado Período Liberal Democrático. Os atores envolvidos se posicionaram e construíram parte de suas carreiras políticas a partir das relações de proximidade ou afastamento ao legado deixado por este órgão, influenciando profundamente a história e os rumos tomados pelo município.

Acreditamos que para compreender o objeto de nossa análise se faz necessário abarcar primeiro o cenário principal onde esta trama se desenrolou: a cidade de Araruama. Este município está localizado no sudeste do estado do Rio de Janeiro, parte integrante das Baixadas litorâneas. Foi elevado à categoria de cidade em 22 de janeiro de 1890 pelo decreto estadual nº 40, com uma divisão administrativa em três distritos: Araruama (sede), Morro grande e São Vicente de Paulo ¹. É, geograficamente, o maior município da chamada Região do Lagos, com uma área de 638 km² e uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 124.940 habitantes no ano de 2016 ². A cidade limita-se ao sul pelo oceano Atlântico, ao norte pelos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, a leste pelos municípios de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, e a oeste pelos municípios de Rio Bonito e de Saquarema. A distância de Araruama para a cidade do Rio de Janeiro é de aproximadamente 115 km, e o acesso se dá atualmente pela Rodovia Federal BR-101 e a Estadual RJ-106 (também conhecida como Rodovia Amaral Peixoto).

Aspecto importante no cenário da Região, a Laguna Araruama permitiu a promoção de ciclos econômicos importantes no município que se apropriou do seu nome. Ligada ao Oceano Atlântico por uma pequena abertura no chamado Canal do Itajuru, em Cabo Frio, a Laguna Araruama é a maior massa de água hipersalina em estado permanente do mundo, com

¹ Essa divisão distrital durou até 1995. Atualmente, Araruama é composta por cinco distritos, a saber: Araruama, Morro grande, Praia Seca, São Vicente de Paulo e Iguabinha.

² <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3300209>. Acesso em 25/01/2017.

cerca de 220 km², margeando todos os municípios da região. Araruama detém o maior número de praias na Laguna, o que propiciou a produção de sal e extração de conchas no município, além de prover a cidade com pescado e, posteriormente, ser um dos principais motivos para o incentivo turístico e a prática de esportes náuticos em Araruama ³.

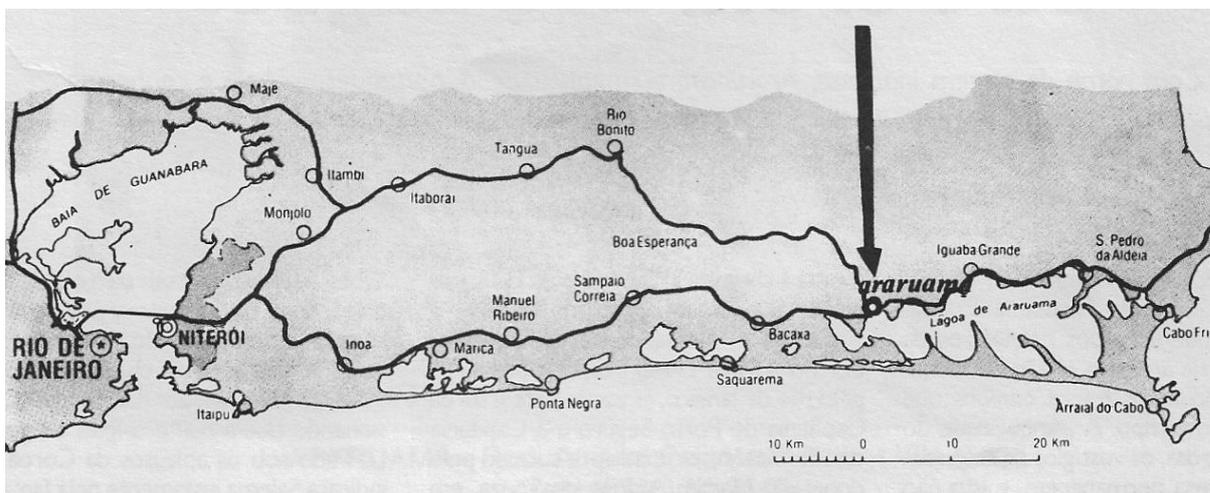


Figura 01: Mapa de Araruama em relação à cidade do Rio de Janeiro, à Região Metropolitana e à Região dos Lagos. *Municípios em Destaque*, 1992, p. 05.

Ainda no intuito de conhecer melhor o panorama onde se desenvolveu parte do nosso objeto de estudo, compreendemos que é necessário recorrer a alguns apontamentos sobre características que consideramos relevantes na cidade de Araruama durante parte da época abordada. Os dados estatísticos mais confiáveis que podemos ter acesso para a análise do período pretendido provêm do censo de 1940, considerado por Angela de Castro Gomes como o “primeiro censo ‘verdadeiro’ da história do País” ⁴. Segundo a autora, esse estudo seria o primeiro promovido pelo recém-criado IBGE, já durante o Estado Novo, diretamente subordinado à presidência da República. *A Sinopse Estatística do Município de Araruama*, publicada em 1948, faz parte de uma série de sínteses estatísticas feitas pelo IBGE, visando “contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional” ⁵. Esta sinopse

³ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1ª edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

⁴ GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 46.

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico de Brasil**. Rio de Janeiro, serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

– contendo “alguns resultados estatísticos” de 1945 e “os principais resultados censitários” de 1940 – indica que a cidade tinha no ano de 1945 uma área um pouco menor do que a atual, 546 km², e uma população estimada em 27.484 habitantes.

As principais culturas agrícolas temporárias em Araruama na década de 1940 eram o milho, feijão, mandioca e amendoim, além da laranja, como cultura permanente ⁶. Havia apenas 70 “veículos a motor” contra 52 “a força animada”, além de duas estações de trem, servidas pela Estrada de Ferro Maricá. Contabilizavam 171 ligações domiciliares à eletricidade e 164 prédios abastecidos com água na sede municipal. Não há registro de domicílios com esgotos sanitários. Em termos de comunicação, havia duas agências postais e uma agência postal-telegráfica. Existia apenas um hospital com 20 leitos e 03 postos de saúde para atender toda a população do município. Araruama carecia de agências de crédito, tais como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, bem como teatros, cinema ou bibliotecas públicas. Mesmo com 28 unidades escolares, havia apenas 2780 matrículas efetuadas, sendo que somente 1341 frequentavam efetivamente as aulas. Dados do censo demográfico de 1940 mostram que entre uma população de 25.049 pessoas, 15.912 não sabiam ler ou escrever (levando em consideração apenas pessoas com 05 anos ou mais de idade), totalizando aproximadamente 63,5% da população municipal.

As principais atividades e o respectivo número de munícipes de Araruama nelas envolvidos eram a agricultura, pecuária e silvicultura, 7407; atividades domésticas ou escolares, 6285; condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas, 1867; seguido de atividades com menor expressão numérica como comércio de mercadorias, 331; indústrias extrativas, 314; industriais de transformação, 238; serviços, atividades, 219; transportes e comunicações, 155; administração pública, justiça, ensino público, 77; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, 11, e defesa nacional, segurança pública, 03 munícipes. Em relação à distribuição dessa população, em 1940, a maior parte estava concentrada no primeiro distrito, sede da prefeitura e da câmara municipal, totalizando 10.265 pessoas, enquanto 6.906 habitavam o segundo distrito de Morro Grande e 7878 moravam em São Vicente de Paulo, o terceiro distrito. Quando dividimos a população entre zona rural e urbana, 2070 pessoas viviam em áreas consideradas urbanas ou suburbanas e, a esmagadora maioria, 22.979, habitava em localidades rurais, totalizando 91,7% da população.

⁶ Está sinopse estatística considerara apenas as produções apuradas pelo Serviço de estatística da Produção, do ministério da Agricultura.



Figura 02: Divisão administrativa de Araruama até o ano de 1995. *Araruama: no tempo das Histórias*, 1992, p. 15.

Podemos concluir, a partir dos dados oferecidos por essa sinopse estatística, que o município de Araruama na década de 1940 era uma localidade majoritariamente rural, com expressiva cifra de munícipes envolvidos com atividades tipicamente do campo. A população desta cidade apresentava um índice de analfabetismo alto se comparado com a média geral do estado do Rio de Janeiro, em torno de 47,9% ⁷, além de uma assistência médico-sanitário insuficiente, muito abaixo da média estadual ⁸. O número de ligações domiciliares de água e luz elétrica também são, respectivamente, 05 e 06 vezes menores do que média do estado do Rio de Janeiro, se cruzarmos a população com o número de ligações. ⁹

Pretendemos, com a exposição e análise desses dados, melhor compreender as condições e características deste município à época abordada para poder traçar, assim, o cenário onde as elites locais desenrolavam suas relações políticas e familiares, sua dinâmica,

⁷ Para fins comparativos, a Sinopse estatística de Araruama (1948) apresentava sempre um paralelo dos índices municipais com os totais do Estado do Rio de Janeiro. Segundo esse estudo, a população do estado no ano de 1940 era de 1.847.857, com um total de 885.969 indivíduos considerados analfabetos.

⁸ O Estado do Rio de Janeiro oferecia no ano de 1945 um total de 5794 leitos para uma população de 2.069.452, com uma média aproximada de 357 pessoas por leito, contra uma média aproximada de 1374 pessoas por leito em Araruama (IBGE, 1948).

⁹ A população do estado do Rio de Janeiro contava com 79.408 ligações domiciliares de luz elétrica e 61.338 ligações de abastecimento de água para abastecer uma população de 2.069.452 habitantes no ano de 1945 (IBGE, 1948)

não somente dentro do âmbito municipal, mas, também, articulada às instâncias estadual e federal.

Por fim, é fundamental compreender as motivações e o momento histórico em que foi criada a instituição que contribuiu de maneira decisiva para as ações e articulações dos atores políticos de nossa trama nas décadas de 1940 e 1950. Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado governador fluminense por Getúlio Vargas depois de o estado do Rio de Janeiro ter passado por diversos interventores desde a Revolução de 1930, o que contribuiu para a instabilidade política no período. Segundo Pantoja, o governo de Amaral Peixoto “conseguiu alcançar a estabilidade política necessária a formação de uma sólida organização política”¹⁰. O novo interventor tinha controle sobre os prefeitos dos municípios, podendo nomear ou destituí-los livremente. Além disso, as prefeituras estavam subordinadas aos chamados Departamentos das Municipalidades, instaladas junto aos governos estaduais. Estes órgãos serviam para dar assistência técnica às cidades de interior e, na prática, controlavam a vida econômica dos municípios¹¹.

Os Departamentos das municipalidades incorporaram funções específicas do campo do urbanismo e, juntamente com as Comissões de Planos – instituições vinculadas às administrações municipais, geralmente com a participação de cidadãos não vinculados ao serviço público ou integrantes de empresas subvencionadas pelo estado – ajudaram a instituir o urbanismo e o planejamento urbano no Brasil a partir da criação de uma burocracia técnica que atuava na estrutura do governo. Além de acompanhar os projetos de edificações, a implantação de obras públicas e elaborar planos de urbanização, os departamentos também definiram a vocação de diversas cidades brasileiras: industrial, instância mineral ou centro turístico. No caso do estado do Rio de Janeiro, os projetos de urbanização se dividiram em cidades que apresentassem potencialidades industriais ou turísticas¹². Nesse processo, Araruama foi um dos municípios fluminenses apontados como possíveis redutos turísticos.

A Comissão de Urbanização de Araruama foi um órgão implementado durante o Estado Novo pela interventoria de Ernani do Amaral Peixoto em terras fluminenses (1937-1945), tendo por objetivo realizar um plano de urbanização encomendado ao escritório

¹⁰ PANTOJA, Silvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense**: a política do interventor 1937-1945. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 04.

¹¹ Ibid.

¹² AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O Espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. REZENDE, Vera (org.). Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

técnico Coimbra Bueno no começo da década de 1940. O Plano de Urbanização de Araruama foi apresentado na Exposição de Urbanismo realizada no Museu de Belas Artes do estado do Rio de Janeiro em 1942, juntamente com alguns outros projetos desenvolvidos para cidades fluminenses, como Campos, Petrópolis, Cabo Frio e Atafona ¹³.

Criada pelo decreto-lei nº 668, de 28 de dezembro de 1942, a Comissão de Urbanização de Araruama teve sua sede na cidade de Niterói – então capital do estado. Segundo este documento, a Comissão era “composta pelo Secretário de Viação e Obras Públicas, como presidente, do Prefeito Municipal e de um Engenheiro designado pelo Chefe do Governo”. Dos membros anteriormente citados, apenas o engenheiro ¹⁴ receberia um salário ou gratificação. O Presidente deste órgão deveria também “expedir as instruções necessárias ao funcionamento da Comissão”, tais como admissão de pessoal, aquisição de materiais e as demais despesas. Era incumbência da Comissão “executar o plano de urbanização da cidade de Araruama mandado organizar pelo estado”; “demarcar os logradouros públicos do plano, providenciando sobre o alinhamento, calçamento e saneamento dos mesmos; aprovar os projetos de construção e fiscalizar-lhes a execução; estabelecer, com a aprovação do Chefe do Governo, condições gerais para a alienação e permuta de imóveis pertencentes ao estado e à municipalidade” ¹⁵. No artigo 5º deste mesmo decreto-lei, foi estabelecido de onde viriam os recursos para realizar as atividades da Comissão, sendo eles “as importâncias que forem postas à sua disposição pelo Governo do estado ou do Município; os donativos que lhe sejam feitos e quaisquer outros recursos provenientes de suas atividades; o produto de alienação de imóveis pertencentes ao estado ou à municipalidade; as quantias correspondentes a taxas de licenças para construções, de alinhamento e calçamento nos logradouros públicos que forem demarcados pela Comissão”. Por fim, em seu artigo 10, fica posto que “nenhum ato que, direta ou indiretamente, se relacione com a execução do plano urbanístico, deverá ser praticado pela administração municipal sem aquiescência da Comissão”. O Prefeito do Município ficava então, segundo letra deste decreto, subordinado ao Presidente da Comissão – que era o Secretário de Viação e Obras Públicas do estado – no que tangia às significativas transformações que seriam executadas na cidade de Araruama.

¹³ Revista da Semana, p.11, 22 de Agosto de 1942.

¹⁴ Durante todo o período em que existiu a Comissão de Urbanização de Araruama, apenas o engenheiro Oswaldo Campos ocupou este cargo no órgão. Atualmente há, no bairro Parque Hotel, um monumento com uma placa que o homenageia, com os dizeres: “Engenheiro Oswaldo Campos, urbanizador de Araruama”.

¹⁵ Decreto-lei nº 668, de 28 de dezembro de 1942.

Até a década de 1940, a única maneira de escoar a intensa produção de sal e outras mercadorias que abasteciam a capital fluminense vindas da Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro era através da Estrada de Ferro Maricá: “Todo o comércio de mercadorias e o transporte de passageiros era feito através da ferrovia”¹⁶. O interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto decidiu construir então uma rodovia que ligasse o município de Campos à capital do estado via o município de Itaboraí. Porém, durante uma das visitas à cidade de Araruama, o “Comandante”, como era conhecido no estado, foi persuadido pelo proeminente médico Oscar Clark¹⁷ a construir a nova estrada passando pelo litoral, cortando Araruama e sua cidade vizinha, Saquarema¹⁸. Desta maneira, não só a produção do interior do estado poderia ser escoada com maior facilidade, como o trânsito de pessoas e – conseqüentemente – o turismo seriam estimulados nesta região. É importante mencionar que Araruama não tinha uma ligação rodoviária direta com a capital antes da estrada Niterói-Campos (atual RJ 106, recebendo o nome de rodovia Amaral Peixoto na década de 1950). Era necessário ir até o município vizinho, Iguaba, para fazer o retorno e entrar na cidade.

No momento de confirmar o potencial das cidades que teriam seus planos de urbanização desenvolvidos, o famoso urbanista francês Alfred Agache¹⁹ prestava serviços de consultoria à firma Coimbra Bueno – escritório técnico contratado para desenvolver também os planos urbanísticos de diversas cidades brasileiras²⁰. Em julho de 1940, Agache foi levado a conhecer alguns municípios da Região dos Lagos fluminense pelo então Secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, Hélio de Macedo Soares²¹. Em Araruama, esta visita teve o intuito de fazer um reconhecimento do local, que deu origem a “um levantamento topográfico da cidade e o projeto urbanístico, que depois sofreu

¹⁶ MARGARIT, Eduardo. **O resgate da história de uma ferrovia nas escolas da Região do Lagos Fluminense**. 2009, p. 07. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2% 20 \(34\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2%20(34).pdf)>. Acesso em 22 abr. 2014.

¹⁷ Oscar Clark recém inaugurava neste período a primeira Escola-Hospital de Araruama, no dia 06 de Janeiro de 1939 (Ilustração Brasileira, abril de 1940). Esta instituição, batizada de Escola José Mendonça, trouxe novos conceitos médicos e pedagógicos para o desenvolvimento infantil. *O Imparcial*, 09 de Fevereiro de 1940.

¹⁸ INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Projeto inventário de Bens culturais imóveis. Desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado do Rio de Janeiro. Caminhos do Sal**. Rio de Janeiro, 2004.

¹⁹ Agache realizou um plano urbano para a cidade do Rio de Janeiro no fim dos anos 1920. Este plano, vulgarmente conhecido como “plano Agache”, foi publicado em 1930 com o título de *A Cidade do Rio de Janeiro: Extensão-Remodelação-Embelezamento*.

²⁰ Nos anos 1940, Agache ajudou a desenvolver planos urbanísticos para as cidades de Porto Alegre, Goiânia, Curitiba, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona, São João da Barra, Petrópolis, Vitória, São Paulo e Araxá.

²¹ *O Fluminense*, 07 de Julho de 1940.

modificações”²². Após algumas semanas, o decreto-lei número 125, de 03 de agosto de 1940, estabeleceu, assim, no estado do Rio de Janeiro, que a Secretaria de Viação e Obras Públicas estava autorizada a

“entrar em entendimento com as prefeituras de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro D’Aldeia, Cabo Frio, Angra dos Reis e São João da Barra, por intermédio do Departamento de Municipalidades, para organizar os planos de urbanização de suas sedes e vilas (...)”.²³

Poucos dias depois, foi anunciada a “autorização para pagamento da construção dum hotel de turismo em Araruama” pelo Interventor Federal no valor de 180 mil réis²⁴. Com a liberação da verba, era necessário escolher o local onde seria construído o Hotel. Em uma segunda visita, Alfred Agache acompanhou o diretor do departamento das municipalidades e o Secretário de Viação e Obras Públicas do Rio de Janeiro com tal intento²⁵. Decidido o local mais propício à edificação, o interventor fluminense adquiriu em nome do estado um grande lote de terras no 1º distrito de Araruama. Estes terrenos foram comprados de seu amigo e prefeito de Araruama, Antônio Joaquim Alves Branco, em lugar privilegiado, defronte à Laguna Araruama. Foi justamente no ponto mais alto deste terreno que a maior obra realizada na cidade pelo estado do Rio de Janeiro até então foi erguida: o Parque Hotel de Araruama.

O projeto, idealizado pelo Secretário de Viação e Obras públicas Hélio de Macedo Soares, tornar-se-ia um cassino-hotel²⁶, compondo um complexo hoteleiro batizado de *Parque Hotel de Araruama*. O Hotel, projetado em “estilo suíço”, contaria com “todo o conforto moderno, inclusive apartamentos, campos de tennis e golf, além de outros esportes”²⁷. Para Azevedo, o plano turístico empreendido pelo estado do Rio de Janeiro nesse período tinha como “principal sustentação estabelecer uma rede de hotéis-cassino”²⁸, o que reafirma o

²² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 155.

²³ Decreto-lei número 125, de 03 de agosto de 1940, artigo 1º.

²⁴ *O Imparcial*, 18 de Agosto de 1940.

²⁵ *Correio da Manhã*, 27 de Agosto de 1940.

²⁶ O Parque Hotel de Araruama teve curta atuação como Cassino, visto que o jogo foi proibido no Brasil durante o Governo do presidente Eurico Gaspar Dutra através do decreto-lei 9.215 de 30 de abril de 1946.

²⁷ *O Fluminense*, 15 de Agosto de 1940.

²⁸ AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O Espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. REZENDE, Vera (org.). Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

município de Araruama como importante cenário dentro do processo de desenvolvimento no interior fluminense proposto pelo Estado Novo.



Figura 03: Detalhe do prédio principal do Parque Hotel de Araruama na década de 1950. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.

A construção da rodovia ligando Niterói à Campos e do Hotel em Araruama aconteceu paralelamente à inauguração de um novo sistema de abastecimento de água na cidade²⁹, do fornecimento de energia elétrica, que foi melhorado, e de uma série de obras que começaram a ser executadas, como pontes, o alargamento da orla e, posteriormente, uma olaria. Acreditamos que a criação da Comissão de Urbanização de Araruama nesse período está ligada a um determinado tipo de projeto e de concepção de modernização, advindo justamente por conta da necessidade de gerir e pôr em prática a grande quantidade de obras previstas no plano de urbanização do município.

A nova rodovia e o Parque Hotel de Araruama foram inaugurados em 1943, com grande cobertura midiática. O hotel foi aberto ao público em 19 de agosto com a presença do Interventor Amaral Peixoto, de sua esposa Alzira Vargas, do Secretário de Viação e Obras públicas Macedo Soares e de várias autoridades³⁰, como o interventor do Rio Grande do Sul,

²⁹ *Correio da Manhã*, 09 de Abril de 1940.

³⁰ *A Noite*, 20 de Agosto de 1943.

General Cordeiro de Farias ³¹. Após essas inaugurações, foi criado o serviço de Viação Niterói-Araruama, com sete linhas de ônibus. O principal objetivo dessas linhas, mantidas e administradas pela já existente Comissão de Urbanização de Araruama, era o transporte de turistas e hóspedes para o Hotel de Araruama. Antes, apenas uma linha diária passava pela cidade.

Ainda em 1943, foi publicado no Diário Oficial do dia 3 de setembro um edital de venda de terrenos ao redor do Parque Hotel pela Comissão de Urbanização de Araruama ³². Além disso, a Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, em sua portaria n° 1, de 09 de janeiro de 1944, incorporou à Comissão o Serviço de Águas de Araruama ³³. Cabia também à Comissão de Urbanização de Araruama explorar o Parque Hotel, função que manteve até 1948, quando arrendou o hotel para a “Sociedade Comercial e Imobiliária Arcampo LTDA” ³⁴. Além de todas essas atribuições, este órgão também geria uma olaria e uma pedreira, concluiu diversas melhorias para a estrutura do Parque Hotel mesmo depois de sua inauguração, como suas escadarias frontais, uma praça e sete vilinos anexos ao hotel, quadras de basquetebol e de voleibol, jardins e mais de 25.000 metros de arruamentos ³⁵, além de ter feito levantamentos, demarcações e conservar o “patrimônio do Estadual” ³⁶. Apesar dos esforços empreendidos, muitas obras idealizadas pela Comissão e previstas no plano de Urbanização não puderam ser concretizadas naquele momento, visto a carestia e dificuldades geradas pela Segunda Guerra Mundial que estava em curso. Mesmo assim, segundo Azevedo, “em Araruama os investimentos do governo do estado foram substanciais, pois permitiram a aquisição do terreno para a construção do Park Hotel, a

³¹ O General Cordeiro de Farias havia sido convidado três dias antes a integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combater na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Amaral Peixoto admitiu ter conversado com Cordeiro de Farias no dia da inauguração do Parque Hotel de Araruama sobre os rumos do Brasil ao final da grande guerra que se desenrolava. Farias teria dito ao Comandante no pátio do hotel que “o general que vier da guerra será um sério candidato a presidente da República”. CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 208.

³² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

³³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1950**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1950, p. 315.

³⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1949.

³⁵ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 159.

³⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1949.

manutenção de uma equipe técnica comandada por um engenheiro e até a instalação de uma olaria para prover as obras”³⁷. As atribuições práticas da Comissão de Urbanização de Araruama variaram um pouco ao longo dos anos e regimes políticos, visto que sua extinção se daria apenas pela lei nº 4.708, de 28 de junho de 1961. A existência desse órgão marcou não somente aspectos urbanísticos do município, mas também suscitou debates que influenciaram a história política de Araruama e do estado do Rio de Janeiro durante todo o período abordado.



Figura 04: Vista do Parque Hotel de Araruama na década de 1950. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.

Pensamos estar contribuindo a partir dessa dissertação com um estudo regional de um período ainda pouco estudado pelos historiadores brasileiros, a saber, a experiência liberal-democrática (1946-1964)³⁸. Esse momento foi iniciado a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte politicamente soberana, eleita pela população. Os constituintes evitaram retornar ao modelo político excessivamente descentralizado da Primeira República, permitindo que o Executivo mantivesse as suas prerrogativas. O pluralismo partidário contrastava com a unicidade sindical, e a participação política por parte da sociedade brasileira foi ampliada com

³⁷ AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O Espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. REZENDE, Vera (org.). Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

³⁸ FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): Revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 147.

o acesso aos direitos políticos. Surgiram os partidos políticos nacionais, buscando a identificação com o eleitorado, “as eleições tornaram-se sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nos planos federal, estadual e municipal”³⁹.

Concordamos com Jorge Ferreira no sentido de sustentar a experiência liberal-democrática como um regime democrático, apesar do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter sido posto na ilegalidade durante o governo do Presidente Dutra, da proibição do Voto dos analfabetos e do controle dos sindicatos. Segundo Aarão Reis, a desqualificação da experiência liberal-democrática foi amplificada pelo golpe civil-militar que encerrou este período em março de 1964. As forças políticas que apoiaram o golpe teriam formulado imagens pejorativas sobre o período anterior, acusando-o de corrupto, demagogo e incompetente. O povo brasileiro teria sido manipulado, segundo tais juízos, por políticos inescrupulosos e “populistas”⁴⁰.

Utilizamos nessa dissertação diversas fontes. Dentre elas, diferentes jornais, revistas, anuários, mapas, telegramas, decretos e sinopses estatísticas e documentos oficiais da época abordada foram analisados. Para acesso a boa parte desse acervo, aproveitamos a Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional, que muito contribuiu para o rápido acesso aos periódicos. Os arquivos físicos visitados foram o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), o Centro de Memória Municipal de Araruama e a Biblioteca Pública Municipal Élio Vogas da Silva.

Para tratar da história do Município, foi de fundamental importância o livro *Apontamentos sobre Araruama*, publicado em 1998. Escrita por Sylvio Vasconcellos⁴¹ – atuante como advogado na cidade por mais de 40 anos – esta obra de grande fôlego sobre o município foi elaborada, segundo o autor, “sem qualquer pretensão, persuadido apenas de que pode conter elementos de algum interesse para a história de Araruama, suas coisas e gente”⁴².

Utilizamos a coluna do jornalista e pesquisador de história nascido em Araruama, Emmanuel de Macedo Soares, publicada no jornal *O Principal*, chamada *Araruamando*. Publicados entre os anos de 1997 e 1998, esses textos tinham o intuito de registrar passagens históricas da cidade de Araruama e alguns municípios vizinhos. Macedo Soares escreveu

³⁹ Ibid., p. 149.

⁴⁰ AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁴¹ Sylvio é o único integrante da família Vasconcelos que apresenta o sobrenome grafado com duas letras “l”.

⁴² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 05.

diversos livros sobre a História de Niterói e a política fluminense, trabalhando em jornais como *O Fluminense*, *O Globo* e o *Diário Carioca*.

Fizemos uso de três livros publicados pela Secretaria Municipal de Cultura de Araruama em 1992: *Araruama: no tempo das Histórias*, *Araruama: memória de mulheres* e *Araruama: panorama de uma Cidade*. As duas primeiras obras foram construídas a partir do depoimento de idosos que viveram a maior parte de suas vidas no município, utilizando, portanto, a história oral para confecção dessas fontes. O último livro constituiu uma compilação de dados sobre a cidade, dispersos em várias publicações e documentos oficiais.

Outro livro, mais especificamente sobre a política municipal, chamado *Todas as cores da política de Araruama*, foi utilizado para compreender a história do município. Apesar de não abordar exatamente as décadas que são o objeto de nossa pesquisa – a saber, os anos 1940 e 1950 – este trabalho, escrito pelo jornalista Léo Anelhe, entrevista atores que desempenharam atividade políticas ou conheceram aqueles que o fizeram no período de nosso interesse acadêmico.

Todos os materiais citados anteriormente ajudaram a compor e estruturar a presente dissertação, dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado **Relações político-familiares em Araruama durante a primeira metade do século XX**, procuramos compreender certas relações pessoais e familiares que culminaram em Araruama nas décadas de 1940 e 1950: suas implicações relativas à esfera de poder no município e dinâmica urbana local, em seus aspectos políticos, administrativos e sociais. Pretendemos abarcar a origem desses embates políticos, construídos através de disputas que remontam a períodos e a personagens anteriores a eles, o que nos permite também perceber a acomodação, a adaptação, as permanências e rupturas que geraram novos arranjos pessoais e familiares a partir de novas conjunturas políticas na primeira metade do século XX. Esses conflitos, desenhados a partir do começo do referido século, iriam se reconfigurar e atualizar durante a experiência liberal-democrática (1946-1964), mostrando as disputas travadas pelas antigas elites locais para manter o poder no município.

O segundo capítulo “**Um órgão esdrúxulo**”: **a Comissão de Urbanização de Araruama no período Liberal Democrático** trata das consequências da existência da instituição durante parte do período Liberal-Democrático para a dinâmica administrativa daquele município fluminense. Foram abordados os debates acerca da constitucionalidade desta Comissão, assim como as disputas e usos políticos do legado deixado por suas obras nas

eleições estaduais de 1950. Buscamos analisar as relações potencialmente conflituosas entre os poderes Legislativo e Executivo no âmbito estadual e municipal, a importância decisória das instâncias de poder local e regional, as alianças e coligações partidárias mais relevantes, além de uma reflexão sobre a democracia e como as dinâmicas locais refletiam e ajudam, dessa forma, a compreender problemas e questões que permeavam o regime democrático no período.

Ao longo do terceiro e último capítulo, intitulado de **A “política violenta” ou a “política calma”: reformulação das memórias em Araruama**, iremos analisar as tentativas de reformulação das memórias de Araruama durante a década de 1990. A partir da análise de fontes sobre esta cidade, produzidas localmente, percebemos que boa parte deste material havia sido produzido na referida década. Acreditamos que isso decorre de um projeto promovido pela prefeitura neste período chamado “Levantamento e Preservação da Memória Cultural e Ambiental de Araruama”, juntamente com a criação da Secretaria Municipal de Cultura da cidade e, posteriormente, do Centro da Memória Municipal de Araruama. Esse projeto, elaborado no período de redemocratização no Brasil, teria como intuito “resgatar e difundir as características culturais de Araruama”, numa tentativa de “conciliar” suas memórias. Esta seria uma tentativa de amenizar disputas políticas persistentes há décadas no município – que se encontrava agora em processo de rápida transformação e abertura política para os “de fora”, como eram chamados aqueles que não tinham raízes familiares na cidade.

Acreditamos estar contribuindo neste trabalho com uma perspectiva regional da política brasileira na primeira metade do século XX. Esperamos lançar luz sobre questões que envolvam uma pequena porção das relações políticas fluminense, ou como escreveu Barros, “examinar os microespaços” que abrigam “populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla”⁴³. Porém, procuramos sempre manter também a perspectiva no geral, ou seja, no cenário brasileiro. Pretendemos contribuir historiograficamente com a análise de teorias explicativas pensadas em termos de história nacional e perceber como elas se articulam com a história local e/ou regional do cenário por nós abordado.

Buscamos questionar se a cidade de Araruama era mero reflexo das grandes propostas políticas nacionais ou, se vez ou outra, rompeu com determinados padrões comuns no período. Perceber as continuidades e transformações que ocorreram na dinâmica de uma

⁴³ BARROS, José D'Assunção. "História, Região e Espacialidade". In: **Revista Brasileira de História Regional**. Vol.10, n°1. Ponta Grossa, UEPG, 2005.

cidade do interior fluminense – que pode ser considerada coadjuvante na história política do país –, partindo de grupos locais que disputaram o poder em Araruama durante distintos momentos da história brasileira, poderá revelar fatores nunca antes observados através dessa visão microscópica dos acontecimentos do período⁴⁴.

⁴⁴ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

1. RELAÇÕES POLITICO-FAMILIARES EM ARARUAMA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo é analisar determinadas relações pessoais e familiares e suas implicações relativas à esfera de poder no município de Araruama, bem como os impactos políticos, administrativos e sociais que tiveram para a dinâmica urbana local durante a primeira metade do século XX. Busca-se, desta forma, “partindo de experiências individuais, de pequenos grupos e localidades – miniaturas históricas”⁴⁵ –, articular constantemente essas relações com âmbitos mais amplos das ideias e das ações políticas, a saber, as esferas estadual e federal.

Para nossa análise escolhemos como grupos referenciais, mas, não únicos, duas famílias tradicionais no município de Araruama: os Macedo Soares e os Vasconcelos. Tal escolha se deu por conta de notáveis atividades políticas no Executivo e Legislativo municipal, estadual e federal, além de relevantes funções públicas – jurídicas e médicas – desenvolvidas no município por alguns dos integrantes destas famílias. Tal atuação junto à população local possibilitou a estes personagens disputar o poder político e a receber o reconhecimento popular como lideranças na cidade durante a primeira metade do século XX. Pensar as relações entre estas ações individuais/familiares e os munícipes faz parte de nossos esforços no sentido de desconstruir uma imagem monolítica e inerte da Cultura Política⁴⁶ no período abordado, entendida, segundo o paradigma culturalista, como uma abordagem dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder por um viés cultural⁴⁷. Essas práticas políticas, gestadas ainda no início do século passado, foram marcadas por fortes relações de clientelismo, adaptando-se às mudanças políticas que ocorreram no país neste período.

Para desenvolver o presente estudo, foram utilizadas obras escritas por sujeitos que viveram o cotidiano de Araruama, ligados diretamente às disputas pelo controle político do município: Emmanuel de Macedo Soares e Sylvio Lamas Vasconcellos. Esses indivíduos,

⁴⁵ WALTON, John K.. Aproximaciones a la historia de la vida cotidiana en Inglaterra, 1850-1940. In: **La historia de la vida cotidiana**. Madri, Ivis Castells, 1995, p. 16, tradução livre.

⁴⁶ Devemos considerar que a aproximação da História Política e da História Cultural gerou novas preocupações centrais, como a definição de Cultura Política. Bernstein admite que a Cultura política seria uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Para o autor, a Cultura política se compõe de uma base filosófica e doutrinal, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional, uma concepção ideal de sociedade e um discurso. BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: **Para uma nova História Cultural**. Organização: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. 1ª edição. Lisboa, Estampa, 1998, p. 350-351.

⁴⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: **Culturas Políticas na História: Novos estudos**. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

além de pertencerem às duas famílias cujas atuações no município serão analisadas, produziram e publicaram trabalhos que buscavam registrar e analisar os acontecimentos do período histórico aqui delimitado. Esses escritos podem nos oferecer relatos construídos a partir de projeções ou de identificação com o passado, podendo evidenciar a seleção de memórias pessoais e herdadas desses sujeitos que, apesar de não terem vivido diretamente no tempo aqui abordado, ajudaram com suas obras a forjar determinada memória sobre o município ou, ao menos, a memória do grupo ao qual sentiam pertencer ⁴⁸. Os textos produzidos por Emmanuel de Macedo Soares e Sylvio Vasconcellos ajudam a melhor compreender as referências e valores de cada um desses grupos, oferecendo “explicações/interpretações sobre o comportamento político dos atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades” ⁴⁹. Entendemos, portanto, que as ligações familiares desses autores com os dois lados das disputas pelo poder local em Araruama não invalidam, mas, sim, tornam mais rico o material por eles produzido como fonte de análise dos conflitos políticos no período.

Pretendemos nesse capítulo compreender a origem dos embates que afetaram a dinâmica política do município de Araruama durante a primeira metade do século passado, através de personagens pertencentes aos dois lados destas disputas familiares com significativa participação política na cidade. Foram selecionados neste processo, em vista de serem personagens importantes nas obras de Emmanuel de Macedo Soares e Sylvio Vasconcellos, além de estarem frequentemente nas memórias da população que viveu aquele período, os cidadãos João, Renato e Rubens Vasconcelos – todos estes exerceram a medicina, ocuparam cargos políticos e foram reconhecidos como líderes locais atuantes no município antes, durante e depois do nosso recorte cronológico. Também foram escolhidos os integrantes da família Macedo Soares, Hélio e Edmundo: ambos exerceram cargos públicos e políticos, além de terem raízes familiares em Araruama. Estes sujeitos, em diversos momentos, interferiram direta ou indiretamente na dinâmica do município. Essas famílias têm embates históricos no município, construídos através de disputas que remontam a períodos e a personagens anteriores a eles, o que nos permite também perceber os rearranjos pessoais e familiares a partir de novos contextos políticos na primeira metade do século XX.

⁴⁸ POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

⁴⁹ GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Organização: Martha Abreu, Rachel Soihet, Rebeca Gontijo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 47.

Na tentativa de conseguir alcançar nosso intento, precisamos compreender que cenários e quais disputas antecederam e estruturaram as condições para que o estado do Rio de Janeiro pudesse promover as primeiras ações no sentido de urbanizar o município na década de 1940, como a visita do urbanista Alfred Agache à Araruama, o início da construção do Parque Hotel e a inauguração das primeiras obras “modernizadoras”. Para compreender de maneira mais profunda as raízes das relações pessoais e clientelistas que se formaram, precisamos conhecer melhor não só o cenário em que os atores sociais tecem suas redes, mas também seus antecedentes e como a política estadual e nacional são percebidas e incorporadas à dinâmica local.

Para alcançar nosso intento, faz-se necessário apreciar o contexto histórico da Primeira República – momento em que se iniciaram determinadas lutas políticas em Araruama. Acreditamos que tais disputas são originadas neste período, sobrevivendo e se adaptando não só a Revolução de 1930, mas também ao pós 1945. Através da retomada dos embates locais pelo poder no município, poderemos traçar o início das relações que culminaram com as disputas entre os Macedo Soares e os Vasconcelos, herdadas de personagens que iniciaram, alimentaram e/ou se associaram às suas práticas políticas.

1.1 ARARUAMA NO TEMPO DOS CORONÉIS

A Primeira República brasileira teve, após um breve momento de centralização de poder chamado “República das espadas”, um modelo administrativo descentralizado, com a presidência “exercida, abertamente, como uma delegação de poder das principais oligarquias do país – organizadas em partidos estaduais de notáveis –, e não como uma encarnação da soberania do povo”⁵⁰. Este período, conhecido como “República Oligárquica”, foi caracterizado pelo maior poder atribuído às elites regionais, se estendendo da eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, em 1894, até a deposição de Washington Luís pela Revolução de 1930. Segundo historiografia tradicional sobre a Primeira República, no âmbito federal as oligarquias mais poderosas eram os cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais que, através da chamada “Política do café com leite”, se alternavam no maior cargo do poder executivo nacional. A preponderância das oligarquias paulista e mineira foi questionada

⁵⁰ GOMES. Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro** (1930-1964). Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 30.

pela historiadora Cláudia Viscardi, em trabalho pioneiro⁵¹. Para a autora, esta ideia de monopólio entre Minas Gerais e São Paulo seria originária de um discurso produzido *a posteriori* durante o período varguista com o intuito de desprestigiar a Primeira República, apontando o caráter nocivo do modelo federativo constituído neste período. A hipótese central de Viscardi é que o modelo político da Primeira República “teve sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de um fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva”⁵². Apesar da aliança entre os dois estados produtores ter sido real e de fato tivesse ocorrido revezamento entre eles nos final da Primeira República, havia uma

necessária aliança com os estados não produtores, aliada à luta constante por hegemonia, limitaram a ação dessas elites na defesa de interesses exclusivistas, garantindo ao Estado republicano a detenção de certa margem de autonomia, em se tratando dos interesses do café⁵³.

A partir desta perspectiva historiográfica, pode-se inferir que mesmo os estados que não eram principais produtores de café, como é o caso do Rio de Janeiro – onde figura a cidade de Araruama – tinham sua importância para a manutenção do arranjo político na Primeira República, tomando parte nos conflitos e rupturas internas do modelo político no período.

1.1.1 CHICO DA BARRA: O “CORONEL”

O próspero comerciante e proprietário de vastas terras, Francisco Alves da Silva, foi um dos mais poderosos chefes políticos em Araruama durante a Primeira República. Coronel da Guarda Nacional⁵⁴, “Chico da Barra⁵⁵” – como era conhecido – mantinha relações com importantes figuras políticas, como Nilo Peçanha, que o visitou na cidade em 1915. Nascido em Araruama em 1872, foi vereador pelo município entre 1916 e 1918, ocupando a

⁵¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias**: uma revisão da “Política do café com leite”. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

⁵² *Ibid.*, p. 22.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ A Guarda Nacional foi criada em 1831, durante o Período Regencial. Consistia em uma força militar brasileira, que foi gradualmente perdendo sua importância até ser desmobilizada em 1922.

⁵⁵ O Atual distrito de Praia Seca, em Araruama, era conhecido nessa época como “Barra”.

presidência da Câmara Municipal (cargo equivalente, à época, ao de prefeito) ⁵⁶. Depois, Francisco Alves da Silva virou Coletor Federal entre 1918 e 1930⁵⁷.

A figura do “coronel” neste contexto da história brasileira detinha não somente o poder econômico no município, mas também o político e social, muitas vezes exercendo o poder policial com a ajuda de empregados, capangas ou agregados. Geralmente um proprietário de terras em pequenas cidades do interior, o “coronel” era visto muitas vezes pelo homem do campo como uma figura importante a quem recorrer em momentos de dificuldade. Para Fausto, o coronelismo é uma variante de uma relação social que ocorre tanto no campo como na cidade – o clientelismo ⁵⁸. Em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, hoje clássico, Victor Nunes Leal pontua:

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece ⁵⁹.

Essa relação, que existia antes mesmo da República, resulta da desigualdade social, da impossibilidade de o cidadão efetivar o seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços essenciais do Estado. Essa conjuntura permitiu a concentração de poder nas mãos dos coronéis, que trocavam votos por todo tipo de assistência básica à população ⁶⁰.

Com o intuito de compreender melhor o nosso objeto de estudo, buscamos analisar algumas impressões dos munícipes sobre Chico da Barra e o período em questão. Para tanto, utilizamos textos disponíveis na Biblioteca Municipal e no Centro de Memória Municipal de Araruama. No começo dos anos 1990, foi criado o Centro da Memória de Araruama durante o governo do prefeito Altevair Vieira Pinto Barretto, “com a finalidade de levantar e preservar a memória do município” ⁶¹. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Cultura de Araruama

⁵⁶ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O clientelismo é uma relação política que consiste em dar vantagens a determinados indivíduos ou grupos de indivíduos em troca de votos. FAUSTO, Boris. A vida política. In: **Olhando para dentro** (1930-1964). Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013.

⁵⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 25.

⁶⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp, 1995.

⁶¹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 179.

promoveu uma série de entrevistas com antigos moradores da cidade, utilizando unicamente como critério de seleção dos entrevistados “estarem com mais de sessenta anos e terem vivido grande parte de suas vidas neste município”⁶². Este esforço resultou na publicação de algumas obras, construídas através de depoimentos orais – dois desses livros, chamados *Araruama: no tempo das Histórias* e *Araruama: memória de mulheres*, contêm relatos sobre o período e os atores contemplados em nosso recorte.

Entre os depoimentos contidos nestes livros, há o de Nicomedes Barbosa de Oliveira, nascido em Araruama. Ele concedeu sua entrevista em 18 de Abril de 1991, aos 80 anos. Chamou atenção para o fato de que o coronel Chico da Barra “era o mandão de Araruama. Nem ler sabia. Digo isso porque o pessoal falava”. Em relação à política municipal, Nicomedes relatou que

era no cabresto, eleitor de cabresto. Você tinha de votar no fulano de tal. Aquele que você não queria que vencesse, catava tudo aquilo, enrolava e botava fora, no saco. Ficava só o do fulano de tal, do beltrano de tal, senhor prefeito, senhor vereador, governador, quem fosse. Era assim que era feita a política⁶³.

O “voto de cabresto” e as fraudes eleitorais eram resultado da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do estado nos municípios brasileiros, da concentração agrária, de um sistema representativo superposto a uma estrutura econômica e social inadequada, gerando desigualdades que impediam os cidadãos a efetivarem seus direitos. Podemos entender que o coronelismo não esteve simplesmente restrito à política local, mas operou como um sistema, resultado de uma aliança entre o município, o estado e a união, conectando, assim, o coronel, o governador e o presidente em uma rede de colaboração e coerção exercida nacionalmente⁶⁴. Filho do ex-vereador Honorino Coutinho, Bráulio Coutinho foi entrevistado aos 73 anos no dia 26 de Julho de 1991. Morador do Distrito de Morro Grande, ele contou sobre as eleições:

Eu ainda me lembro – como é que se chamava? Tem um nome que dava, bico de pena, mas isso já há muito anos, eu era garotinho pequeno. Se fazia a

⁶² SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.13.

⁶³ *Ibid.*, p.35.

⁶⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

eleição, um camarada assinava pelo outro. Eu sei que era uma correria deles fazerem a eleição. Depois, a primeira eleição que eu me lembro, acho que foi em 1945, né? Depois de Getúlio Vargas (...) ⁶⁵.

Em outra entrevista concedida em 22 de Março de 1991, o cidadão Mário Cardoso, aos 88 anos, declarou ter sido comerciante e depois ter trabalhado no cartório de registro civil no distrito de Morro Grande. Também perguntado sobre a política da época, o entrevistado responde que

“a política foi muito agitada no passado. A política violenta... no dia da eleição dava briga, o eleitorado brigava. Vinha gente de fora acabar com a seção. O Cartório do meu pai – houve uma eleição em que invadiram o cartório, e ele saiu fora, pra não morrer. Trancavam portas, invadiram e essas coisas todas” ⁶⁶.

Quando perguntado se lembrava de quem estava disputando a eleição em que esta briga ocorreu, Mário afirma: “(...) Nesse tempo, era o Francisco Alves da Silva, Chico da Barra, que mandava na política dessa época” ⁶⁷. O neto de Chico da Barra, Francisco Geraldo da Silva ⁶⁸, recordou que

Vovô (...) era chefe político, como chamava na época. E não era apenas em Araruama, era regional, porque o Chico da Barra era conhecido de Saquarema a Cabo Frio, Arraial do Cabo. (...) Quando os chefes de Estado visitavam a região, era nessa casa que se hospedavam. E o Bispo, quando vinha aquela comitiva toda, se hospedava lá ⁶⁹.

⁶⁵ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.144.

⁶⁶ Ibid., p.106.

⁶⁷ Ibid., p.106.

⁶⁸ Entrevista concedida em 21 de março de 1991, juntamente com sua mãe, Lydia Alves da Silva Pinto, e sua tia Isabel Verena Alves da Silva.

⁶⁹ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.23.



Figura 05: Coronel Chico da Barra e sua família. *Araruama: no tempo das Histórias*, 1992, p. 201.

Apesar do Coronel Chico da Barra ser bastante lembrado como chefe local naquele período, há relatos de outros homens apontados por sua influência no município. Mesmo compartilhando a mesma prática política, o “Coronelismo”, existiam atores que ocupavam lugares distintos no espectro político. Neste sentido, é possível perceber tendências que apontam para outras lideranças que disputavam o poder na cidade durante a Primeira República. Clodomiro Soares de Souza, nascido em Araruama e conhecido popularmente como “Miro” Soares, foi vereador no município na década de 1940, filiado à UDN. Em entrevista concedida no dia 07 de Novembro de 1991, aos 91 anos, lembrou que, na época de Chico da Barra

havia dois chefes políticos, não havia partidos⁷⁰. Havia um chefiado por Francisco Alves da Silva, que tem aquela rua ali,⁷¹ que era coletor federal; e havia o partido dos Bragança, do falecido Augusto de Bragança, também. Eram homens de bem, todos os dois. Então havia rivalidade. Havia eleição.

⁷⁰ Diferentemente do que foi lembrado pelo entrevistado, haviam partidos políticos nesse período em Araruama. É possível que, pela preponderância do poder dos Coronéis, estes partidos tenham sido colocados em segundo plano na memória popular. Segundo relatos de moradores da cidade que viveram aquela época, haviam dois partidos em Araruama: o Progressista, de Chico da Barra, e o Radical, de Augusto Bragança. SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a.

⁷¹ Há atualmente uma rua no centro da Cidade de Araruama com o nome do Coronel Francisco Alves da Silva.

Nessa eleição, quem fazia a Câmara era quem governava o município, sabe?
Não havia prefeito nessa época ⁷².

Até a década de 1920, não existia a figura do prefeito em Araruama. O Poder Executivo do município era exercido pelo presidente da Câmara dos Vereadores. Em 15 de novembro de 1920, foi aprovada a reforma constitucional que deu nova feição à administração municipal com a lei nº1.670. O poder executivo passou a ser exercido por um prefeito cuja escolha e investidura seria regulada na lei orgânica municipal. Essa ⁷³ tornou eletivo o cargo de prefeito com mandatos de três anos para este e para os vereadores. Antes desta reforma, os dois presidentes da câmara foram o Coronel Chico da Barra (1916-1918) e, posteriormente, o seu supracitado adversário político e tenente da guarda nacional, Augusto Bragança (1919-1921). O araruamense Raymundo Gonçalves de Oliveira, então com 91 anos quando foi entrevistado ⁷⁴, recordou-se que “tinha dois partidos aqui: tinha o Partido Progressista – era de Chico da Barra (...); e tinha o Radical, que era do Augusto Bragança. Quase sempre, o Progressista ganhava, né? Em pouco tempo, aquilo também deteriorou-se” ⁷⁵.

Lydia Alves da Silva Pinto, filha do Coronel Francisco Alves da Silva, foi entrevistada no dia 21 de Março de 1991, aos 87 anos. Sobre o pai, ela lembrou que “depois acabou essa Guarda Nacional, mas ele ficou com esse título, de Coronel. Lá, todo mundo chamava de ‘Coronel’, não chamava mais ‘Chico da Barra’, era ‘Coronel’ Francisco Alves da Silva” ⁷⁶. Em relação à trajetória política do “Coronel”, ela afirmou que

ele (Chico da Barra) era presidente da Câmara. Ninguém ganhava na política, aqui. Quem ganhava era ele. Ele ganhava a política. Batia a eleição, nem precisava, não tinha esse negócio de estar de porta em porta, pedindo. Tinha os cabos eleitorais, em São Vicente, Morro Grande, Praia Seca, Ponte dos Leites, ali perto de Iguabinha, que pertence aqui. Ele não ia à casa de ninguém ⁷⁷.

⁷² SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.51-52.

⁷³ Lei orgânica nº1734, de 14 de novembro de 1921.

⁷⁴ Entrevista realizada em 08 de novembro de 1991.

⁷⁵ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.71.

⁷⁶ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.21.

⁷⁷ Ibid., p.30.

De acordo do Fausto, Para garantir o resultado das eleições, os políticos desse período utilizavam-se de várias práticas, como voto de cabresto, além de relações como o coronelismo e a chamada “Política dos Governadores” para se perpetuarem no poder ⁷⁸. A política dos governadores era um sistema no qual o Presidente apoiava politicamente os governadores dos estados e estes, por sua vez, retribuía angariando votos para eleger para o congresso candidatos de escolha do presidente. Para conseguir tal feito, os governadores precisavam fortalecer seus laços com as elites locais, de forma a garantir votos. Foi nesse momento que a figura do “Coronel” se fortaleceu nos municípios brasileiros. Elo entre a população local e o poder estadual, ele era, segundo Nunes Leal,

o elemento primário desse tipo de liderança, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras ⁷⁹.

Chico da Barra não mais concorreu a cargo político, pois foi nomeado Coletor Federal⁸⁰ em 1918, inviabilizando sua candidatura a cargos eletivos. Sobre a investidura do Coronel como coletor, Lydia relatou:

(...) ele se meteu na política, foi político muito querido aqui em Araruama e tudo, e ele viveu esse tempo todo assim e tinha muitos amigos políticos, um que era advogado, que morava lá em Icaraí. Então esse advogado disse: “o senhor tem tino administrativo incalculável. O Senhor poderia ser Coletor aqui de Araruama, apesar de o senhor não ter muita, ahn, instrução, mas o senhor poderia ser o Coletor aqui de Araruama”. Ele disse que aceitava ⁸¹.

Como legalmente o Coronel Francisco Alves não poderia mais exercer diretamente suas funções políticas no município por conta de seu novo cargo como Coletor Federal, foi necessário apoiar alguém que pudesse dar continuidade e manutenção ao seu legado. Segundo Leal, em alguns casos, durante a Primeira República,

⁷⁸ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

⁷⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 23.

⁸⁰ O Coletor Federal arrecadava os impostos federais nos municípios.

⁸¹ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.20.

o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município: os lugares-tenentes, que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou ⁸².

Depois de ter sua liderança consolidada em Araruama, e na impossibilidade de exercer oficialmente uma função de comando no município em decorrência de seu novo cargo – obtido através de prestígio político – Francisco Alves buscou conservar seu poder em Araruama através do apoio a novos chefes locais, que pudessem ser “tributários do chefe maior que se ausentou”. Dentre eles, o que viria a ter a vida política mais influente e duradoura na cidade foi Antônio Joaquim Alves Branco. Conhecido popularmente como Antonino, Alves Branco já tinha visto o pai, José Maria Alves Branco, ser vereador por Araruama entre 1910-12. Nascido no município em 1892, Capitão da guarda nacional e herdeiro de muitas terras na cidade, Antonino foi eleito diversas vezes para cargos políticos no município: foi eleito vereador em todos os pleitos entre 1922 e 1930 (sendo neste último escolhido Presidente da Câmara) ⁸³. Além de Antonino, Chico da Barra também apoiou um dos filhos como candidato a vereador: Antônio Francisco Alves da Silva venceu o pleito, assumindo mandato entre 1924-1927.

1.1.2 OS VASCONCELOS

A Família Vasconcelos foi uma das mais tradicionais de Araruama, com uma longa atuação na área jurídica e médica. Dentre os seus integrantes, o Doutor Bernardo Vasconcelos foi um dos mais antigos a ter influência política no município. Nascido em Araruama no ano de 1843, formou-se em direito em 1865, advogando e permanecendo em sua terra natal até

⁸² LEAL, op. cit., p. 22-23.

⁸³ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

sua morte em 1931. “Pertenceu ao Partido Conservador, do qual foi, na Assembleia provincial, um dos seus representantes (...). Proclamada a República, foi eleito deputado à Assembleia Legislativa, tendo figurado na 1º, 2º e 3º legislaturas”⁸⁴. Bernardo Vasconcelos integrou a Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro em 1892; foi eleito vereador por Araruama entre 1910-1912 (Mesmo período no qual o pai de Antonino, José Maria Alves Branco, também exerceu a vereança). O Fórum de Araruama, concluído e inaugurado em 1973, recebeu o seu nome em reconhecimento aos anos de dedicação à ciência jurídica⁸⁵.

Dois Filhos de Bernardo Vasconcelos tiveram grande militância política em Araruama. Mário e João Vasconcelos atuaram amplamente junto à população da cidade – muitas vezes disputando com seus adversários o poder em nível municipal e estadual. João Vasconcelos nasceu em Araruama em 1888. Formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914, retornando à cidade natal logo após sua formatura. Lá iniciou suas atividades profissionais, onde se destacou, segundo relatos de antigos moradores de Araruama, pelos serviços prestados à população carente deste município. Posteriormente, ingressou na política, se tornando uma das figuras de maior destaque na cidade⁸⁶. Bráulio Quintanilha de Bragança se recorda em depoimento no dia 12 de abril de 1991, aos 67 anos, quando perguntado sobre quem era o médico da cidade: “o que eu conheci, quando criança, era o Dr. João Vasconcelos (...). Ele era médico, foi prefeito, foi deputado. Mas como médico, ele não gostava de cobrar ninguém, exercia a medicina mais por puro sacerdócio, isso eu testemunhei”⁸⁷. Raymundo Gonçalves de Oliveira⁸⁸ afirmou que o “Dr. João (...) era um médico muito caridoso, muito amigo do povo (...). O Vasconcelos nunca se fez, morreu pobre, porque dava tudo de graça, né? Quem não podia pagar ele dava dinheiro pra comprar remédio”⁸⁹. “Miro” Soares se recordou que “a casa do Dr. João era um pronto-socorro, vivia cheia: não tinha hospital, todo mundo corria para lá. Você chegava lá, via vinte, trinta pessoas, atendendo de graça; um ou outro pagava, mas a maioria não pagava”⁹⁰.

⁸⁴ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 188.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.163.

⁸⁸ Raymundo Gonçalves de Oliveira tinha 91 anos à época em que foi entrevistado, em 08 de Novembro de 1991.

⁸⁹ SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.62 e 68.

⁹⁰ Ibid., p.58.

O primeiro cargo eletivo conquistado por João Vasconcelos foi a Prefeitura de Araruama entre os anos de 1924-27. Nesse período, Antônio Joaquim Alves branco exercia o mandato de vereador. Bráulio Soares Coutinho, 73 anos a época de sua entrevista ⁹¹, recordou que “Radical era o Partido do Dr. João, e o Progressista era de Chico da Barra, que eram adversários ⁹² (...)”. O “Doutor João” ainda seria eleito Deputado Estadual no período Liberal-Democrático (1946-1964) entre 1947-1950 e novamente Prefeito entre 1955-1959. Elias Manuel Joaquim⁹³, 72 anos, recorda que

Esses Vasconcelos é que mandavam na política aqui. Eles ficaram inimigos dos Alves Branco, mas tem uma coisa: nunca cobravam uma receita: “Doutor João...” “Olha aqui, neném...” “Quanto é?” “Não é nada...” Agora, se ele soubesse que votou contra ele, ah, meu filho, tava desgraçado. Exigiam voto! Não quero dizer que era um voto comprado, não. Isso eu sempre senti. E sempre fui adversário deles até eles morrerem. ⁹⁴

Leal chama nossa atenção para o fato de que

os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”. ⁹⁵

A partir da hipótese de Leal, podemos compreender a família Vasconcelos em Araruama a partir dessa ampliação das características de “mando local”, a saber: pessoas que por terem acesso à educação formal, especialmente às especialidades médicas e jurídicas, se lançavam diversas vezes à condição de chefes ou líderes locais. Para tanto, condicionavam seus serviços “gratuitos” para a população carente do município a apoio político a si ou a seus aliados.

Mário Vasconcelos era o outro filho do Doutor Bernardo Vasconcelos. Nascido em Araruama em 1886, bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e

⁹¹ Entrevista concedida em 26 de julho de 1991.

⁹² SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p. 144.

⁹³ Entrevista realizada em 11 de Julho de 1991.

⁹⁴ SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.185.

⁹⁵ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o sistema representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 21-22.

Sociais do Rio de Janeiro em 1909. Assim como o irmão mais moço, Mário retornou à cidade natal logo após a formatura, onde exerceu a profissão no município e adjacências. Participou da gestão do Presidente do Rio de Janeiro Feliciano Pires de Abreu Sodré (1923-1927) inicialmente como diretor de instrução pública (cargo que corresponde hoje ao de Secretário de Educação) e, depois como procurador-geral do Estado, continuando a ocupar esse cargo no governo de Manuel Duarte, também Presidente do Rio de Janeiro entre 1927 e 1930.

Em 1927, foi eleito para o cargo de Prefeito de Araruama o farmacêutico e Capitão da Guarda Nacional Luis Maria Lamas Rebelo, sogro de Mário Vasconcelos. O novo prefeito Lamas Rebelo era cunhado do primeiro Prefeito da Cidade, Plácido Vieira Marchon – que não chegou a tomar posse por conta da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923⁹⁶. Tanto Lamas Rebelo quanto Plácido Marchon eram portugueses e aliados familiar e politicamente dos Vasconcelos. Marchon foi diversas vezes vereador em Araruama e eleito novamente prefeito em 1929, sendo deposto pela Revolução de 1930⁹⁷.

Pudemos inferir que existiam, durante a Primeira República na cidade de Araruama, grupos que compartilhavam a mesma prática política: o “Coronelismo”. Apesar disso, aqueles se posicionaram em distintos espectros políticos, buscando garantir a sua hegemonia no mando local. Como veremos no próximo item, a mudança no cenário político nacional também modificou a dinâmica dessas oligarquias locais, mantendo, porém, determinadas relações sociais clientelistas.

⁹⁶ O pleito para a presidência do estado do Rio de Janeiro aconteceu em 09 de julho de 1922 com os candidatos Feliciano Sodré e Raul Fernandes. Realizadas as apurações, ambas as chapas alegaram fraudes na contagem de votos dos seus adversários e se declararam eleitos. O Presidente da República “Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado e entregou o Executivo fluminense a Aurelino Leal em 10 de janeiro de 1923. O interventor anulou as eleições e marcou outras para meses depois”. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbetes, Primeira República. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Feliciano.pdf>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

⁹⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

1.2 ACOMODAÇÕES DAS DISPUTAS POLÍTICAS EM ARARUAMA DURANTE A ERA VARGAS (1930-1945)

Com a Revolução de 1930⁹⁸, houve a deposição do Presidente Washington Luís e ascensão de Getúlio Vargas ao poder – a constituição foi suspensa e o congresso nacional dissolvido, assim como o foram os legislativos municipais e estaduais, sendo as municipalidades administradas por prefeitos nomeados⁹⁹. Foi criado neste momento o sistema de interventorias nos estados que, segundo Pantoja, “representavam um mecanismo de controle e de cunha do poder central em cada estado, criado para enfraquecer as antigas situações”¹⁰⁰. Para Souza, isso enfraquecia determinadas elites regionais “na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia ela sua permanência no controle do estado, mas sim ao seu beneplácito do Executivo federal”¹⁰¹. Neste contexto, o Coronel Chico da Barra foi exonerado do seu cargo de Coletor Federal. Segundo conta sua filha, Lydia,

(...) houve aquela confusão e tal, do Washington Luís. Washington Luís foi deposto, né? E entrou o Getúlio. Então disseram, mentiram, que ele estava negociando com o dinheiro do fisco. (...) Quando foi no outro dia, deu no Diário Oficial a exoneração dele¹⁰².

Ainda segundo Lydia, o Coronel recorreu da decisão através de um advogado, recuperando o cargo de Coletor. Porém, Chico da Barra foi transferido para o município de Itaperuna, localizado no noroeste fluminense. “Nessa época, ele já estava doente, porque levou um tombo na chácara e machucou muito os rins. (...) Chegou lá, ele piorou muito. Os médicos aconselharam que ele pedisse uma licença”¹⁰³.

⁹⁸ Há um debate historiográfico que problematizou o processo e o termo “Revolução de 1930”. Entre os principais historiadores que participaram desse debate estão Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, José Murilo de Carvalho e Boris Fausto.

⁹⁹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

¹⁰⁰ PANTOJA, Silvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor 1937-1945**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 02.

¹⁰¹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-ômega, 1983, p. 88.

¹⁰² SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.21.

¹⁰³ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.21.

Mário Vasconcelos retornou às suas atividades advocatícias com a Revolução de 1930. Foi diversas vezes conselheiro da Ordem dos advogados do Brasil na seção do estado do Rio de Janeiro, sendo seu representante no conselho federal. João Vasconcelos continuou a atuar como médico em Araruama, que, assim como outras cidades brasileiras, passou a ser administrado por prefeito nomeado. O indivíduo escolhido pelo Interventor Federal no estado do Rio de Janeiro, Plínio Casado, foi Mário dos Santos Alves. Nomeado em 12 de dezembro de 1930, Mário era filho do Coronel Abílio Alves de Sousa ¹⁰⁴, importante chefe político em Cabo Frio, município vizinho à Araruama. Este prefeito se manteve no cargo até 1936, realizando diversas obras no município ¹⁰⁵. Desta forma, podemos perceber que se alteravam as hierarquias políticas municipais, mas não se alterava a estrutura coronelista mais ampla.

Em 1934 o país foi constitucionalizado – elegeu-se Getúlio Vargas de maneira indireta para a Presidência da República. Nesse momento, segundo Diniz,

vem à tona a figura do chefe de um governo comprometido com um projeto liberal-democrático, respaldado pela Constituição de 1934, que, apesar de conter um capítulo de teor claramente intervencionista sobre a ordem econômica e social, consagrava os princípios liberais embutidos no movimento de 1930 ¹⁰⁶.

No estado do Rio de Janeiro, o Almirante Protógenes Guimarães também foi indiretamente eleito para o governo. Promulgada a Constituição Estadual em 22 de janeiro de 1936, foram realizadas eleições para as Câmaras Municipais restabelecidas e para as Prefeituras, sendo eleito diretamente para a Câmara Municipal de Araruama e escolhido como seu presidente, Pancrácio Alves da Silva, filho do Coronel Chico da Barra. Em 08 de agosto de 1936, deu-se a posse de Antônio Joaquim Alves Branco como Prefeito eleito da Cidade de Araruama ¹⁰⁷. O neto do Coronel Francisco Alves da Silva, Francisco Geraldo da Silva, participou da entrevista da mãe, Lydia, e se lembrou de que “Antonino foi eleito Prefeito. Acontece que Antonino, na época, era analfabeto”, e a mãe completou: “Mal assinava o nome”. O neto de Chico da Barra ainda ressaltou que Antonino foi eleito “com o apoio do

¹⁰⁴ Abílio Alves de Sousa foi Deputado Estadual por três vezes durante a Primeira República.

¹⁰⁵ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

¹⁰⁶ DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: **Repensando o Estado Novo**. Organização: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 23.

¹⁰⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

vovô”¹⁰⁸. Elias Manoel Joaquim¹⁰⁹, morador do Distrito de São Vicente, lembra que o Prefeito Alves Branco “foi um grande cidadão de Araruama, foi um homem íntegro, correto, honesto. Eu não sei qual é a ideia que o pessoal de lá (sede) tinha. Eu tinha essa imagem dele, e acho que era um homem íntegro”¹¹⁰.

Nilda Rodrigues Chaves, moradora do distrito de São Vicente de Paulo, lembra sobre a política da época: “Não era como hoje, não. Era mais calma, né? (...) Os adversários eram amigos, iam lá em casa conversar com papai. A campanha tinha que sair na casa dos eleitores, de casa em casa, a cavalo”. Nilda era filha de Acylino José Rodrigues, comerciante, agricultor e vereador no município. Quando perguntada sobre quem era o prefeito da cidade nesse período, ela responde: “Era o Antonino. Era o tempo de Getúlio. A única divergência que havia era dos Lessa com papai”¹¹¹ – é importante esclarecer que parte da família Vasconcelos em Araruama detinha também o Sobrenome Lessa, sendo usado um ou outro sobrenome, quando não os dois combinados. O neto de Coronel Francisco Alves da Silva, Francisco Geraldo, contou que “o adversário político de Chico da Barra era exatamente os Vasconcelos, João Vasconcelos e os seus descendentes”¹¹². Neste caso, como sucessor político de Chico da Barra, Antonino herdou não somente o prestígio, mas também a desavença com a família Vasconcelos. Segundo Bernstein¹¹³ e Motta¹¹⁴, as Culturas Políticas encontram na família um importante vetor social para a sua reprodução: “nada mais natural, quando lidamos com categoria que pressupõe que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos e/ou tradições”. As escolhas políticas estão condicionadas, em parte, aos valores defendidos pelo grupo e podem representar fidelidade aos pais¹¹⁵. Apesar de pertencerem a grupos adversários, tanto o herdeiro político do Coronel Chico da Barra quanto os “descendentes” de João Vasconcelos continuaram a compartilhar práticas políticas semelhantes as da Primeira República.

¹⁰⁸ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.30.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 11 de Julho de 1991, aos 72 anos.

¹¹⁰ SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.183.

¹¹¹ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Memória de mulheres**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

¹¹² Ibid., p.30.

¹¹³ BERNSTEIN, Serge. **A cultura Política**. In: Para uma nova História Cultural. Organização: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. 1ª edição. Lisboa, Estampa, 1998.

¹¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: Culturas Políticas na História: Novos estudos. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

¹¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: Culturas Políticas na História: Novos estudos. Belo Horizonte, Argumentum, 2009, p. 23.

Chico da Barra não chegou a poder desfrutar do prestígio político do seu sucessor. Doente, morreu na cidade de Niterói em 03 de janeiro de 1937, alguns meses antes de Getúlio Vargas desfechar o golpe que deu origem ao Estado Novo em 10 de novembro daquele ano. Segundo Capelato,

O Estado Novo definiu-se pelo autoritarismo, graças ao intenso controle político, social e cultura e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência (...). O período se caracterizou também pelas significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas ¹¹⁶.

Apesar da morte de Chico da Barra, o prestígio do Coronel e de seu herdeiro político conseguiu se adaptar bem aos novos rumos da política nacional, se mostrando bastante duradouro: Antonino foi mantido como Prefeito durante toda a ditadura varguista, sendo deposto pouco depois do fim do Estado Novo, em 1946. Posteriormente, Alves Branco ainda foi eleito no período Liberal-Democrático (1946-1964) mais duas vezes como Vereador pelo município de Araruama entre 1947-1950 e 1951-1954. Neste último mandato, exerceu a presidência da Câmara dos Vereadores ¹¹⁷.

Após o golpe que deu origem ao Estado Novo, foram abolidos os partidos políticos e o parlamento, não havendo mais eleições. O novo governo passou a intervir nos estados nomeando pessoas de confiança de Vargas: interventores assumiram o poder executivo guiados pela nova constituição ¹¹⁸. Segundo Souza, estes eram indivíduos com “escassa biografia política” que, embora nativos de seus estados, não detinham “raízes partidárias profundas” ¹¹⁹. Em 1937, poucos dias antes do Golpe do Estado Novo, o militar, engenheiro geográfico e ex-ajudante de ordens de Getúlio Vargas, Ernani do Amaral Peixoto, foi

¹¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 113.

¹¹⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

¹¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.116.

¹¹⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-ômega, 1983, p. 87-88.

escolhido para ser o interventor do estado do Rio de Janeiro. Interessado em manter suas próprias bases, Peixoto começou a estabelecer contatos pessoais com políticos locais através de constantes viagens ao interior fluminense. Procurando manter-se independente de qualquer corrente política, Peixoto manteve com esses líderes locais “uma política de cunho essencialmente clientelístico, baseada na concessão de favores e benesses”¹²⁰.

Dentre as tarefas dos interventores, cabia escolher se seriam mantidos ou não nos cargos os Prefeitos de seus estados. Sobre esse momento, Amaral Peixoto contou:

eu os submetia a uma verdadeira sabatina. Era um primeiro teste para saber se os manteria ou não. De alguns, tive boa impressão; eram principalmente homens rudes, homens do interior, mas atilados. Outros eram péssimos e não podiam permanecer nas prefeituras. Isso é que me foi dando base no estado. Eu não tinha nenhum objetivo político, apenas queria me preparar para poder governar¹²¹.

No caso da Prefeitura de Araruama, Amaral Peixoto deixou claro que mantinha relações pessoais com Antonino ao afirmar que “em Araruama, o Antonino Alves Branco, muito meu amigo, era o Prefeito”¹²². Segundo relato da filha de Chico da Barra, Lydia Alves da Silva, Antonino teria sido apoiado por Amaral Peixoto durante seu período como interventor. Em entrevista conjunta com o filho de Lydia, Francisco Geraldo da Silva, e outra filha do Coronel Francisco Alves, Isabel Verena Alves da Silva, a relação íntima entre Amaral Peixoto e o Prefeito mantido em Araruama foi lembrada. Francisco lembrou que “o Antonino foi nomeado. Na época, era interventor. No estado, era o Amaral Peixoto. Nos Municípios, o interventor é que nomeava. Então Antonino foi nomeado”. O entrevistador, João Luiz Domingues Barbosa¹²³, afirmou então, sobre Antonino, que “ele era muito ligado a Amaral Peixoto”. Nesse momento, Francisco perguntou: “Até morrer, né?”, tendo sua mãe, Lydia, respondido: “Ah, ele (Amaral Peixoto) dormia aí na casa dele (Antonino)”¹²⁴.

¹²⁰ PANTOJA, Silvia Regina. As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor 1937-1945. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 09.

¹²¹ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 156.

¹²² Ibid., p. 235.

¹²³ João Luiz Domingues Barbosa era nessa época o Secretário Municipal de Cultura de Araruama.

¹²⁴ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.30-31.

1.2.1 OS MACEDO SOARES

Os Macedo Soares foram uma das mais antigas e tradicionais famílias fluminenses. Diversos dos seus integrantes marcaram a vida política e cultural não só do estado do Rio de Janeiro, mas do país ¹²⁵. Um dos mais famosos integrantes foi Antônio Joaquim de Macedo Soares, conhecido como “conselheiro” Macedo Soares. Nascido na fazenda Bananal, Vila de Maricá, província do Rio de Janeiro, em 1838, bacharelou-se em Ciência Jurídicas e Sociais em 1861 na faculdade de São Paulo. Logo em seguida, advogou durante um ano na cidade de Araruama, onde posteriormente foi nomeado “Juiz Municipal e de órfãos dos termos reunidos de Saquarema e Araruama”, permanecendo no cargo até 1874. Durante este período, integrou diversas vezes a Câmara Municipal de Araruama, formulando em 1870 o seu Regimento Interno. Entre os anos de 1869 e 1872, Antônio Joaquim de Macedo Soares compôs a Câmara Municipal de Araruama juntamente com o patriarca da família Vasconcelos, o Advogado Bernardo Vasconcelos. Segundo Vasconcellos, Bernardo era “amigo íntimo” de Antônio Joaquim ¹²⁶. Macedo Soares casou-se em Araruama com sua prima, Teodora Álvares de Azevedo Macedo, uma das Filhas do Coronel Francisco Álvares de Azevedo Macedo, dono de vastas terras nos atuais municípios de Saquarema e Araruama. Com ela, teve duas filhas nascidas em Araruama. Uma delas, Elisa de Macedo Soares, casou-se com o Professor e Médico Sebastião Edmundo Mariano e Silva, Conhecido na cidade por Edmundo Silva ¹²⁷. Dessa união, nasceram Edmundo e Hélio de Macedo Soares. Antônio Joaquim chegou a

¹²⁵ Entre os Macedo Soares que desempenharam papéis relevantes na história do país, podemos citar Joaquim Mariano de Azevedo Soares, fazendeiro e expoente da aristocracia rural fluminense; o conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1892 a 1905; José Carlos de Macedo Soares, deputado à Constituinte de 1934, ministro das Relações Exteriores de 1934 a 1937 e de 1955 a 1958, ministro da Justiça em 1937 e interventor federal em São Paulo de 1945 a 1947; José Roberto de Macedo Soares, embaixador no Uruguai entre 1945 e 1951; José Cássio de Macedo Soares, deputado federal de 1935 a 1937; José Eduardo de Macedo Soares, dono do Jornal “O Diário Carioca”; Edmundo de Macedo Soares e Silva, ministro da Viação e Obras Públicas em 1946, governador do estado do Rio de Janeiro entre 1947 e 1951 e ministro da Indústria e Comércio em 1967; José Armando de Macedo Soares da Fonseca, deputado federal à Constituinte de 1946 e Hélio de Macedo Soares e Silva, deputado federal entre 1951 e 1955. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbetes-biográfico. SOARES, José Eduardo de Macedo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>>. Acesso em 27 de abril de 2017.

¹²⁶ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 250.

¹²⁷ O Colégio Estadual Edmundo Silva é um dos mais antigos de Araruama, fundado na década de 1950 em homenagem a este médico que atuou durante diversos anos na cidade.

ocupar diversos cargos até chegar, em 1892, já no regime republicano, a mais alta corte do país: tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal ¹²⁸.

Um dos netos de Antônio Joaquim, Hélio de Macedo Soares, foi militar e engenheiro, ocupando em 1939 a Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro durante a interventoria de Ernani Amaral Peixoto, que descreveu Hélio como “um homem brilhante, engenheiro notável, um dos homens mais inteligentes, mais cultos e de melhor caráter que conheci” ¹²⁹. Segundo Pantoja, a Hélio coube “fiscalizar os planos rodoviário e de eletrificação, itens mais arrojados do programa da interventoria” fluminense ¹³⁰. Durante sua gestão como Secretário, foi construída a Central Hidrelétrica de Macabu, ao norte do estado, além de ter se tornado membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1943. Segundo Vasconcellos, Hélio

muito beneficiou Araruama com a realização de melhoramentos em seus serviços de luz e água, a construção da estrada Niterói-Campos (Rodovia Amaral Peixoto) e a edificação do Parque Hotel. Também mandou projetar um “Plano de Urbanização de Araruama” ¹³¹.

De Fato, no ano seguinte a investidura de Hélio de Macedo Soares no cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas, muitos projetos começaram a ser desenvolvidos na cidade de Araruama. Uma das primeiras obras inauguradas foi o abastecimento de água do manancial da Serra do Palmital em abril de 1940. Estava presente no dia, além de Macedo Soares, o próprio Interventor Amaral Peixoto. Em Julho do mesmo ano, Hélio visitou Araruama com o urbanista francês Alfred Agache, com o intuito de traçar um plano urbanístico para a Cidade. Clodomiro Soares de Souza ¹³² lembrou que “foi feito o traçado de Araruama por um engenheiro, se não me engano francês. (...) O professor Agache foi quem traçou essas ruas todas de Araruama, mas não tinha vestígio nenhum” ¹³³.

¹²⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministros. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>> Acesso em 27 de abril de 2017

¹²⁹ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 159.

¹³⁰ PANTOJA, Silvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense**: a política do interventor 1937-1945. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 23.

¹³¹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 279-280.

¹³² Entrevista realizada em 07 de novembro de 1991, aos 91 anos.

¹³³ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.52-53.

A essa altura, os jornais já noticiavam os planos do estado em relação à Araruama. O Jornal *O Fluminense* anunciou que o projeto já estaria devidamente aprovado e o início das obras seria para breve ¹³⁴. O *Jornal do Brasil* informou que

O Governo do estado do Rio de Janeiro, segundo informações oficiais publicadas na imprensa, vai construir um hotel em Araruama, para que turistas e veranistas possam passar ali dias ou temporadas, admirando um dos mais curiosos e lindos pontos do território nacional ¹³⁵.

Para construção deste Hotel, chamado posteriormente de Parque Hotel de Araruama, era necessário também construir uma rodovia que ligasse a cidade à capital do estado, que naquela época era Niterói. As obras da rodovia foram iniciadas pouco antes do Hotel, estando o Secretário Hélio de Macedo Soares sempre atento e envolvido pessoalmente nesses projetos. Outras obras foram inauguradas no município, enquanto era desenvolvido seu Plano de Urbanização, finalizado apenas em 1942. Para executá-lo, foi criada em dezembro de 1942 a Comissão de Urbanização de Araruama, tendo como presidente o próprio Secretário de Viação e Obras Públicas. Hélio de Macedo Soares estaria agora incumbido oficialmente de promover a modernização urbana da cidade natal de sua mãe, local onde seu avô iniciou carreira jurídica, dentre outros diversos fatores que o ligavam ao município. Para Emmanuel de Macedo Soares,

Hélio (...) bem pode ser considerado o criador da moderna Araruama. (...) Trouxe-nos o turismo, a luz elétrica, o serviço de águas e a estrada de ligação com Campos e Niterói, implantou o plano de urbanização de Araruama (...), idealizou, projetou e executou o complexo turístico do Parque Hotel; e teria trazido para o município importantes indústrias, não fosse o colapso econômico provocado pela II Guerra Mundial ¹³⁶.

Nas lembranças do cidadão araruamense Elias Manoel Joaquim, então com 72 anos no momento em que foi entrevistado ¹³⁷,

ele (Antonino, Prefeito de Araruama) não tinha autoridade nenhuma, mas ele era muito ligado ao (...) Hélio de Macedo Soares e Silva. Chegou em

¹³⁴ *O Fluminense*, 07 de Julho de 1940.

¹³⁵ *Jornal do Brasil*, 09 de Julho de 1940.

¹³⁶ SOARES. Emmanuel de Macedo. **Araruamando**: Bonsucesso. O principal, Araruama, p. 4, 28 mar. 1998.

¹³⁷ Entrevista realizada em 12 de Julho de 1991.

Araruama, falou: “Ó Antonino, nós precisamos fazer, criar uma nova cidade aqui. Isso aqui, em Araruama, não tem nada. Chega aqui e faz a volta. Isso aqui de quem é?” Era a fazenda do Antonino. Pois olha: ele arranhou com Antonino pra vender a fazenda – era metade da cidade. Antonino vendeu a ele, mas foi lá pelo custo. Era um homem tão íntegro, vendeu a cidade de Araruama. (...) Então foi o General¹³⁸ que criou a cidade de Araruama. Fez aquele negócio de Parque Hotel...você precisam saber disso, hein?! Que Araruama não valia nada ¹³⁹.

A preponderância de Hélio de Macedo Soares na cidade de Araruama soa com relativo consenso entre os relatos sobre o período, que o apontam como figura que teria contribuído de maneira muito significativa para as rápidas transformações urbanas que ocorreram no município na década de 1940. De modo geral, podemos perceber nessas memórias que o Prefeito mantido no cargo, Antônio Joaquim Alves Branco, era compreendido como um homem simples e de pouca instrução formal, que agia como elo entre a população local e o governo estadual – sempre sendo lembradas as relações pessoais entre ele e o interventor Amaral Peixoto e o secretário de viação e obras públicas Hélio de Macedo Soares.

Apesar da impossibilidade de se candidatar a cargos políticos devido às condições em que se encontrava o Brasil, o Dr. João Vasconcelos parece não ter perdido prestígio frente à população da cidade de Araruama em plena vigência do Estado Novo. No ano de 1945, durante um grave incêndio que se abateu sobre a secular Igreja Matriz da cidade, João Vasconcelos teria desobedecido a ordem dos agentes policiais de se manter afastado das chamas. Sobre o episódio, “Miro” Soares ¹⁴⁰ lembrou que

Dr. João, muito católico, tentou entrar pra ver se salvava alguma coisa da igreja. Então tinha um delegado aqui, novo, que prendeu o Dr. João. O Dr. João era um homem respeitado. (...) Ele disse: “Tá certo, eu vou à delegacia”. Quando o Dr. João desceu, já tinha mais de cinquenta pessoas, talvez umas oitenta junto com ele. O delegado quando viu aquela porção de gente, sumiu, não voltou mais. Foi embora para Niterói (...). Quando o Doutor João chegou na delegacia, disse: (...) Olha, eu estou preso aqui, por

¹³⁸ Na época do evento narrado Hélio de Macedo Soares ocupava o posto de Major do exército. Somente muito depois Hélio alcançou a patente de General do Exército brasileiro.

¹³⁹ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.183-184.

¹⁴⁰ “Miro” Soares tinha 91 anos na época desta entrevista, promovida em 07 de Novembro de 1991.

ordem do delegado, vim me entregar”. “Doutor, eu não tenho nada com isso, isso é negócio dele, nós não nos envolvemos nisso, não senhor”. “Ah, mas eu quero ficar, eu quero ficar aqui detido”. Não senhor, o senhor tenha paciência e tal”. O Dr. João foi solto ¹⁴¹.

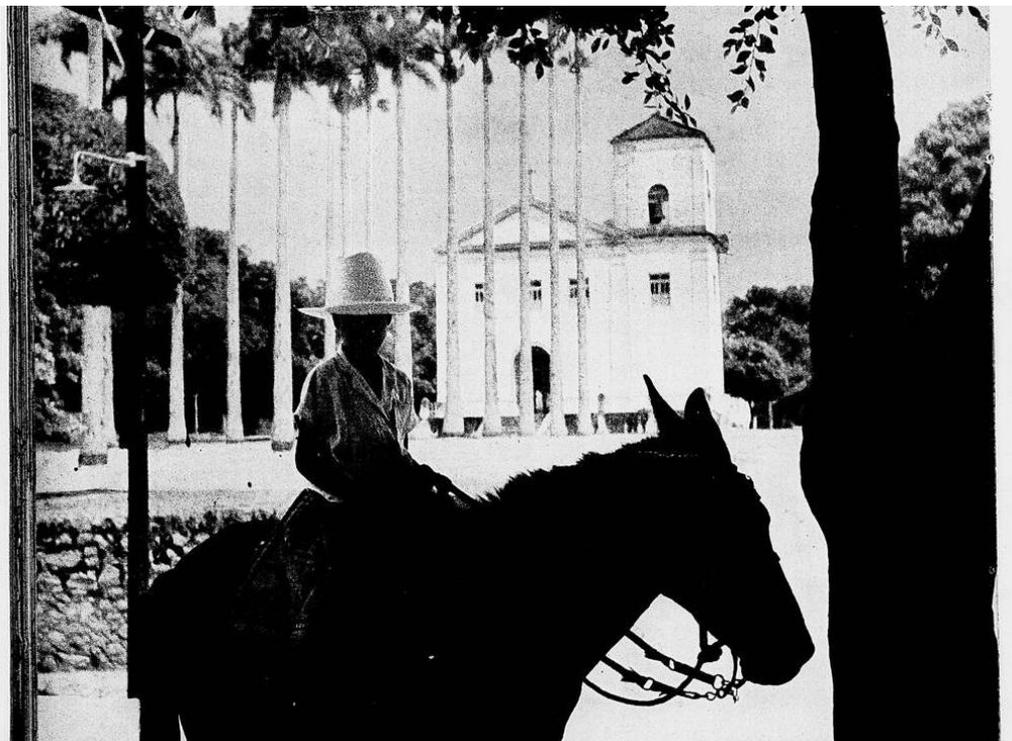


Figura 06: Antiga igreja matriz de Araruama. Essa foto foi feita algumas semanas antes do incêndio que a destruiu em 1945. *Revista da Semana*, 30 de Junho de 1945.

O araruamense Raymundo Gonçalves de Oliveira contou que

quando houve o incêndio, eles colocaram cordão de isolamento. Então ele (João Vasconcelos) avançou o cordão de isolamento, para ver o que estava se passando – prenderam ele. Então trouxeram preso, ele se entregou, mas a multidão acompanhou ele. Chegaram à delegacia, e houve lá quem explicasse quem era ele, essa coisa toda, e papapá. Soltaram ele. Eram umas autoridades violentas. Não era delegado de carreira, não, era delegado nomeado. Nisso tudo existia, também, política, né? ¹⁴².

¹⁴¹ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.58-59.

¹⁴² SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.71.

“Miro” Soares lembra que depois de ocorrido o episódio do incêndio da igreja e a sucessiva “prisão” de João Vasconcelos, “o Amaral Peixoto, que era interventor, passou um telegrama ao Dr. João, comunicando a ocorrência, pedindo desculpas, essas coisas. Doutor João era contra a política do Amaral Peixoto”¹⁴³.

Podemos concluir que as disputas políticas pelo controle administrativo em Araruama durante a Primeira República foram acomodadas pela Revolução de 1930 e posteriormente pela máquina repressora do Estado Novo. O interventor no estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, conservou uma das lideranças locais no poder, no caso, o Prefeito eleito de Araruama em 1936, Antônio Joaquim Alves Branco, com o qual manteve laços pessoais durante todo o período ditatorial estadonovista (1937-1945). Isso possibilitou que o Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Hélio de Macedo Soares, pudesse projetar, orçar e concretizar diversas transformações urbanas em Araruama – município em que ele tinha raízes familiares – com o intuito de modernizá-la e prepará-la para o turismo. Apesar disso, indícios nos permitem perceber que haviam outras lideranças reconhecidas na cidade, como o caso de João Vasconcelos e o incêndio da Igreja de Araruama. A reação popular relatada nesse episódio indica que, mesmo em um período em que os direitos políticos foram tolhidos à população – caso do Estado Novo –, havia espaço para espontâneas manifestações de reconhecimento da liderança de certos indivíduos, tidos como legítimos líderes locais. É importante salientar que estas acomodações que ocorreram no período não acabaram com as antigas disputas entre as elites locais na cidade: as desavenças foram reconfiguradas e projetadas em um contexto político e social muito distinto do que ocorreu na ditadura Vargas, se estendendo e adaptando à redemocratização do país.

1.3 REARRANJOS DAS DISPUTAS POLÍTICAS E POLARIZAÇÃO NO PÓS 1945

Com a deposição de Vargas em Outubro de 1945, o comando do país foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Nesta ocasião, foram substituídos os interventores estaduais e os Prefeitos de alguns municípios. Poucos meses antes, foi reinstaurando o pluripartidarismo, sendo criados os três principais partidos políticos do período da República Liberal-Democrática (1946-1964): o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha como base eleitoral os trabalhadores urbano-industriais, buscando manter o

¹⁴³ Ibid., p.59.

prestígio de Vargas ¹⁴⁴; o Partido Social Democrático (PSD), formado pelos antigos interventores com o objetivo de conservar sua influência nos estados, sobretudo com o eleitorado do interior ¹⁴⁵; e um partido formado essencialmente pelos opositores ao regime do Estado Novo: a União Democrática Nacional (UDN) ¹⁴⁶. É importante mencionar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou à legalidade, obtendo o seu registro eleitoral ¹⁴⁷.

Um dos interventores que contribuiu para a criação e desenvolvimento do PSD foi Ernani do Amaral Peixoto. O “Comandante”, como era conhecido no estado do Rio de Janeiro, participou ativamente no processo de criar bases para montar o partido em seu estado. Sobre este momento, Amaral afirmou: “Eu pude formar uma seção forte porque passei oito anos administrando, sem pensar em política. Pude realizar muitas obras, ter contato com todas as facções e na hora da formação do PSD escolher quase todos os que eu queria ter do meu lado” ¹⁴⁸. O prestígio conseguido por Amaral Peixoto durante a interventoria foi fundamental para o fortalecimento do seu grupo político e do PSD fluminense. Essas práticas políticas ficaram conhecidas como amaralismo no estado do Rio de Janeiro, por expressarem o *modus operandi* do grupo do “Comandante”: relações clientelistas fortalecidas no interior do estado com as lideranças e população local ¹⁴⁹.

A relação com o eleitorado do interior era característica marcante do PSD – e Amaral Peixoto aproveitou a relação com as lideranças locais para conseguir apoio ao partido no Rio de Janeiro ¹⁵⁰. “Até com as famílias brigadas eu me dava”, lembrou o ex-interventor. Sobre o momento de conquistar apoio político para o PSD em Araruama, Amaral Peixoto contou que

Antonino Alves Branco (...) era o prefeito. Seu adversário era o Dr. João Vasconcelos, que foi me procurar e fez a proposta: “Eu fico com o PSD, mas o senhor afasta o Antonino.” Eu respondi: “Não posso.” E ele insistiu: “Mas o senhor vai perder.” Eu disse: “Sei disso, sei que o senhor vai ganhar a

¹⁴⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989.

¹⁴⁵ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

¹⁴⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

¹⁴⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

¹⁴⁸ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 290.

¹⁴⁹ PANTOJA, Sílvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor 1937-1945**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

¹⁵⁰ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

eleição para prefeito. Mas prefiro perder com meu amigo a sacrificá-lo na hora da luta.” E aconteceu exatamente isso: eles fizeram o prefeito ¹⁵¹.

A partir desse relato, compreendemos que, no momento de se posicionar politicamente devido à nova conjuntura nacional, foi muito mais importante para os Vasconcelos afastar os inimigos políticos do período da Primeira República do que enfrentar as antigas amarras do getulismo, representadas por um partido claramente influenciado pelo legado do Estado Novo. A negação de Amaral Peixoto ao pedido de João Vasconcelos precipitou a polarização política em Araruama, que se tornaria um reduto tradicionalmente udenista durante todo o período da República pós-45. Desta forma, a Família Vasconcelos fazia parte daquele grupo que aderiu à União Democrática Nacional por pertencerem justamente “às oligarquias destronadas com a revolução de 1930” ¹⁵².

No estado do Rio de Janeiro, logo depois da deposição de Amaral Peixoto, assumiu como interventor, por curto período de tempo, Alfredo da Silva Neves, sucedido em 06 de Novembro de 1945 pelo desembargador Abel Magalhães. Em Araruama, o Prefeito Alves Branco também foi deposto, assumindo o cargo o advogado Geraldo Goulart de Macedo Soares, filho do desembargador Julião de Macedo Soares. As eleições presidenciais ocorreram no dia 02 de Dezembro de 1945, com a vitória do candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra. Além do Presidente, foram escolhidos também Senadores e Deputados constituintes, com objetivo de formarem uma assembleia que criasse uma nova constituição para o Brasil. Nesta eleição, Ernani do Amaral Peixoto foi eleito Deputado Federal constituinte pelo Rio de Janeiro. Enquanto os pleitos estaduais não ocorreriam, foi nomeado o Comandante Lúcio Martins Meira para a interventoria no Rio de Janeiro, retornando Antonino à prefeitura de Araruama, em 18 de Abril de 1946. Com a posse do Interventor Hugo Silva em Setembro de 1946, foram nomeados diversos prefeitos em Araruama no espaço de pouco mais de um ano ¹⁵³. Somente com a promulgação da nova constituição do país em setembro de 1946 foram restabelecidos os cargos de Governador, Prefeito e Vereador indicados diretamente pelo povo.

As eleições gerais ocorreram no dia 19 de Janeiro de 1947, escolhendo os Governadores dos estados, Senadores, Deputados Federais suplementares e Deputados

¹⁵¹ Ibid., p. 235.

¹⁵² BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

¹⁵³ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

Estaduais. Neste pleito, João Vasconcelos se tornou Deputado Estadual pela UDN. A constituição do estado do Rio de Janeiro, de 20 de Junho de 1947 – que teve como um de seus signatários o Deputado João Vasconcelos – estabeleceu o dia 28 de Setembro de 1947 para escolha de novo Prefeito e onze Vereadores para Araruama¹⁵⁴. Neste processo, foram eleitos dois sobrinhos de João e Mário Vasconcelos: os irmãos Renato de Vasconcelos Lessa, como Prefeito de Araruama, e Rubens de Vasconcelos Lessa, como vereador – ambos filiados à legenda da União Democrática Nacional. Também foi escolhido neste momento o ex-prefeito e aliado de Amaral Peixoto, Antonino Alves Branco, como Vereador¹⁵⁵.

O novo prefeito de Araruama, Renato Vasconcelos Lessa, formou-se pela antiga Faculdade de Medicina do Brasil, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em 1931. No ano seguinte, mudou-se para Araruama onde se estabeleceu e permaneceu durante mais de cinquenta anos praticando a medicina. Segundo relato de seu sobrinho, Sylvio Vasconcelos Lessa, sobre Renato Vasconcelos:

Médico dos pobres, ele estava sempre ao lado daqueles que sofriam e dos que padeciam. Se lhe pagavam, recebia. Se não lhe podiam pagar, era o mesmo homem, que servia sempre ao povo, desinteressadamente, fiel ao seu compromisso hipocrático. Em virtude de seu prestígio pessoal, teve uma longa trajetória na política de Araruama¹⁵⁶.

Além do pleito de 1947, Renato também conseguiu eleger-se prefeito mais duas vezes entre os anos de 1967-1971 e 1983-1989. Também foi vereador pelo município entre os anos de 1951-1954.

Já Rubens Vasconcelos Lessa formou-se como médico na Faculdade Nacional de Medicina, mudando-se no ano seguinte para Araruama, onde exerceu sua profissão, além de ter longa carreira política. Rubens foi um dos Prefeitos nomeados pelo interventor Hugo Silva, permanecendo no cargo entre Outubro de 1946 e Março de 1947. Ele ocupou por diversas vezes a colocação de vereador no município, entre os anos de 1947-1950, 1955-1958, 1959-1962 e 1963-1966, como presidente da Câmara¹⁵⁷.

O antigo morador de Araruama, Miro Soares, contou que

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Não conseguimos encontrar registros do partido pelo qual concorreu Antonino neste pleito; porém, devido à suas relações com Amaral Peixoto, é provável que tenha sido o PSD.

¹⁵⁶ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 161.

¹⁵⁷ Idem.

Depois que Dr. João se formou, foi que Dr. João veio pra aqui, e ficou em casa. O salão era muito grande, e ele atendia o povo, mas a maioria era pessoal sem recurso. Renato depois se formou também, e ajudou ele. O Dr. João foi deputado e o Renato foi prefeito três vezes ¹⁵⁸.

O cidadão Raymundo Gonçalves de Oliveira relatou que o primeiro médico da cidade foi João Vasconcelos, “(...) depois vieram os sobrinhos: Dr. Renato Lessa e Rubens. Foram médicos também, nunca saíram de Araruama, ficaram sempre aqui” ¹⁵⁹. Quando indagado sobre quem era o médico mais antigo que cuidava da população do distrito de Morro Grande, em Araruama, Mário Cardoso contou: “Quem cuidava? Médico? O João Vasconcelos, Renato Vasconcelos” ¹⁶⁰. Odílio Fabrício, também falando sobre o distrito de Morro Grande, lembrou¹⁶¹: “Não existia médico aqui, só em Araruama – que eram os Vasconcelos: Dr. Renato, Dr. João, Dr. Rubens” ¹⁶².

Todos estes relatos evidenciam que, tanto na memória de muitos moradores da cidade quanto da própria família Vasconcelos, há um elemento de continuidade entre o trabalho desenvolvido por João Vasconcelos e os irmãos Renato e Rubens em Araruama. A tentativa de construção de uma memória que associa alguns membros desta família a trabalhos contínuos e incansáveis junto à população carente de Araruama parece ter sido bem construída/reforçada ao longo do tempo, fato que contribuiu certamente para manter o poder eleitoral dos Vasconcelos em Araruama por tantos mandatos.

Em Janeiro de 1947 foi empossado no cargo de Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, o ex-secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro na interventoria Amaral Peixoto, Hélio de Macedo Soares. Hélio foi apoiado pelo PSD, sendo o Deputado mais votado naquele pleito ¹⁶³, além de se tornar o líder pessedista na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O irmão mais velho de Hélio, o engenheiro

¹⁵⁸ Entrevista realizada em 07 de Novembro de 1991, aos 91 anos. SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.59.

¹⁵⁹ Entrevista concedida em 08 de Novembro de 1991, aos 91 anos. SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.68.

¹⁶⁰ Entrevistado em 22 de Março de 1991, aos 88 anos. SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.107.

¹⁶¹ Entrevistado aos 73 anos, em 19 de Abril de 1991.

¹⁶² SECRETARIA Municipal de Cultura, op. cit., p.134.

¹⁶³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbetes-biográfico. SOARES, Hélio de Macedo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/Dicionarios/verbete-biografico/helio-de-macedo-soares-e-silva>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

e militar Edmundo de Macedo Soares, até então Ministro de Viação e Obras Públicas do Presidente Dutra, foi apoiado por uma ampla coligação entre o PTB, a UDN e o PSD, sendo eleito governador do estado do Rio de Janeiro. Estas eleições permitiram uma reconfiguração política que tornou mais complexa a disputa pelo poder municipal em Araruama.

Apesar dos Vasconcelos oficialmente controlarem o Executivo Municipal, com a posse do Prefeito Renato Vasconcelos, a autonomia administrativa parecia estar ameaçada pela existência, ainda no período democrático, da Comissão de Urbanização de Araruama: este órgão, criado durante o Estado Novo, tinha o poder de intervir na dinâmica municipal e propor, projetar e executar obras em Araruama, além de administrar diversos serviços na cidade. Segundo o decreto-lei que criou a Comissão ¹⁶⁴, a sua presidência deveria ser exercida pelo Secretário de Viação e Obras Públicas, cargo escolhido diretamente pelo Governador do estado, que no caso, era Edmundo de Macedo Soares. O irmão do governador, o agora Deputado Estadual Hélio de Macedo Soares, foi o idealizador do Plano de Urbanização de Araruama e primeiro presidente da Comissão de Urbanização de Araruama. Este Deputado demonstrou interesse em manter parte do controle administrativo da cidade, utilizando não somente sua prerrogativa como parlamentar, mas também o órgão criado pelo interventor Amaral Peixoto durante o Estado Novo para urbanizar o município.

Os potenciais conflitos entre elites locais e regionais ficaram parcialmente latentes por conta do acordo interpartidário formalizado em janeiro de 1948, reunindo o PSD, a UDN e o PR (Partido Republicano) em uma grande aliança que permitiu ao presidente Dutra governar praticamente sem oposição ¹⁶⁵. Esse acordo possibilitou que em Araruama, através de parcerias com o governo Federal e Estadual, uma série de investimentos e melhorias pudessem ser realizados – amenizando o clima de hostilidade entre aqueles que disputavam o poder na cidade. Para Ernani do Amaral Peixoto, então Deputado Federal constituinte, “o entendimento político enfraquece muito a disputa. Dois partidos brigam no município. Se as cúpulas se unem, a razão desta briga municipal desaparece, não há estímulo para a luta. Uma aliança entre partidos adversários desestimula sobretudo as lutas locais” ¹⁶⁶. Entretanto, se por um lado as relações entre o executivo Federal, Estadual e Municipal pareciam estar muito

¹⁶⁴ Decreto-lei número 668, de 28 de Dezembro de 1942.

¹⁶⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

¹⁶⁶ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 311.

bem devido a parcerias como a inauguração de 40 casas populares ¹⁶⁷ em Araruama com o apoio do Governo Federal – e a presença do próprio Presidente Dutra – ou a inauguração do primeiro posto telefônico do município ¹⁶⁸ através de uma parceria entre o estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Araruama, as relações na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro começaram a se tornar progressivamente hostis.



Figura 07: Momento da inauguração das 40 casas populares com o presidente Dutra (ao centro), o prefeito Renato Vasconcelos ao seu lado esquerdo e o Governador Macedo Soares ao lado direito do presidente. Abaixo, detalhe do conjunto habitacional formado pelas casas populares de Araruama. *Jornal A Manhã*, 25 de julho de 1948.

Em janeiro de 1949, João Vasconcelos iniciou uma série de questionamentos na ALERJ sobre a constitucionalidade da Comissão de Urbanização de Araruama, propondo inclusive a sua extinção. Tal atitude causou forte reação contrária por parte do Deputado Hélio de Macedo Soares, defensor da necessidade do órgão para o desenvolvimento do município. Essas discussões movimentaram a Câmara Municipal de Araruama, que tinha nesse momento os vereadores Rubens Vasconcelos Lessa e Antonino Alves Branco

¹⁶⁷ Casas populares construídas através da antiga “Fundação da casa Popular” e inauguradas em 24 de Julho de 1948.

¹⁶⁸ Inauguração realizada em 11 de Dezembro de 1948.

representando lados opostos de disputas históricas pelo controle administrativo da cidade. Neste momento, os debates políticos começaram a ser centrados majoritariamente na constitucionalidade da Comissão de Urbanização de Araruama e nas constantes ameaças à autonomia do município. Essas discussões, que ocorreram em âmbito municipal e estadual, serão melhor abordadas no capítulo seguinte.

Por hora, podemos concluir que o fato de todos os integrantes da Família Vasconcelos eleitos em 1947 – Renato, Rubens e João – terem atuado como médicos em um município carente desse tipo de assistência como Araruama, algumas vezes associando seus serviços “gratuitos” junto à população a algum apoio político, contribuiu para legitimá-los como líderes locais e possibilitou suas vitórias eleitorais. Cremos que é imprescindível compreender as raízes dos conflitos políticos em Araruama para interpretar as ações desses atores durante a década de 1940: João Vasconcelos havia sido Prefeito de Araruama no mandato de 1924-1927, tendo, desde a criação da figura do Prefeito na década de 1920, todos os chefes do Executivo Municipal sido, até a revolução de 1930, parentes ou aliados políticos dos Vasconcelos. Os Vasconcelos eram inimigos históricos do Coronel Chico da Barra, que conseguiu transferir parte de seu prestígio político a Antônio Joaquim Alves Branco – Prefeito eleito diretamente em 1936 e mantido durante a ditadura do Estado Novo. A manutenção de Antonino no Poder Executivo municipal durante toda a ditadura varguista estava relacionada também às suas relações pessoais com o interventor Ernani do Amaral Peixoto, e serviu para acirrar as desavenças políticas no município, conduzindo-as a um nível que se estendia para além das disputas locais. Com o ocaso do Estado Novo e o retorno do pluripartidarismo, foi preciso formar diretórios regionais e o PSD – novo partido fundado por Amaral Peixoto – teve que negociar com os antigos chefes locais em busca de adesão política. A condição de alguns líderes locais para se unirem ao partido dos interventores, muitas vezes, foi afastar os inimigos políticos locais do poder: este foi também o caso da Família Vasconcelos em Araruama. Com a recusa de afastar o Prefeito Antônio Alves Branco, Amaral Peixoto possibilitou que a família Vasconcelos se filiasse à UDN – partido de oposição aos resquícios da ditadura varguista – com o intuito de combater seus adversários políticos locais da época da Primeira República, agora reunidos sobre a égide do PSD. Deste modo, Araruama tornou-se um reduto udenista, elegendo quase todos os seus prefeitos no período Liberal-

Democrático por essa legenda ¹⁶⁹, além de muitos vereadores. O rearranjo da conjuntura neste período possibilitou que as disputas pelo controle municipal pudessem ser explicitamente expressas em um sistema político diferente daquele da Primeira República. Embora em um período democrático, sujeitos como o agora Deputado Hélio de Macedo Soares buscaram dar continuidade a práticas que remetiam não somente ao Estado Novo, mas a períodos anteriores a ele, utilizando mecanismos para exercer influência direta ou indireta na dinâmica de Araruama, caso da Comissão de Urbanização de Araruama. Porém, tais práticas foram combatidas pela UDN e pela Família Vasconcelos e seus aliados, lutando pela autonomia, mas também, e, sobretudo, pelo poder municipal em Araruama.

¹⁶⁹ O único pleito perdido pela UDN nesse momento em Araruama foi o de 1950, quando vence o candidato Graciliano Torres Quintanilha pelo Partido Social Democrático. É importante ressaltar que nessa eleição Amaral Peixoto foi eleito Governador também pelo PSD, além de Getúlio Vargas que vence como Presidente da República pelo PTB. Acreditamos que o apoio dado por Vargas a Amaral Peixoto na sua campanha foi determinante para escolha de um candidato do PSD em Araruama.

2. “UM ÓRGÃO ESDRÚXULO”: A COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DE ARARUAMA NO PERÍODO LIBERAL DEMOCRÁTICO

Este capítulo analisará as consequências da permanência da Comissão de Urbanização de Araruama como órgão interventor na dinâmica administrativa deste município fluminense durante parte do período Liberal-Democrático. Serão abordados os debates acerca da constitucionalidade desta Comissão, assim como as disputas e usos políticos do legado deixado por suas obras nas eleições estaduais de 1950. Para tanto, buscaremos pensar a criação e funcionamento do sistema político partidário brasileiro na chamada República Liberal-Democrática: da transição que compreende a criação dos primeiros partidos políticos, à deposição de Vargas e do interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto em 1945, até o retorno destes atores políticos como candidatos eleitos pelo povo no pleito de 1950 e suas posses em 1951.

Buscamos analisar as relações potencialmente conflituosas entre o poder Legislativo e Executivo no âmbito estadual e municipal, a importância decisória das instâncias de poder local e regional, as alianças e coligações partidárias mais relevantes, além de uma reflexão sobre a democracia no período. Pretendemos, desta maneira, contribuir com uma abordagem regional e local deste momento histórico, mostrando facetas pouco ou nunca estudadas, suas implicações, articulações e debates gerados nas esferas estadual e municipal. A ideia é partir do local para compreender experiências e relações políticas que, conquanto guardem especificidades locais, ajudem a compreender processos e tradições mais amplas. Esse esforço é importante, pois, segundo Angela de Castro Gomes, a “Terceira República do pós-45 ainda é pouco estudada e valorada como um período em que se tentara, e vinha se conseguindo, construir uma democracia no Brasil”¹⁷⁰.

Mais objetivamente, procuramos compreender o contexto que possibilitou a continuidade durante a maior parte do então novo regime republicano de um instrumento instituído dentro do Estado Novo: a Comissão de Urbanização de Araruama. Este órgão, criado pelo decreto-lei nº 668 de 28 de dezembro de 1942, tinha o objetivo de realizar um plano de urbanização traçado pelo Governo do estado do Rio de Janeiro para cidade no início da década de 1940. A extinção desta Comissão, porém, se daria apenas pela lei nº 4.708, de

¹⁷⁰ GOMES. Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 280.

28 de junho de 1961 – ou seja, somente após vigorar e intervir, de maneira controversa, na autonomia administrativa de Araruama por mais de 15 anos durante o regime democrático.

Entender as possíveis rupturas e continuidades entre a ditadura varguista e o período Liberal-Democrático talvez possa dar-nos pistas que ajudem a elaborar algumas hipóteses sobre esta questão. Os debates sobre a constitucionalidade da existência desta Comissão estiveram inseridos em uma conjuntura que suscitava questões ideológicas profundas, refletindo conflitos típicos de mudanças de regimes políticos. Para tanto, analisaremos o momento em que surgem os principais partidos em 1945 e a Constituição de 1946, bem como os acordos interpartidários que buscavam a “União nacional”, com o intuito de entender os mecanismos que permitiram a continuação da existência da Comissão de Urbanização de Araruama.

2.1 CONTINUAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO?

Durante todo o período do Estado Novo (1937-1945), o interventor do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, manteve como prefeito na cidade de Araruama o Capitão da Guarda Nacional Antônio Joaquim Alves Branco. Popularmente conhecido como “Antonino”, ele era proprietário de extensas terras no município¹⁷¹ e mantinha relações pessoais com o então interventor fluminense¹⁷².

Criada em 1942 com o objetivo de promover obras na cidade traçadas por um Plano de Urbanização desenvolvido pelo estado, a Comissão de Urbanização de Araruama tinha o prefeito de Araruama como integrante, além do Secretário de Viação e Obras públicas do Estado do Rio de Janeiro – Hélio de Macedo Soares – como presidente, e um engenheiro escolhido pelo governador fluminense. Tais obras visavam urbanizar e promover o município à condição de local turístico e, para tal, Antonino vendeu ao estado algumas de suas terras para a construção de um hotel de alto padrão, batizado de “Parque Hotel de Araruama”¹⁷³. A Comissão promoveu a abertura, calçamento e alargamento de rua e avenidas, aterrou parte da laguna Araruama para criar uma orla, melhorou o sistema de água e luz na sede do município,

¹⁷¹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

¹⁷² CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

¹⁷³ SOARES. Emmanuel de Macedo. Araruamando: os Corte-Real. **O principal**, Araruama, p. 4, 22 mar. 1997.

além de outras obras e serviços, como uma linha de ônibus de Niterói à Araruama e a promoção da venda de terreno na cidade¹⁷⁴.

Durante o período do Estado Novo, as disputas políticas entre elites locais em Araruama foram reconfiguradas, visto que não havia eleições e o prefeito era escolhido pelo interventor do estado. Porém, isso não impediu ou apagou os antigos embates, construídos ainda na Primeira República: neste município, a família Vasconcelos era inimiga histórica do Prefeito Alves Branco. A manutenção de Antonino no Poder Executivo Municipal por Amaral Peixoto durante todo o Estado Novo serviu para acirrar ainda mais as desavenças políticas. Estas disputas foram conduzidas a um nível que se estendia para além do âmbito local por ocasião da conjuntura em que se esboçava um processo de abertura política e o retorno do pluripartidarismo em 1945. Novas eleições para Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados foram fixadas no dia 02 de maio de 1945, por nova lei eleitoral, para o dia 02 de dezembro daquele mesmo ano. A essa altura, Vargas declarava não ser candidato à Presidência da República¹⁷⁵.

Para entender essa transição política, acreditamos ser necessário compreender melhor a formação dos principais partidos políticos no período, assim como suas relações com as elites locais em Araruama. Estes partidos iriam, ao longo da década seguinte, adquirir cada vez mais relevância e influência em âmbito nacional¹⁷⁶. Para Berstein, “o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política”¹⁷⁷, surgindo como o sintoma de “uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organização que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo”¹⁷⁸. Foi justamente a crise que pôs fim ao Estado Novo que precipitou a criação dos principais partidos políticos da Terceira República brasileira. Para Fausto, Vargas “tratou de forjar instituições que

¹⁷⁴ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

¹⁷⁵ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: **O Brasil Republicano, Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

¹⁷⁶ GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013.

¹⁷⁷ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: **Por uma História Política**. 2º edição. Organizador: René Remond. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 60.

¹⁷⁸ Ibid., p.67

sustentassem o getulismo adaptado aos novos tempos”¹⁷⁹, como foi o caso de alguns partidos que foram profundamente influenciados pelo legado varguista.

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 17 de julho de 1945 por antigos interventores do Governo Federal nos estados, como Benedito Valadares em Minas Gerais, Fernando de Sousa Costa em São Paulo e o Almirante Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro. Para Lucia Hippolito, “o PSD foi o principal responsável pela superação das crises políticas do período, constituindo-se ao longo de sua história em verdadeiro fiador do regime político que sucedeu ao Estado Novo”¹⁸⁰. Segundo tese desta autora, o PSD foi um forte partido de centro político-ideológico, o qual garantia sua força através do poder eleitoral que lhe conferia uma maioria parlamentar confortável, atraindo para si alianças com outros partidos e permitindo-lhe interferir na dinâmica do processo político.

O PSD foi fundado com intuito de criar instrumentos para que a elite dominante durante o Estado Novo pudesse conservar sua influência política, fundamentalmente apoiada pelo eleitorado do interior dos estados¹⁸¹. Para Delgado, “Transformação e permanência seriam elementos que se confundiriam na conformação da máquina partidária pessedista”¹⁸². Este partido romperia com o centralismo construído durante o Estado Novo, no sentido de se organizar em bases partidárias estaduais que se tornavam mais independentes na medida em que avançava o processo de democratização. Por outro lado, o partido recorreu à máquina burocrática criada durante o período das interventorias, buscando vincular-se ao prestígio que o Estado Novo ainda exercia sobre parte da população¹⁸³.

No momento de formar os diretórios regionais, o PSD teve que negociar com antigos chefes locais em busca de adesão. A condição para alguns se unirem ao partido dos interventores, muitas vezes, foi afastar os inimigos políticos locais do poder. Este foi o caso na cidade de Araruama: a condição dada pela família Vasconcelos para se filiar ao PSD foi o afastamento do antigo inimigo político, Antônio Alves Branco. Com a negação do pedido por

¹⁷⁹ FAUSTO, Boris. A vida política. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 106.

¹⁸⁰ HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2º edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 27-28.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 28.

¹⁸³ Idem.

parte de Ernani do Amaral Peixoto ¹⁸⁴, os Vasconcelos foram impelidos a fazer parte do partido de oposição ao legado do getulismo: a União Democrática Nacional.

Construída fundamentalmente como partido aglutinador daqueles que faziam oposição à Vargas, a União Democrática Nacional (UDN) foi fundada em 07 de abril de 1945 sob a égide do liberalismo e da democracia. A UDN agregou diversos setores que se colocavam como opositores do regime do Estado Novo, como as oligarquias destronadas com a revolução de 1930, os aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930 e 1937, os que participaram do Estado Novo que se afastaram antes de 1945, os grupos liberais com uma forte identificação regional e as esquerdas ¹⁸⁵. Sobre a pluralidade existente dentro do partido, Benevides escreveu:

O que se quer saber da história da UDN? (...) As questões se impõem, quer pelo lado da crônica política, quer pelo lado da análise sociológica. No primeiro caso, a escolha dos fatos decorre de sua vinculação possível com as expressões consolidadas como "partido dos cartolas", partido do anti-getulismo, partido do golpe, partido dos bacharéis, partido dos moralistas, "partido das vivandeiras dos quartéis", etc. No segundo caso, trata-se de apontar, nos fatos, a evidência ou não das afirmações sobre "o partido das classes médias", sobre a ambiguidade programática e a penúria ideológica e sobre a inviabilidade dos partidos nacionais (seriam mesmo "ficções legais"?) ¹⁸⁶.

O principal objetivo dos udenistas era a conquista da liberdade política, da democracia, ainda que entendida como liberdade jurídica formal. A defesa do “espírito liberal” contra a ausência de liberdade imposta pelo Estado Novo se tornou assim bandeira da UDN.

Os Vasconcelos, em Araruama, faziam parte daquele grupo que aderiu à União Democrática Nacional por pertencer justamente “às oligarquias destronadas com a Revolução de 1930”, visto que esta família e seus aliados detiveram os principais cargos políticos no

¹⁸⁴ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 235.

¹⁸⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

¹⁸⁶ Ibid., p.21.

município durante grande parte da Primeira República ¹⁸⁷. A negação ao pedido de afastamento dos antigos inimigos precipitou a polarização política em Araruama, que se tornaria um reduto tradicionalmente udenista durante todo o período da república pós-45. Explicar como uma cidade que floresceu tanto durante o Estado Novo se transformou em um reduto udenista é fundamental para o nosso trabalho. Para isso, talvez fosse interessante retomar a tese de Benevides – para quem a UDN é muito plural – para verificar até que ponto o antigetulismo explicaria essa virada. Dito de outro modo, o antigetulismo apenas daria conta de explicar esta transformação? O que mais a UDN e o udenismo ofereciam ao eleitorado de Araruama que os cativava? O discurso anticomunista, por exemplo, ou os apelos à moralização da política, não teriam contribuído para a majoritária adesão a este partido na cidade?

Outro partido que viria a ganhar importância gradativa ao longo deste período ¹⁸⁸ foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Fundado em setembro de 1945, tinha como principal base o eleitorado urbano-industrial contemplado pela legislação trabalhista, vinculado a sindicatos. O PTB teria a difícil função de aglutinar diferentes categorias de trabalhadores urbanos em torno do partido, legitimando aos olhos dos trabalhadores, uma espécie de continuidade na transformação. Buscando manter o prestígio de Vargas por meio de novas formas, o

PTB surgia, portanto, apresentando como um de seus objetivos prioritários o de agrupar os trabalhadores em torno de uma legenda partidária forte e capaz de defender os interesses corporativos dos trabalhadores, objetivando, em primeiro lugar, evitar que o PCB invadisse e arregimentasse para seus quadros, através de uma tática imediata de apoio à Vargas, setores do movimento sindical e trabalhista fundamentais à mística getulismo-trabalhismo ¹⁸⁹.

¹⁸⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

¹⁸⁸ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2^o edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 27-28.

¹⁸⁹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 31-32.

Esta questão, envolvendo outro importante partido na época, o Partido Comunista Brasileira (PCB) ¹⁹⁰ é polêmica. Delgado sustenta a ideia de que o PTB – partido com forte carga anticomunista – tentou evitar que o Partido Comunista arregimentasse para si os grupos de trabalhadores urbanos, visto que ambos os partidos buscavam apoio no mesmo eleitorado urbano-industrial. Essa tese não é unânime. Segundo Delgado, autoras como Angela de Castro Gomes e Maria Celina S. D’Araujo, por exemplo, não vem o PTB motivado pelo anticomunismo ¹⁹¹.

Mesmo com toda a movimentação no sentido da abertura política, Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, sendo o poder entregue temporariamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Nesta ocasião, foram substituídos os interventores estaduais e os prefeitos de alguns municípios ¹⁹². Em Araruama, o Prefeito Alves Branco também foi deposto, assumindo o cargo de prefeito o advogado Geraldo Goulart de Macedo Soares, filho do desembargador Julião de Macedo Soares. A família Macedo Soares tinha longa história na política fluminense, com vínculos profundos na cidade de Araruama: alguns de seus integrantes nasceram e/ou iniciaram suas atividades profissionais naquela localidade, além de serem proprietários de terras no município.

No pleito de 02 de dezembro, os principais candidatos à Presidência foram o General Eurico Gaspar Dutra por uma aliança entre o PSD e o PTB, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN e por alguns partidos menores. É sugestivo perceber que “para derrubar um ditador civil, os dois maiores partidos fossem se abrigar em candidaturas militares” ¹⁹³. Havia ainda a candidatura, pelo Partido Comunista Brasileiro, de Yedo Fiúza. Antigo Ministro da Guerra do Estado Novo, Dutra recebeu apoio de Vargas nos últimos instantes da eleição, vencendo com ampla maioria. Em relação à Câmara dos Deputados e Senadores, o PSD, seguido da UDN, obteve a maioria das cadeiras parlamentares nesta eleição. Desta forma, podemos perceber que não houve um desmonte da máquina do Estado Novo que, sem dúvida, muito ajudou para este desfecho eleitoral: “a votação mostrou claramente como a máquina política montada pelo Estado Novo, como o objetivo de apoiar a ditadura, podia também ser muito eficiente para

¹⁹⁰ Neste período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou a legalidade, obtendo o seu registro eleitoral. Este partido permaneceu na clandestinidade durante todo o Estado Novo.

¹⁹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 31.

¹⁹² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

¹⁹³ FAUSTO, Boris. A vida política. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 107.

arrecadar votos, sob regime democrático”¹⁹⁴. Por outro lado, pudemos perceber pela primeira vez na história do Brasil o surgimento de partidos de massa, que foram crescendo e se espalhando pelo território nacional conforme ganhavam eleitores, inclusive no interior do país¹⁹⁵.

Em 11 de fevereiro de 1946, o Comandante Lúcio Martins Meira foi nomeado para a interventoria fluminense. Segundo palavras de Amaral Peixoto: “por indicação minha, o Dutra nomeou o Lúcio Meira. Era meu amigo, um homem culto, foi excelente interventor, administrou muito bem, mas ficou só seis meses. Os elementos da UDN começaram a trabalhar contra ele, e o Dutra cedeu”¹⁹⁶. Durante essa interventoria, o ex-prefeito do período do Estado Novo, Antonino Alves Branco, foi reempossado no Executivo Municipal de Araruama em 18 de Abril de 1946¹⁹⁷.

O mandato de Antonino, assim como o do interventor Lúcio Meira duraram até poucos dias depois da promulgação da nova Constituição brasileira em 18 de Setembro de 1946, através de uma Assembleia Constituinte formada por deputados e senadores eleitos pelo povo. O Brasil voltava, assim, a ser um Estado de direito, identificado com as nações liberais-democráticas do ocidente pós-guerra. A constituição 1946 definia o Brasil como uma República Federativa, determinando as atribuições da União, estados e municípios, além de fixar as pertinências dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Em relação ao sufrágio, homens e mulheres podiam votar de maneira secreta e direta, se maiores de dezoito anos e alfabetizados. Quanto à questão da organização dos trabalhadores, foi mantido o imposto sindical. A associação profissional seria regulada pelo estado, assim como a greve, que apesar de garantida por lei, foi, na prática, impossibilitada¹⁹⁸. Podemos concluir que, apesar de optar por características liberais-democráticas na maior parte do seu texto, como “a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, a Constituição de 1946 manteve, em alguns aspectos, um modelo corporativo herdado do Estado Novo, sobretudo em relação à área trabalhista¹⁹⁹.

¹⁹⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995, p.399.

¹⁹⁵ GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013, p. 280.

¹⁹⁶ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 233.

¹⁹⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 160.

¹⁹⁸ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

¹⁹⁹ Ibid.

Logo após a promulgação de nova Constituição, o estado do Rio de Janeiro assistiu à posse de outro interventor, o médico e militar Hugo Silva, em 23 de setembro de 1946. Para Ernani do Amaral Peixoto – então atuando como Deputado Federal Constituinte – Hugo Silva foi nomeado com a pretensão de acabar com sua influência política no estado do Rio de Janeiro ²⁰⁰. Peixoto lembrou que no discurso de posse, Hugo Silva declarou que “tinha entrado para acabar com o getulismo no estado do Rio, com os falsos amigos do presidente Dutra” ²⁰¹.

O novo interventor nomeou como prefeito de Araruama, pouco menos de 20 dias depois de sua posse, um integrante da UDN pertencente à família Vasconcelos: o médico Rubens Vasconcelos Lessa, em 12 de outubro. Rubens pediu exoneração do cargo em 06 de março de 1947, atuando durante o governo dos novos interventores fluminenses, Francisco Santos (que permaneceu dois dias no cargo), seguido por Álvaro Rocha, que finalizou o mandato em 24 de fevereiro de 1947. Amaral Peixoto relatou que Álvaro Rocha foi nomeado por Dutra “para quebrar um pouco essa animosidade”, visto que o lançamento de um candidato para Governo de estado do Rio de Janeiro seria apoiado tanto pelo Presidente quanto por Peixoto ²⁰². Nessa altura, acreditamos que o Amaralismo era uma das práticas políticas mais influentes no estado do Rio de Janeiro, apoiado nas relações construídas por Amaral Peixoto com seu grupo político e com a população fluminense, sobretudo do interior, baseada nas municipalidades. Essas práticas se constituíram ainda no período em que Peixoto era interventor no Estado Novo e tinham características profundamente clientelistas, negociando cargos e benesses não somente com os prefeitos, mas com o maior número de lideranças locais e influentes. O projeto de formar um bloco político nos parece ter sido bem sucedido, uma vez que Peixoto se manteve no cargo de interventor por todo o Estado Novo, além de transferir esse prestígio e prática política para o PSD no período liberal-democrático ²⁰³.

A constituição de 1946 restabeleceu os cargos de governador, prefeito e vereadores escolhidos diretamente pelo povo. Em janeiro de 1947, foi eleito o engenheiro e militar Edmundo de Macedo Soares como governador pelo estado do Rio de Janeiro. Até então

²⁰⁰ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 233.

²⁰¹ Ibid., p. 234.

²⁰² Idem.

²⁰³ PANTOJA, Silvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor 1937-1945**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

Ministro de Viação e Obras Públicas do Presidente Dutra, Edmundo foi apoiado por uma coligação entre o PTB, a UDN e o PSD. Macedo Soares obteve 250.350 votos de um eleitorado de 280.384 cidadãos, vencendo por esmagadora vantagem os candidatos Artur Lontra Costa, lançado pela Esquerda Democrática, e João de Macedo Pereira, inscrito na legenda do Partido Social Progressista (PSP) ²⁰⁴. Neste mesmo ano, foi também empossado no cargo de Deputado Estadual pelo estado do Rio de Janeiro, o ex-secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro na interventoria Amaral Peixoto, irmão do governador eleito, o também militar e engenheiro Hélio de Macedo Soares. Hélio foi apoiado pelo PSD, sendo o Deputado mais votado naquele pleito ²⁰⁵. Além de a família Macedo Soares ter ocupado diversos cargos públicos e políticos durante todo o século XX, os irmãos Edmundo e Hélio também tinham raízes no município de Araruama ²⁰⁶, pois a mãe deles, Dona Elisa de Macedo Soares, era nascida nessa cidade, e o avô de ambos, Antônio Joaquim de Macedo Soares, foi advogado e juiz em Araruama, chegando ao posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Hélio foi integrante e presidente da Comissão de Urbanização de Araruama, idealizador de diversos projetos que integravam o plano de urbanização da Cidade, como a melhoria dos serviços de Água e luz, a construção da Rodovia Niterói-Campos (Atual Rodovia Amaral Peixoto) e o Parque Hotel de Araruama ²⁰⁷.

Pouco depois de sua posse em fevereiro, o Governador Macedo Soares indicou para exercer a prefeitura de Araruama em comissão o cidadão Joaquim do Couto Pfeil. Esta Indicação foi criticada pela bancada pessedista na cidade, visto que Pfeil era aliado político dos Vasconcelos. Em telegrama enviado no dia 07 de março de 1947 ao então Deputado Federal Ernani do Amaral Peixoto, sete integrantes do PSD do município ameaçavam extinguir o diretório local em protesto à nomeação do novo chefe municipal ²⁰⁸. O Prefeito

²⁰⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA b. Verbete-biográfico. SOARES, José Eduardo de Macedo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>. Acesso em 27 de abril de 2017.

²⁰⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbete-biográfico. SOARES, Edmundo de Macedo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmundode-macedo-soares-e-silva>. Acesso em 23 de fev. de 2018.

²⁰⁶ O mais antigo Colégio Estadual da cidade de Araruama, fundado nos anos 1950, recebeu o nome do pai dos irmãos Macedo Soares: Edmundo Silva.

²⁰⁷ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

²⁰⁸ Os integrantes do PSD em Araruama que assinaram o telegrama eram Oliveira Rocha, José Maria dos Santos, Manuel Marques de Bragança, Manuel Augusto de Bragança, Graciano Quintanilha, Eliser Luiz e Darly Alves Branco. Acervo CPDOC, arquivo Ernani do Amaral Peixoto.

Pfeil permaneceu no cargo até setembro de 1947, quando se exonerou a pedido. Na ocasião, foi nomeado João Batista de Bragança, vinculado ao PSD, à prefeitura de Araruama. Este chefe municipal permaneceu no cargo até a posse do novo prefeito eleito em 11 de outubro de 1947²⁰⁹. É interessante notar a permanência de certa instabilidade, mesmo após o fim da crise que levou ao colapso do Estado Novo e a emergência do novo regime.

A constituição do estado do Rio de Janeiro, de 20 de junho de 1947, estabeleceu o dia 28 de setembro de 1947 para eleição de novo prefeito e onze vereadores para Araruama. Neste pleito, o médico Renato de Vasconcelos Lessa foi escolhido chefe do executivo naquele município²¹⁰. Membro de tradicional família araruamense, Renato Vasconcelos foi eleito pela legenda da UDN concomitantemente a seu irmão Rubens Vasconcelos, que ocupou o cargo de Vereador em Araruama. O tio de ambos, João, foi eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, também pela legenda da União Democrática Nacional, sendo um dos signatários da nova constituição do estado²¹¹. Todos os integrantes da família Vasconcelos eleitos em 1947 – Renato, Rubens e João – eram médicos e exerciam a profissão na cidade de Araruama. João Vasconcelos havia também exercido o cargo de prefeito de Araruama no mandato de 1924-1927. É importante resaltar que, desde a criação da figura do prefeito em Araruama na década de 1920, todos os chefes do executivo municipal desta cidade haviam sido, até a Revolução de 1930, parentes ou aliados políticos dos²¹², conforme vimos no capítulo anterior.

O fato de deter a maior parte das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado garantiu ao PSD papel preponderante no “tom” dado ao tipo de democracia constituída a partir da constituição de 1946: não apenas no momento da Constituinte, mas em todo período da República pós-45, o PSD foi maioria no congresso. As práticas políticas foram em grande parte mediadas por esse partido, o qual foi referência para os demais se posicionarem a partir dele²¹³. Justamente por obter maioria de representantes na Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), o PSD escolheu como líder nessa câmara o agora Deputado Hélio de Macedo Soares. Amaral Peixoto contou que, apesar de ter apoiado Dutra e Edmundo de Macedo Soares na campanha para Presidente e Governador, estes foram

²⁰⁹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibid., p. 130.

²¹² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

²¹³ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2º edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

progressivamente se afastando depois de eleitos, até romperem com o ex-interventor fluminense. Porém, o irmão do Governador, Hélio, continuou a manter relações com Amaral Peixoto, que lembrou:

Eu fiz líder do PSD na Assembleia o Hélio de Macedo Soares, irmão do Edmundo e meu grande amigo. Numa conversa em palácio, já as coisas meio estremecidas, o Hélio disse: “Eu sou o juiz entre vocês dois. Se um agir mal em relação ao outro, fico do lado contrário.” Ele sentiu que o Edmundo agiu mal comigo e ficou do meu lado até o fim ²¹⁴.

O Afastamento de Amaral Peixoto parece ter aproximado o Governo Estadual e Federal do Executivo araruamense em uma aliança que duraria até pouco antes das eleições de 1950. As alianças interpartidárias eram “em grande parte produto de disposições legais, que praticamente compelem os partidos à coligação. As táticas de alianças é que diferem, pois estas obedecem a critérios flagrantemente políticos” ²¹⁵. Essas alianças são fruto de negociações que ocorrem dentro congresso, o que acaba por dar grande importância ao legislativo quanto à estabilidade dos regimes democráticos ²¹⁶.

O Acordo interpartidário de 1948 reuniu o PSD, a UDN e o PR (Partido Republicano) em uma grande aliança que permitiu ao presidente Dutra governar praticamente sem oposição. Para a UDN, a possibilidade de poder participar do governo era muito interessante. A derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 já tinha feito os udenistas repensarem seu discurso e aceitarem participar do governo Dutra logo após os trabalhos da Assembleia Constituinte, com a participação em Ministério: Raul Fernandes, chanceler, Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde e Daniel de Carvalho, do Partido Republicano (PR), então aliado da UDN, assumiu a pasta da Agricultura ²¹⁷.

Qualquer interpretação sobre o comportamento da UDN neste período terá que considerar o quadro de profunda indefinição, herança da criação heterogênea e conjuntural: a UDN continua uma “frente” e não um partido. Assim, ao abandonar sua missão ostensivamente oposicionista, passa a expressar a própria ambiguidade na ação política: não age contra nem a

²¹⁴ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 235.

²¹⁵ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 61.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

favor. (...) Essa indefinição política, envolta em laços de eufemismo elitista e moralista — que marcarão, para sempre, a imagem do partido — era patente nas justificações para a participação do governo ²¹⁸.

Importante detalhe deste acordo interpartidário foi a exclusão do PTB. Com isso, Dutra poderia ter maior controle sobre a sucessão presidencial, afastar o PSD da influência de Vargas e garantir governabilidade, visto que esta coligação alcançava 83,8% da Câmara dos Deputados ²¹⁹.

Como moeda de troca para as coligações, o PSD utilizava algumas comissões técnicas que eram divididas proporcionalmente em função do número de cadeiras ocupadas pelo partido na Câmara. Munido da liderança da Câmara e do Senado, o PSD mantinha para si, na Câmara dos Deputados, a presidência das duas comissões mais poderosas do legislativo: a de Constituição e Justiça e a de Orçamento. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara tinha como atribuição “examinar, em primeiro lugar, todos os projetos propostos pelos deputados ou pelo Presidente da República para determina-lhes a constitucionalidade” e a Comissão de Orçamento “apreciava as emendas ao orçamento da união, determinando, em última instância, a alocação de recursos para a realização de obras nos municípios, entre outras despesas” ²²⁰. Acreditamos que a presidência dessas duas Comissões na ALERJ foi fundamental para a manutenção da Comissão de Urbanização de Araruama durante a maior parte do regime democrático, visto que um de seus principais idealizadores, Hélio de Macedo Soares, além de líder na Assembleia fluminense, tinha grande prestígio e influência por ser o deputado mais votado no período e irmão do governador do estado do Rio de Janeiro. Nestas comissões da Câmara dos Deputados seria possível impedir, por exemplo, que a Comissão de Urbanização de Araruama fosse considerada inconstitucional, ou que lhe faltassem recursos financeiros para promover as obras naquele município fluminense.

²¹⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981, p.168.

²¹⁹ HIPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2º edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

²²⁰ *Ibid.*, p.77-78.

2.2 NOVOS TEMPOS, ANTIGAS PRÁTICAS: DISPUTAS PELO PODER MUNICIPAL EM ARARUAMA

Aparentemente houve aproximação entre os araruamenses udenistas e os seus novos “aliados” pessedistas em função do afastamento de Amaral Peixoto e dos acordos multipartidários. Porém, as ações promovidas pelo estado neste município começaram a causar atritos cada vez maiores. As primeiras mostras de que os conflitos estavam por eclodir começaram a se tornar evidentes ainda em meados de 1948, quando João Vasconcelos iniciou uma série de denúncias sobre abusos de autoridade praticados por agentes policiais indicados pelo PSD na cidade. O Deputado de Araruama leu na tribuna da ALERJ um telegrama enviado pelo vereador udenista Antúlio Rego, que recebeu o apoio de mais seis vereadores da UDN do município ²²¹. Neste documento, o vereador estava “denunciando arbitrariedades praticadas pelo delegado João de Albuquerque”, que estaria cometendo “desmandos” na cidade de Araruama. Além do telegrama, João Vasconcelos também leu uma carta enviada pelo engenheiro José Arruda de Albuquerque, “na qual as acusações eram confirmadas e até reforçadas por outros atos”. O Deputado afirmou que o autor desta carta “era um elemento do PSD de Araruama, o que demonstrava que a denúncia não estava absolutamente baseada em questões político-partidárias” ²²². Para compreender esta afirmação de João Vasconcelos, é fundamental mencionar que o líder pessedista na ALERJ, Hélio de Macedo Soares, era quem havia indicado o delegado João Albuquerque para o cargo de delegado de polícia no município.

Poucos dias após a inauguração das 40 casas populares em Araruama, as denúncias lidas pelo Deputado Estadual João Vasconcelos acerca de arbitrariedades causadas pela interferência de forças estaduais na cidade começaram a surtir efeito. As acusações a respeito de abusos de autoridade e uso de violência no município pelo delegado de Araruama, agente indicado pelo Deputado Hélio de Macedo Soares, geraram desconforto não somente entre os poderes legislativos municipal e estadual – visto que a acusação do Deputado João Vasconcelos estava endossada por sete vereadores udenistas de Araruama – como também

²²¹ Esses vereadores eram, segundo o jornal *Diário Carioca*: Clodomiro Soares, Rubens Vasconcelos Lessa, Clemente Soares Marinho, Oscar Olímpio de Bragança, Francisco Campos e Domingos José da Fonseca. Nas palavras dos vereadores, eles estavam “se solidarizando com os termos do telegrama enviado pelo colega Antúlio Rego, com referência aos desmandos praticados pelo delegado de polícia local” (*Diário Carioca*, 16 de Junho de 1948).

²²² *Diário Carioca*, 16 de Junho de 1948.

causou embaraço entre o Governador Edmundo Macedo Soares, irmão do Deputado Hélio de Macedo Soares, e o prefeito de Araruama, Renato Vasconcelos Lessa, sobrinho do Deputado João Vasconcelos. Hélio de Macedo Soares não aceitou a transferência do referido delegado, ordenada pelo seu irmão, o Governador. O Jornal “*Diário da Noite*”, de 28 de Julho de 1948, relatou que o Secretário de Segurança do Estado, Luiz Pinto, já havia há oito dias assinado e publicado na imprensa a transferência do Delegado de Araruama para a cidade vizinha, Cabo Frio; porém a publicação em Diário Oficial foi impedida pelo Deputado Hélio de Macedo Soares. Segundo o mesmo jornal, “líderes udenistas” e o desembargador Ivair Itagiba procuraram o Governador para cobrar uma atitude. Edmundo de Macedo Soares não teria escondido o “seu descontentamento pelo incidente, reiterando que a autoridade seria transferida e que o referido ato seria publicado no dia imediato”²²³. O Governador do estado do Rio de Janeiro, que já se encontrava naquele momento em atrito político com Amaral Peixoto pela liderança no interior do próprio PSD fluminense, havia sido aconselhado pelo ex-interventor fluminense sobre a importância das nomeações de cargos estaduais nos municípios. Amaral Peixoto relatou:

Quando eu indicava um juiz de paz ou um delegado, ele (Edmundo Macedo Soares) dizia: “mas você, um político, se preocupando com um detalhe desses?” Eu respondia: “Esses detalhes são essenciais na política, porque são esses homens que aguentam o partido no interior. (...) O homem do interior é um homem sério. Quando quer um delegado não é para fazer tropelias, é para evitá-las. A polícia tende a ser prepotente. E o que esses homens querem é uma garantia para suas famílias, seus amigos, suas cidades”²²⁴.

A crise política agravou-se quando o líder pessedista na câmara, Hélio de Macedo Soares, não permitiu, pela segunda vez, que a transferência do delegado fosse publicada, mesmo depois de ter sido novamente divulgada pela imprensa. O “*Diário da Noite*” ainda informou nessa mesma edição que, segundo foi apurado entre suas diversas fontes, “todas merecedoras de crédito”,

o Coronel Hélio de Macedo Soares, depois de anunciar que a transferência do seu delegado de Araruama levá-lo-ia à renúncia da liderança da maioria (o que não teve a repercussão esperada), fez grave ameaça ao governador,

²²³ *Diário da Noite*, de 28 de Julho de 1948.

²²⁴ CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p.238.

seu irmão, que não insistisse, pois do contrário transformaria aquele município numa segunda Alagoas ²²⁵.

O comentário de deputado Macedo Soares fez referência às rugas políticas entre os irmãos Góes Monteiro (pertencentes ao PSD) e seus adversários em Alagoas nos anos 1940 e 1950. Este período da política neste estado foi marcado por “um clima de intensa violência política” ²²⁶.

O governador acabou por fim cedendo ao pedido do Deputado Hélio e o delegado permaneceu em seu cargo na cidade de Araruama. Contudo, o fato causou desconforto entre Edmundo de Macedo Soares e os udenistas, ficando cada vez mais evidente o interesse de Hélio pelo controle da dinâmica municipal daquela localidade:

sobressaindo-se a decisão do líder do PSD, que com sua atitude cria sérias dificuldade ao governador, deixando-o mal perante a opinião pública e com os dirigentes da UDN em particular, partido aliás que ganhou eleições em Araruama, mas onde o coronel Hélio de Macedo Soares detém as posições de nomeação do executivo Estadual ²²⁷.

O Deputado João Vasconcelos declarou, na mesma reportagem, que “não tem candidato para a delegacia de polícia daquele município, apenas não concorda, por pressão da população local, com as ‘diatribes do atual delegado, indivíduo de péssimos antecedentes, que saiu de Petrópolis pelos mesmos motivos” ²²⁸.

Poucos dias depois, João Vasconcelos fez outra denúncia: o escrivão interino da Delegacia de Polícia de Araruama, Nilton Nunes Teixeira, seria analfabeto e autor do furto de “apetrechos de cabeleireiro” avaliados em quatro mil cruzeiros na cidade de Niterói. O Deputado udenista de Araruama fez um requerimento à ALERJ no sentido de solicitar ao Secretário de Segurança Pública informações sobre a vida pregressa do escrivão, indagando “se no mês de Junho último, foi consignada, na Delegacia de roubos e furtos, uma queixa de Benedito Gonçalves Ribeiro, conhecido por Benedito Cabeleireiro (...), por furto de objetos de sua propriedade (...)”.

²²⁵ *Diário da Noite*, 28 de Julho de 1948, p. 6.

²²⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbete-biográfico. MONTEIRO, Ismar de Góis. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

²²⁷ *Idem*.

²²⁸ *Idem*.

João Vasconcelos teria procurado o Governador para inteirá-lo do caso do escrivão de Araruama, mas este ainda continuava no cargo. O jornal *Diário da Noite* “ouviu do Deputado João Vasconcelos graves acusações sobre a pessoa do escrivão. Esse parlamentar afirmou que Nilton Nunes Teixeira, além de ladrão é analfabeto, portanto incompatível para o cargo”²²⁹. Após essa denúncia, foi anunciada a troca do suplente de subdelegado da cidade, assumindo o cidadão Dalilo Barbosa, que, segundo o jornal *Diário Carioca*, era “homem conhecido como elemento de péssimos antecedentes, já tendo sido demitido da Prefeitura do município como funcionário incompetente e relapso”²³⁰. Dalilo Barbosa havia sido dispensado²³¹ em março de 1947 pelo então Prefeito de Araruama, Joaquim de Couto Pfeil, aliado da família Vasconcelos. Este chefe do Executivo Municipal foi indicado também em março de 1947 pelo recém-eleito governador do estado do Rio de Janeiro, Edmundo de Macedo Soares. A nomeação de Dalilo Barbosa como subdelegado fez com que a maioria udenista na Câmara dos vereadores de Araruama buscasse aprovar uma resolução que suspendesse os trabalhos na casa, alegando falta de garantia à segurança dos trabalhos²³².

O jornal *Diário Carioca*, na edição do dia 17 de agosto de 1948, tinha como título de sua manchete: “Continuam os espancamentos em Araruama”. A reportagem informava que o Deputado João Vasconcelos, mais uma vez, leu um telegrama enviado pela “maioria udenista na Câmara Municipal de Araruama”. A mensagem dos vereadores anunciava que

Nenhuma providência foi tomada até agora contra o espancamento ocorrido na delegacia municipal, levado a efeito por soldados e escrivão. Tais fatos ficaram impunes, não obstante o apelo formulado ao senhor Governador do estado. Resolvemos, conseqüentemente, em sinal protesto, não comparecer às sessões da Câmara, até que sejam asseguradas a tranquilidade e a segurança necessárias ao exercício do nosso mandato²³³.

João Vasconcelos levou a denúncia dos “espancamentos em Araruama” à Comissão Interpartidária Nacional através do representante da UDN, o Deputado Federal Constituinte José Monteiro Soares Filho. Segundo aquele parlamentar udenista de Araruama, “o

²²⁹ *Diário da Noite*, 07 de Agosto de 1948.

²³⁰ *Diário Carioca*, 14 de Agosto de 1948.

²³¹ A demissão de Dalilo Barbosa foi entendida à época pelo presidente do PSD em Araruama, Oliveira Rocha, como “perfeita perseguição política”, conforme telegrama enviado à Amaral Peixoto em Março de 1947. Arquivo CPDOC, acervo Amaral Peixoto.

²³² *Diário Carioca*, 14 de Agosto de 1948.

²³³ *Diário Carioca*, 17 de Agosto de 1948.

espancamento do operário Valdemiro Carlos Pessoa fez com que a população local se revoltasse, só não havendo um choque entre a polícia e o povo pela interferência enérgica e serena do promotor público da comarca”²³⁴. Vasconcelos queixou-se ainda que o

seu partido, vencedor nos três pleitos já realizados, continue a ser perseguido pelas autoridades policiais do Sr. Hélio de Macedo Soares e Silva, que não se conformou ainda com as derrotas sofridas nas campanhas eleitorais por ele pessoalmente dirigidas em Araruama. (...) Respeitando a prerrogativa do governador de escolher as autoridades policiais, jamais lhe indicou nomes, mas essa liberdade de escolha, para ser acatada, deve obedecer a critério justo²³⁵.

Telegrama de igual teor, denunciado as “arbitrariedades” no município, foi também enviado pelos vereadores de Araruama²³⁶ ao Secretário de Interior e Justiça do Estado, Ivair Nogueira, anunciado que eles não iriam comparecer às sessões da Câmara Municipal devido à insegurança na cidade, além de reclamar da omissão do governador perante o caso²³⁷. Este telegrama informava ao Secretário que os

fatos ocorridos neste município, com nomeações de autoridades policiais que não condizem com as tradições de dignidade pública desta terra e de segurança constitucional (...). Espancamentos verificados em plena via pública e no interior da delegacia por soldados e pelo próprio escrivão permanecem impunes apesar de nos dirigirmos ao Sr. Governador no sentido de apurar as ocorrências que afrontam a civilização do município²³⁸.

No dia seguinte à leitura do telegrama enviado pelos vereadores de Araruama denunciando a violência praticada pelas autoridades policiais na cidade, o Secretário de Segurança do Estado, Luiz Pinto, alegou que os fatos ocorridos em Araruama não passavam de um caso rotineiro de polícia, não havendo nenhuma conotação política. A bancada udenista na ALERJ reagiu imediatamente, tendo o Deputado João Vasconcelos proferido discurso contra a atitude do Secretário, afirmando ser “velho hábito a alegação de que os fatos ocorridos não iam além de um rotineiro caso de polícia”. O líder udenista, Deputado Mário

²³⁴ *Diário de Notícias*, 17 de Agosto de 1948.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ Os vereadores que assinaram este telegrama foram: Clemente Marinho, Francisco Campos, Antúlio Rego, Oscar Bragança, Rubens Vasconcelos Lessa, Clodomiro Soares e Joaquim Raposo.

²³⁷ *Diário de Notícias*, 18 de Agosto de 1948.

²³⁸ *Idem*.

Guimarães, afirmou estranhar a conclusão antecipada por parte do Secretário, “acentuando que a autoridade incumbida do inquérito, um suplente de delegado, adversário da UDN, não poderá, tratando-se de um caso político, ter isenção de ânimo bastante para nele funcionar”²³⁹.

O Deputado pessedista Moacir de Paula Lobo defendeu o Secretário de Segurança declarando que o fato ocorrido em Araruama era “um caso banalíssimo”. O Deputado Mário Guimarães respondeu que “espancar presos não é caso banal”²⁴⁰. João Vasconcelos, em discurso no plenário, “concluiu suas considerações afirmando que o caso, objetivamente, não tinha origem nem objetivos políticos, mesmo porque o agredido era um elemento do PSD”²⁴¹. Ainda a respeito do ocorrido em Araruama, o jornal *A Manhã* publicou que “a impressão dominante, nas rodas pessedistas, é que tudo não passa de obra de encenação da UDN para causar efeito”²⁴².

O Deputado Hélio de Macedo Soares foi à tribuna da ALERJ no dia 20 de Agosto fazer considerações ao que já era tratado na imprensa como o “Caso policial de Araruama”. Depois de elogiar a atuação do Delegado João Albuquerque e de seu primeiro suplente, que estava em exercício naquele momento, Macedo Soares foi bruscamente interrompido pelos Deputados udenistas Alberto Torres, Mário Guimarães e Tenório Cavalcante. Este último lembrou que “o líder do PSD poderia, dependendo apenas de sua boa vontade, por fim ao ‘caso de Araruama’, concordando com a nomeação de um delegado militar para aquele município, de confiança exclusiva do governador do estado”²⁴³. Prolongando sua fala por quase três horas para tratar da situação política em Araruama, o Deputado Macedo Soares chamou de “farsa” a atitude dos vereadores de Araruama de não comparecerem à Câmara Municipal, alegando não haver segurança para trabalhar. Hélio afirmou que “é líder quem pode e não quem quer”, acusando a UDN de pretender nomear autoridades por ela indicadas para a cidade, além de se defender da denúncia relativa à transferência de 350 eleitores de outro município para Araruama já que, na verdade, ele havia transferido apenas 128 eleitores. A bancada udenista rebateu as acusações afirmando que, apesar de ser vencedora nos pleitos em Araruama, exigiu do governador apenas “autoridades neutras”. Em relação à transferência de eleitores para Araruama, mesmo se tratando “apenas” de 128 indivíduos, “de qualquer

²³⁹ *Diário da Noite*, 19 de Agosto de 1948, p. 3.

²⁴⁰ *Idem*.

²⁴¹ *Diário Carioca*, 19 de Agosto de 1948.

²⁴² *A manhã*, 19 de Agosto de 1948.

²⁴³ *Diário Carioca*, 21 de Agosto de 1948.

forma, frisaram os udenistas, o atentado à lei eleitoral é flagrante”²⁴⁴. Hélio de Macedo Soares prosseguiu seu discurso acusando a UDN de Araruama da morte de um menor de idade alguns anos antes – supostamente encontrado enforcado dentro da própria cela da delegacia de Araruama. O Delegado à época, segundo Macedo Soares, seria uma autoridade filiada a UDN.

O líder udenista na ALERJ, Mário Guimarães, respondeu²⁴⁵ na tribuna da ALERJ no dia 23 de Agosto às declarações de Macedo Soares através de um telegrama enviado pelo município de Araruama, declarando que, no momento “da prisão do menor Geraldo, as autoridades do município eram todas do PSD (...). Não eram, absolutamente, udenistas, as autoridades policiais em Araruama, por ocasião daquele rumoroso caso”²⁴⁶. No dia 25 de Agosto, o Deputado Hélio de Macedo Soares voltou a falar em plenário sobre “o caso de Araruama”, referindo-se ao telegrama lido dois dias antes pelo Parlamentar Mário Guimarães. Em relação ao crime cometido contra o menor Geraldo Vieira no dia 04 de Dezembro de 1946, Macedo Soares admitiu serem de fato pertencentes ao seu partido, o PSD, as autoridades responsáveis pelo policiamento do município naquele momento. O Deputado afirmou que

o Sr. Virgílio Bragança, patrão do menor, queixou-se à delegacia, acusando-o de furto. Naquela ocasião, o menor Geraldo declarou às autoridades pessedistas ter sido induzido ao furto por Francisco Lima, vulgo “Chicó”. Sendo este cabo eleitoral udenista de grande prestígio, movimentaram-se as coisas e as autoridades policiais foram substituídas²⁴⁷.

O líder do PSD na ALERJ continuou sua fala afirmando que o novo delegado, Coelho Gomes, e o novo escrivão, Ari Abreu, “foram assistidos pelas autoridades municipais”, mas três dias depois “apareceu o menor Geraldo enforcado no próprio xadrez em que estava recolhido”. Essa acusação atingiu diretamente a família Vasconcelos, pois na ocasião da morte do menor, o Prefeito de Araruama era Rubens Vasconcelos, indicado pelo interventor Hugo Silva. Hélio afirmou ainda que embora o exame pericial não tenha sido realizado “como é de praxe, o pai do menor, no cemitério, fez com que as testemunhas vissem as marcas de

²⁴⁴ *Diário da Noite*, 23 de Agosto de 1948.

²⁴⁵ O Jornal *Diário de Notícias* de 24 de Agosto de 1948 informou que o Deputado João Vasconcelos não estava presente nessa sessão “por motivo de doença”; sendo assim, falou em nome do município de Araruama o líder Udenista na ALERJ, Mário Guimarães.

²⁴⁶ *Diário Carioca*, 24 de Agosto de 1948.

²⁴⁷ *A Noite*, 26 de Agosto de 1948.

servícias que apresentava a vítima”. O Deputado afirmou que o real motivo da perseguição à atual autoridade policial de Araruama por parte dos udenistas seria a investigação relativa a este crime, visto que o delegado João Albuquerque estaria empenhado em esclarecer o caso. Macedo Soares concluiu que o inquérito “prosseguirá para que não fique como mancha no governo do Sr. Edmundo de Macedo Soares e Silva”, afirmando que “os culpados serão punidos, sejam da UDN ou de outro qualquer partido”²⁴⁸.

Uma semana após as declarações de Macedo Soares sobre “o caso de Araruama”, afirmou em plenário o Deputado João Vasconcelos que “responderá oportunamente provando que o líder pessedista falara sob a influência de paixões políticas que o levaram a deturpar os fatos”²⁴⁹. Neste mesmo dia, “outro pedido de informações ao Secretário da Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro” foi solicitado por João Vasconcelos na ALERJ sobre o espancamento ocorrido na delegacia de Araruama. O Deputado questionou “se no dia 09 de Agosto do ano corrente foi apresentada queixa ao delegado de dia da capital, Sr. Rafael Affialo, pelo cidadão Waldemiro Carlos Pessoa, e se lhe foram tomadas as declarações”. João Vasconcelos questionou “se o referido cidadão foi submetido a exame de corpo de delito no instituto de polícia técnica”, “se o inquérito prosseguiu e em que termos está” e “se foram enviadas peças do inquérito à Delegacia Regional do Município de Araruama”²⁵⁰.

Algumas semanas depois, João Vasconcelos ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa Fluminense para responder às acusações de Hélio de Macedo Soares sobre aquilo que o udenista classificou como “o caso político de Araruama”, reafirmando que “nenhuma interferência teve o seu partido no caso e que, na época, todas as autoridades policiais eram do PSD”. Depois de “proceder à leitura de farta documentação” para comprovar as suas afirmações, o parlamentar de Araruama concluiu que “Sr. Macedo Soares e Silva tinha sido mal informado, deixando-se possuir de convicções inteiramente errôneas”²⁵¹. Neste mesmo dia, foi feita uma nova solicitação do Deputado João Vasconcelos ao Secretário de Segurança Pública por intermédio da ALERJ. O udenista questionou “se já foi ultimado o inquérito policial aberto em virtude de queixa verbal de Benedito Gonçalves Ribeiro, por crime de

²⁴⁸ *A Noite*, 26 de Agosto de 1948.

²⁴⁹ *Diário Carioca*, 03 de Setembro de 1948.

²⁵⁰ *Diário da Noite*, de 03 de Setembro de 1948.

²⁵¹ *Diário Carioca*, 22 de Setembro de 1948.

furto, em 30 de Junho de 1948, no qual está envolvido Newton²⁵² Nunes Teixeira, escrivão da Delegacia de Araruama”²⁵³.

Ainda sobre o caso da queixa do Cabeleireiro contra o escrivão, João Vasconcelos questionou, em caso de averiguação finalizada, “qual o teor do relatório da autoridade que presidiu o inquérito; e se os autos já foram enviados ao Juiz competente, para fins de direito. No caso de não ter sido remetido o inquérito a juízo, qual o motivo determinante da demora”²⁵⁴. Essas Solicitações pressionavam ainda mais o Governador Fluminense, visto que este continuava a manter nos cargos do executivo Estadual os indivíduos indicados pelo seu irmão, o Deputado Hélio de Macedo Soares, que atuavam no município. Esta atitude causou desgosto entre os udenistas pertencentes ao legislativo estadual e municipal de Araruama.

2.3 “METIDO ENTRE O PODER ESTADUAL E O PODER MUNICIPAL: UM ÓRGÃO ESDRÚXULO”

É no jornal *Diário de Notícias* do dia 08 de Outubro de 1948 que encontramos pela primeira vez uma menção do Deputado João Vasconcelos à Comissão de Urbanização de Araruama, requerendo este ao Secretário de Viação do Estado que

informasse por que preço foram adquiridas as instalações de luz elétrica da Vila de São Vicente de Paula, Distrito de Araruama, bem como se esse serviço é feito por conta da Comissão Central de Macabú, ou por conta da Comissão de Urbanização de Araruama²⁵⁵.

Esse requerimento questionava justamente a atuação de duas comissões criadas na época do Estado Novo – e que ainda estavam em pleno funcionamento – pelo agora Deputado Hélio de Macedo Soares durante a sua investidura no cargo de Secretário de Viação e obras públicas fluminense. Atacar esses órgãos era uma forma de atingir o próprio líder da Câmara, visto que ele ainda mantinha influência sobre estas comissões²⁵⁶. A partir deste momento, o

²⁵² O nome do Escrivão está grafado de maneira diferente neste periódico, lendo-se “Newton” ao invés de “Nilton”, como foi grafado no Jornal *Diário da Noite* em 07 de Agosto de 1948.

²⁵³ *Diário da Noite*, de 22 de Setembro de 1948.

²⁵⁴ *Diário da Noite*, de 22 de Setembro de 1948.

²⁵⁵ *Diário de Notícias*, dia 08 de Outubro de 1948.

²⁵⁶ O Deputado Hélio de Macedo Soares havia sido afastado da direção da Comissão Central de Macabu por “dispositivo eleitoral”, visto que aquele cargo seria incompatível com sua função como Deputado. Porém, Hélio continuaria sendo “quem dava as ordens em Macabu”. Quando a Comissão requereu à ALERJ 150 Milhões de cruzeiros para continuação das Obras na Usina Hidrelétrica de Macabu, o Deputado Macedo Soares encontrava-

discurso de João Vasconcelos em relação à nomeação de autoridades policiais em Araruama começou a mudar, chegando ao ponto de sugerir que, pelo fato da UDN ser vitoriosa nos três pleitos em Araruama e devido à sua própria atuação em eleições anteriores, o partido teria o direito de nomear “as posições no município”²⁵⁷.

A postura política da UDN em Araruama se tornara mais agressiva, partindo para uma tentativa de desconstrução de símbolos do Estado Novo na cidade. Por determinação da Câmara Municipal, foi inaugurada uma placa mudando o nome de uma das principais avenidas da cidade, chamada “Getúlio Vargas”, para “29 de Outubro”. Este ato participava de uma série de “manifestações cívicas” em comemoração ao dia 29 de outubro, data em que Vargas foi deposto do poder. Segundo o *Diário Carioca*, apenas a bancada udenista compareceu ao evento, e “todos os esforços dos queremistas locais para prejudicar as solenidades não conseguiram alçar o mínimo êxito, dado o entusiasmo popular, que foi extraordinário”²⁵⁸. Posteriormente, a avenida voltou a ser chamada de “Getúlio Vargas” – nome que mantém até os dias atuais.

Ainda na tentativa de investigar comissões criadas por Hélio de Macedo Soares durante o Estado Novo, João Vasconcelos solicitou por intermédio da ALERJ mais informações sobre a Comissão Central de Macabu e a Comissão de Urbanização de Araruama. Os questionamentos do Deputado udenista eram relativos à quantidade de funcionários, seus nomes, cargos e vencimentos²⁵⁹.

O último encontro do ano de 1948 de quase todos esses atores políticos se deu na inauguração do primeiro posto telefônico da cidade de Araruama, ocorrida no dia 11 de dezembro. Edmundo de Macedo Soares foi “cordialmente recebido pelo Prefeito local, Sr. Renato Vasconcelos Lessa, pelo presidente da Câmara Municipal, Sr. Clemente Soares Marinho²⁶⁰, por uma comissão de diretores da companhia telefônica brasileira e um apreciável número de figuras representativas”²⁶¹. O governador do estado, durante o seu discurso, salientou a importância do seu irmão, Hélio – que não estava presente no ato – por “firmar e

se em evidente conflito de interesses, e as cifras gastas até então pela obra, somadas à falta de transparência nos balancetes, criaram uma situação de mal estar para o Governador, que foi pressionado pelo Líder de UDN na assembleia fluminense, Mário Guimarães, a prestar contas sobre o empreendimento. *O Jornal*, 04 de Setembro de 1948.

²⁵⁷ *Diário Carioca*, 19 de Outubro de 1948.

²⁵⁸ *Diário Carioca*, 05 de Novembro de 1948.

²⁵⁹ *Diário da Noite*, 17 de Novembro de 1948.

²⁶⁰ O Vereador Clemente Marinho Soares era Udenista e havia assinado conjuntamente com a bancada do seu partido todos os telegramas endereçados ao Governador reclamando das nomeações de autoridades no município pelo Deputado Hélio de Macedo Soares.

²⁶¹ *O Fluminense*, 12 de Dezembro de 1948.

encaminhar os entendimentos precedentes” para realização daquele “empreendimento”. Falando ao público o gerente da companhia telefônica do distrito norte do estado do Rio, “Sr. Land”, descreveu o Governador como “homem apolítico e administrador de ação que honrando aquele ato com a sua presença, mostrava mais uma vez ser um governador itinerante que não se limita a examinar e despachar processos”²⁶². Em seguida, Edmundo de Macedo Soares fez a primeira ligação do posto telefônico, diretamente para o Distrito Federal. Depois da inauguração, houve uma recepção no Parque Hotel de Araruama para as “autoridades e figuras de projeção, assim como avultado número de elementos da sociedade local, onde foram cativamente recepcionados”²⁶³. Estavam presentes também na inauguração e recepção, o Deputado João Vasconcelos e seu sobrinho, o vereador Rubens Vasconcelos Lessa, além do também vereador Antonino Alves Branco²⁶⁴.

É na edição do *Diário Carioca* de 28 de Janeiro de 1949 que encontramos pela primeira vez notícia sobre a “proposta de extinção da Comissão de Urbanização de Araruama”, enviada à ALERJ por uma indicação aprovada pela Câmara Municipal de Araruama. A indicação, transcrita nas páginas do jornal, afirma que a Comissão consome a verba anual de 500.000 cruzeiros, “sem nada ter produzido de útil ao povo daquele município”²⁶⁵. Além disso, “a existência da referida Comissão atenta contras as garantias asseguradas ao município pelo artigo 28, inciso II, letras ‘a’ e ‘b’ da Constituição Federal²⁶⁶ e pelo artigo 85, inciso II, letras ‘a’ e ‘b’ da constituição do estado”. Por fim, afirma que a Comissão, criada para executar “o plano mandado organizar pelo estado” tem “atribuições catalogadas (...) que entram em conflito com a dos poderes municipais” e que

não se compreende, pois que, com evidente cerceamento da autonomia do município, ainda exista a mesma comissão, que deve ser imediatamente extinta. Trata-se de um órgão esdrúxulo, com atribuições inconstitucionais, metido entre o poder estadual e o poder municipal²⁶⁷.

²⁶² *O Fluminense*, 12 de Dezembro de 1948.

²⁶³ *Idem*.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ *Diário Carioca*, 28 de Janeiro de 1949.

²⁶⁶ Está escrito no Artigo 28, inciso II, letras “a” e “b” da Constituição Federal de 1946 que “A autonomia dos Municípios será assegurada: II – pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente: a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas; b) à organização dos serviços públicos locais”.

²⁶⁷ *Diário Carioca*, 28 de Janeiro de 1949.

O jornal *Diário de Notícias* adotou um discurso mais ofensivo, salientando que a Comissão de Urbanização de Araruama “superpõe-se à administração municipal de Araruama”, sendo “criada em regime ditatorial para erigir a bela cidade da região do litoral fluminense em templo do jogo”, onde foi “construído o indispensável Palace-Hotel, destinado à concentração dos jogadores e viciados em veraneio pela região (...)”²⁶⁸. O Periódico lembra que, proibido o jogo no Brasil, “ficaram sem o remate final os planos traçados, e lá se encontra o hotel portentoso, explorado sob o regime de concessão, sem o que se saiba da sua renda ou dos prejuízos que causa”²⁶⁹. O jornal apontou ainda nessa edição que o então deputado Hélio de Macedo Soares teria dirigido enquanto secretário de Viação e Obras Públicas as obras executadas na época do desenvolvimento do plano urbanístico de Araruama, o que lhe teria garantido o município como um de seus redutos eleitorais.

A mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares à ALERJ em 15 de Março de 1949²⁷⁰ dedicou duas páginas inteiras a explicar o que era a Comissão de Urbanização de Araruama, o seu orçamento detalhado do ano anterior, bem como algumas de suas atribuições e estratégias para fazer uma gestão mais eficiente do erário público a ela destinado. Foram descritas as melhorias empreendidas pelo Serviço de Água de Araruama (administrado pela Comissão) na conservação, substituição e ampliação dos tubos da adutora, citando especificamente a construção de uma linha distribuidora para o abastecimento das 40 casas construídas pela “Fundação da casa popular” inauguradas pelo Presidente Dutra. Também foi mencionada a conclusão de uma residência e o início de outra que completa o Parque Hotel, a continuação de sua escadaria, a feitura de diversos levantamentos e demarcações e a conservação dos “imóveis pertencentes ao patrimônio Estadual”. A mensagem informava que o Parque Hotel foi “arrendado à Sociedade Comercial e Imobiliária Arcampo Ltda pelo prazo de 05 anos”, tendo “toda conservação do imóvel e dos jardins que o circundam” passado à contratante. Assim, “o estado ficará aliviado de uma despesa que pesava anualmente no orçamento da C.U.A.”. Por último, a mensagem do governador informa que o Serviço de ônibus Araruama-Niterói, criado por conta da “escassez de transportes durante a guerra”, deixaria de existir.

²⁶⁸ *Diário de Notícias*, 04 de Março de 1949.

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1949.

É interessante perceber que a retórica utilizada pelo Governador Macedo Soares nessa mensagem se baseia na ideia de que a Comissão de Urbanização de Araruama administraria basicamente o “Patrimônio Estadual” no município, mantendo uma série de serviços que beneficiavam diretamente a população local. Em nenhum momento a questão da autonomia municipal foi mencionada, pois a “C.U.A.” era entendida como um órgão técnico que buscava tornar mais eficiente os benefícios que provinha ao povo. Se analisarmos a discriminação da receita de 1948 para os “trabalhos deste órgão”, ficará evidente a tentativa de expô-la como um custo relativamente baixo para o município, visto que dos 975.500,00 cruzeiros disponibilizados no ano de 1948, apenas 3.500,00 provinham de taxas municipais e 500.000,00 do auxílio do Governo Estadual. O resto da receita era resultado da venda de terrenos pertencentes ao estado no município, da renda da pedreira e da olaria também administrados pela Comissão ²⁷¹.

Coincidência ou não, um dos parágrafos desta mensagem do Governador à ALERJ também fazia menção à Secretaria de Segurança do Estado, que por conta de seu “aparelhamento precário”, estaria de “par com velhas concepções”, que

induzem as autoridades investidas nas funções policiais a praticarem, por vezes, erros e arbitrariedades. Não tem faltado o Governo o dever de puni-las, quando são funcionários, nem de demiti-las, quando exercem o cargo graciosamente e a título precário; não se deixará, entretanto, surpreender pelos que usam as armas da democracia para destruí-la; pelo que clama contra as autoridades, porque elas os impedem de praticar abusos; e pelos que se proclamam vítimas, quando, de fato, são infratores da lei ²⁷².

Este trecho do texto parece fazer referência ao tão noticiado “caso de Araruama”, envolvendo espancamentos na cidade, supostos abusos por parte de agentes policiais indicados por políticos e até um cabeleireiro furtado. A mensagem do governador foi direcionada à ALERJ em um momento em que as discussões se exaltavam entre as bancadas dos partidos e, sobretudo, entre políticos que acreditavam ser necessário garantir suas influências locais e regionais no estado do Rio de Janeiro.

²⁷¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949.** Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1949, p. 129.

²⁷²Ibid., p. 10.

No mesmo dia em que foi apresentada a Mensagem do Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ, aconteceu eleição para a nova Comissão Diretora da Assembleia Fluminense. Nesse pleito, o Deputado Hélio de Macedo Soares foi substituído na presidência da casa pelo também pessedista Arinos de Souza Matos. É interessante notar que a UDN não obteve nenhum cargo na mesa diretora fluminense naquele momento ²⁷³.

Não tardou muito para novas denúncias contra indivíduos indicados a cargos no município de Araruama pelo PSD serem apresentados a ALERJ. Lendo um telegrama enviado pela Câmara Municipal de Araruama, o deputado João Vasconcelos delatava outra vez o escrivão Nilton Teixeira (acusado anteriormente de roubar “apetrechos” de um cabeleireiro em Niterói) por conduta criminosa. Desta vez, Nilton teria violentado uma jovem que foi fazer exame de corpo de delito dentro da delegacia de Araruama ²⁷⁴. O Deputado Vasconcelos afirmou que “arvorando-se em reformista na cidade de Araruama (no que parece ser uma alusão ao deputado Macedo Soares, que indicou o escrivão), Nilton Nunes Teixeira emprega um método experimental ignóbil, modificando a técnica dos exames médicos periciais” ²⁷⁵. Pressionado pela bancada udenista, o Secretário de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, Moacir Gomes de Azevedo, determinou que o delegado regional fosse até Araruama apurar as denúncias.

A Comissão de Urbanização e sua constitucionalidade foram questionadas mais uma vez no momento que o estado do Rio de Janeiro quis doar dois terrenos em Araruama para a Fábrica de Bonsucesso, do Ministério da Guerra, com o intuito de construir uma colônia de férias. O chamado projeto 208, apesar de contar com o apoio do deputado Vasconcelos, foi criticado pelo fato de, segundo o parlamentar, a Comissão, que era proprietária dos imóveis, ser inconstitucional e de “perturbar a administração municipal”. O autor do projeto, o deputado Macedo Soares, respondeu “sustentando a constitucionalidade e citando os benefícios que presta a Comissão de Urbanização de Araruama” ²⁷⁶. Em seguida, o projeto foi aprovado em primeira discussão ²⁷⁷.

A rixa entre João Vasconcelos e o PSD dos Macedo Soares parecia transcender as questões anteriormente abordadas, chegando ao campo médico, que era a especialidade do Deputado udenista. Discursando na ALERJ sobre uma entrevista dada pelo Secretário de

²⁷³ *A manhã*, 16 de março de 1949.

²⁷⁴ *Diário da Noite*, 19 de julho de 1949.

²⁷⁵ *Diário de Notícias*, 19 de julho de 1949.

²⁷⁶ *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1949.

²⁷⁷ *Diário Carioca*, 13 de agosto de 1949.

Saúde e Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, Vasco Barcelos, João Vasconcelos declarou que “os postos de saúde do interior medicamente não são bem aparelhados, mas politicamente são muito bem aparelhados”²⁷⁸. Poucos dias depois, o Governador Edmundo de Macedo Soares sancionou uma lei, abrindo na verba orçamentária uma nova alínea que destinou 20 mil cruzeiros para obras e serviços na casa de Caridade de Araruama²⁷⁹, única unidade que atuava como posto de saúde na cidade naquela época. No ano seguinte a crítica feita às condições da saúde no interior fluminense, Hélio de Macedo Soares se tornou o provedor da Casa de Caridade²⁸⁰ e assim permaneceu entre os anos de 1950 e 1959²⁸¹.

Mais um embate político envolvendo a autonomia municipal de Araruama se daria com o novo presidente da ALERJ, Deputado Arino de Souza Matos. Correligionário do Deputado e também pessedista Macedo Soares, Arino foi protagonista em um caso classificado pelo jornal *Diário Carioca* no dia 24 de Novembro de 1949 como mais uma “aventura político-eleitoral do deputado”. Aconteceu que o prefeito Renato Vasconcelos havia aberto há pouco tempo uma estrada no terceiro distrito de Araruama, São Vicente de Paulo. Nesse lugar, também havia sido construída uma escola municipal, que atraiu não somente alunos da própria cidade, mas também do município fronteiriço de São Pedro da Aldeia. Essa estrada atravessou terras de dois proprietários que apoiavam a UDN no município, sendo que um dele não aceitava que se matriculassem na tal escola alunos que não morassem em Araruama, e muito menos alunos que fossem filhos de quem ele considerasse inimigo político ou não apoiassem o prefeito udenista desta cidade. O outro proprietário das terras que margeavam a nova estrada discordou frontalmente do vizinho, achando aquela atitude “absurda e condenável”.

O primeiro proprietário, tentando retaliar o segundo, procurou o prefeito com o pedido de abrir um novo trecho de estrada, com o intuito de isolar do resto da cidade o vizinho que discordava de sua posição em relação à matrícula dos alunos. O chefe do executivo municipal explicou ao cidadão que esta obra seria impossível, visto que não constava nem no plano rodoviário de estado e nem do município. Além disso, segundo o prefeito, aquele pedido derivava apenas de “mera questão política”. Não se contentando com esta resposta, aquele

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, 05 de Outubro de 1949.

²⁷⁹ *Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1949.

²⁸⁰ O primeiro provedor da Casa de Caridade de Araruama foi Bernardo José da Fonseca Vasconcelos, pai do então deputado João Vasconcelos.

²⁸¹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 218.

cidadão procurou o presidente da assembleia fluminense, Arino de Matos, que teria se prontificado a auxiliar a construção do novo trecho da estrada com o intuito de “desmoralizar o prefeito udenista”. Matos teria usado o nome do Governador Edmundo de Macedo Soares – que se encontrava em uma viagem a São Paulo – para conseguir mobilizar esforços e atingir seu intento: um trator rebocando uma plaina pertencente ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem chegou à Araruama no sábado seguinte com a missão de abrir o trecho de estrada no terceiro distrito da cidade. O prefeito tentou intervir, mas como receio de um “golpe de força”, resolver ir a Niterói resolver a questão diretamente com o Secretário de Viação e Obras Públicas do estado e com o Governador. Com a ausência do chefe do executivo municipal, o presidente da ALERJ enviou no dia seguinte, um domingo, uma equipe composta por um engenheiro do estado, o delegado de Cabo Frio (naquele momento com jurisdição sobre Araruama), dois policiais civis e seis “praças embaladas” pertencentes ao destacamento local. Arino de Matos teria dado ordens em nome do Governador fluminense para abrir o trecho da estrada de pouco mais de 800 metros, que foram concluídos rapidamente.

No dia seguinte ao ocorrido, dois telegramas foram enviados ao líder udenista na Assembleia Fluminense, Mário Guimarães: um do Prefeito Renato Vasconcelos e outro do deputado João Vasconcelos. Lidos na tribuna da ALERJ pelo deputado Alberto Torres, os textos reclamavam da postura do líder da assembleia, que estaria atentando contra a autonomia municipal usando suas prerrogativas e nome do Governador do estado. O deputado Vasconcelos escreveu ainda que era “testemunha ocular” do ocorrido e da “confissão do tratorista que afirmou ter recebido ordem expressa do deputado Arino de Matos para abrir a estrada, usando o nome do senhor governador.” O deputado udenista acusou ainda no telegrama o presidente da ALERJ de fazer “excursão política pelo município e distritos no carro oficial da presidência da assembleia”. O prefeito Renato Vasconcelos retornou então à Araruama prometendo fechar a estrada e restabelecer a ligação da propriedade isolada com o resto do Município²⁸².

O presidente da Câmara Municipal de Araruama, o udenista Clemente Soares Marinho, também enviou um telegrama, porém endereçado ao Jornal *Diário de Notícias*. Este comunicou o ocorrido em relação à abertura do trecho não previsto da estrada no terceiro distrito do município, afirmando que esta era um “intromissão indébita”, com o “objetivo de

²⁸² *Diário Carioca*, 24 de Novembro de 1949.

manter capricho de uma politicagem baixa do presidente da assembleia, Sr. Arino Matos”. Ao final, o vereador Clemente Marinho pedia ampla divulgação de “tal absurdo”²⁸³.

Discursando na Assembleia Legislativa Fluminense, o deputado udenista Alberto Torres condenou “os métodos de oposição do líder da bancada pessedista (que ainda era o deputado Hélio de Macedo Soares) e do presidente da própria assembleia à administração udenista do município de Araruama, onde são os dirigente do PSD”. Alberto Torres exaltou as qualidades do prefeito de Araruama, tanto políticas quanto médicas, alegando que a UDN “venceu os três pleitos enfrentando os adversários encouraçados no prestígio do líder pessedista Macedo Soares e Silva e que decorre também da sua condição de irmão do Governador”, dando “voz de comando nas secretarias do estado”. Prosseguindo em seu discurso, o deputado Torres disse que a UDN de Araruama

luta ainda contra a Comissão de Urbanização de Araruama, órgão estadual, criado pelo líder pessedista quando secretário de viação do governo ditatorial, que se constituiu num quisto dentro da jurisdição municipal e um elemento de permanente provocação ao prefeito, interferindo em assuntos da sua alçada, tudo na forma de planos pré-estabelecidos. Isso fere as escâncaras, a autonomia municipal²⁸⁴.

Alberto Torres afirmou ainda na tribuna que o deputado pessedista Arino de Matos, por simples nomeação verbal do líder de sua bancada, foi transformado em “dono” de Araruama, onde os pessedistas talvez tenham sido obrigados a aceitar a sua chefia, de um dia para o outro²⁸⁵. Em seguida, passando a presidência para um dos secretários da mesa, o Deputado Arino de Matos foi à tribuna responder ao discurso de Alberto Torres, afirmando que fora baseado em “elementos falsos e produzido por paixão política”²⁸⁶. Dois dias após esses acontecimentos, o jornal *Diário de Notícias* anunciou como título principal de sua seção política: “Tornada sem efeito a ordem dada pelo presidente da Assembleia Fluminense no município de Araruama”. Segundo o periódico, o deputado João Vasconcelos foi mais uma vez à tribuna da ALERJ discutir o caso da estrada aberta contra a vontade do prefeito de Araruama, informando que

²⁸³ *Diário de Notícias*, 24 de Novembro de 1949.

²⁸⁴ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1949.

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ *Ibid.*

o governador Macedo soares, dando uma demonstração de respeito à ordem jurídica, enviou ao local o secretário de Viação do Estado, que verificou o despropósito da variante e a procedência das razões da administração local, ordenando que novo rumo fosse a ele dado ²⁸⁷.

O Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, Bento de Almeida, havia visitado em companhia de João Vasconcelos o local onde foi aberta a variante da estrada em Araruama. Verificando que não existia função alguma naquela obra, autorizou o prefeito a dar novo rumo à estrada, diferente do pretendido por Arino de Matos ²⁸⁸. Para concluir, o deputado udenista apresentou um requerimento pedindo informações à Comissão Executiva sobre a permanência do carro oficial da presidência da Assembleia Fluminense em Araruama durante o ocorrido. Segundo João Vasconcelos, o veículo estaria ocupado por pessoas da própria cidade ²⁸⁹.

O jornal *A manhã*, na sua edição de 02 de Dezembro de 1949, informou que o Deputado Arino de Matos se defendeu na tribuna da assembleia fluminense das acusações do Deputado João Vasconcelos. O presidente da ALERJ teria explicado – embora o periódico não nos forneça detalhes do conteúdo dessa explanação – os motivos que “determinaram a sua interferência na reconstrução de uma variante no município de Araruama”, e também por que “havia ido àquele município, o carro de chapa 12, privativo da presidência da Assembleia” ²⁹⁰. Arino teria criticado “violentamente o situacionismo udenista” na cidade, se defendendo da acusação de interferir na autonomia municipal ²⁹¹. Em seguida, o líder da maioria na Assembleia Fluminense e do PSD em Araruama, deputado Hélio de Macedo Soares, subiu à tribuna falando sobre o atraso do município à época em que era Secretário de Viação e Obras públicas, enfatizando os melhoramentos que procurara introduzir na cidade. Afirmou ainda “estranhar que o atual chefe do executivo municipal não se tenha empenhado na conservação daqueles melhoramentos já que realizara outros” ²⁹².

Se as tensões políticas estavam altas nos fins de 1949, o início dos trabalhos no ano de 1950 não começou com ares de trégua – ainda mais considerando que este foi um ano eletivo para os cargos do Executivo e Legislativo municipal, estadual e federal. Em uma das

²⁸⁷ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1949.

²⁸⁸ *Diário Carioca*, 26 de Novembro de 1949.

²⁸⁹ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1949.

²⁹⁰ *A manhã*, 02 de dezembro de 1949.

²⁹¹ *Diário de Notícias*, 02 de dezembro de 1949.

²⁹² *A manhã*, 02 de dezembro de 1949.

primeiras sessões da assembleia fluminense em janeiro, foi recebido um ofício do presidente da Câmara Municipal de Araruama esclarecendo os motivos de a maioria udenista da cidade ter negado apoio a uma moção de congratulações que seria oferecida à ALERJ pela sua atuação. O ofício esclarecia que “a moção visava primordialmente elogiar o presidente da assembleia, considerado o chefe político pessedista de Araruama, e não homenagear os deputados estaduais pela sua operosidade”²⁹³.

Apesar das discussões, conflitos políticos e eleições iminentes (ou talvez em consequência deles), a Comissão de Urbanização de Araruama parecia estar em plena atividade naquele momento. O periódico *O observador econômico e financeiro* anunciou que a Comissão concluiu “a construção de mais uma residência em torno do Hotel, tendo em curso, além disso, os trabalhos normais, avultando entre esses a restauração de 8 km da adutora que serve à sede do município”²⁹⁴. O *Correio da Manhã* publicou que o Secretário de Viação e Obras Públicas Fluminense havia solicitado ao Governador Macedo Soares verbas para serem investidas em Araruama. O chefe do executivo estadual autorizando a entrega ao engenheiro responsável pela Comissão de Urbanização de Araruama, Osvaldo Campos, “as importâncias de Cr\$ 300.000,00 e Cr\$10.000,00 como auxílios aos serviços de urbanização e de águas, respectivamente (...)”²⁹⁵.

Em meio a comícios políticos que começavam a se organizar em março de 1950, o governador fluminense apresentou, conforme foi feito no ano anterior, uma mensagem destinada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Segundo palavras de Edmundo de Macedo Soares, submeter aos deputados fluminenses “o resultado dos esforços do poder executivo (...) tem sido uma prova do meu entusiasmo pelo regime que adotamos, e do meu apreço pelo Poder Legislativo”²⁹⁶. Na mensagem deste ano, também podia-se encontrar um capítulo específico sobre a Comissão de Urbanização de Araruama e suas realizações no período. O texto começava apresentando um balancete com as receitas orçadas e receitas arrecadadas por este órgão no ano de 1949. Com exceção da venda e do arrendamento de terrenos no município, todas as outras fontes de receita da Comissão, como a renda do Parque Hotel, da olaria, da pedreira e as taxas municipais estavam abaixo do

²⁹³ *Diário de Notícias*, 20 de janeiro de 1950.

²⁹⁴ *O observador econômico e financeiro*. Ano XIV, n° 168. Janeiro de 1950.

²⁹⁵ *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1950.

²⁹⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1950, p. 05.

esperado. A arrecadação relativa ao arrendamento de terrenos superior a prevista se explica pela necessidade de grandes pastos para animais, visto que a agropecuária era uma das principais atividades econômicas do município no período²⁹⁷. Já o aumento no número de vendas de terrenos da Comissão de Urbanização na cidade foi justificado na própria mensagem, em função das “modificações introduzidas nas ‘condições gerais’(...) que consistiam na dilatação do prazo concedido aos adquirentes e no processamento da venda por intermédio de corretores credenciados, mediante comissão (...)”²⁹⁸.

O auxílio do Governo estadual se manteve o mesmo do ano anterior, Cr\$500.000,00. Mesmo somando-se as chamadas “renda diversas” – que não constavam nas receitas orçadas no ano anterior – a Comissão apresentava um déficit de Cr\$ 8.796,40, totalizando uma arrecadação de Cr\$ 924.963,60²⁹⁹. Segundo a mensagem do Governador Macedo Soares, a Comissão de Urbanização tinha em 1947 – momento em que assumiu o mandato – uma dívida de Cr\$ 447.137,20. Parte desse montante teria sido contraída pelo Serviço de Viação Niterói-Araruama, que foi suprimido no ano anterior. O chefe do executivo estadual anunciou que

com a venda de tubos de ferro galvanizado, no total de Cr\$125.200,00, e providências outras por nós tomadas, visando sempre à compressão de despesas, conseguimos, sem que o estado despendesse maior quantia do que aquela com que vinha subvencionando a Comissão, reduzir o déficit para Cr\$194.850,30. É oportuno ressaltar que o valor venal do material pertencente ao Serviço de Viação Niterói-Araruama, cuja alienação já foi autorizada, está estimado em Cr\$ 79.820,00. Efetuada que seja, portanto, tal alienação, reduzir-se-á ainda mais o débito em referência. Esperamos que, no fim de 1950, esteja a Comissão completamente livre do vultuoso débito em que a encontramos³⁰⁰.

Em seguida, a mensagem começava a enumerar as “obras urbanísticas executadas pela Comissão”, discriminando os “trabalhos executados em 1949”. Dentre elas, a conclusão de dois vilinos anexos ao Parque Hotel, bem como a construção e pavimentação de acessos ao

²⁹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico de Brasil**. Rio de Janeiro, serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

²⁹⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1950, p. 312.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 311.

³⁰⁰ *Ibid.*

empreendimento; a reconstrução e adaptação da antiga “garage” da Viação Niterói-Araruama para um novo escritório da Comissão no município; “conservação das avenidas, ruas, praças e praias, constantes no plano de urbanização, na extensão aproximada de 7.000 m”; demarcação e construção de logradouros públicos; serviços topográficos e conservação de áreas ajardinadas e gramadas.

O serviço de Águas de Araruama, incorporado à Comissão em 1944 pelo então Secretário de Viação e Obras públicas do Estado, Hélio de Macedo Soares, teve um orçamento aprovado de Cr\$ 142.000,00 em 1949. O texto informa que “além dos serviços normais de exploração (...) tiveram prosseguimento e foram concluídas (...) as obras de limpeza, conservação e substituição de tubos da adutora”. A referida rede teria sido estendida também com fim de abastecer as 40 casas pertencentes ao conjunto inaugurado pela “Fundação da Casa Popular” em 1948. Ainda sobre o Serviço de águas, a mensagem informou que da receita total de Cr\$ 159.330,50, somente Cr\$108. 607,00 foram utilizados para cobrir as despesas demandadas nesse exercício ³⁰¹.

Assim como no ano anterior, a Mensagem do Governador fluminense à ALERJ em 1950 construiu uma retórica em relação à Comissão descrevendo-a como um órgão que ainda prestava grandes serviços não somente ao patrimônio do estado no município, mas também a toda população local. Em um trecho da Mensagem, o chefe do executivo quis deixar registrado que a Comissão de Urbanização de Araruama teria doado 30 m³ de pedra britada às obras de reconstrução da Igreja Matriz de Araruama, que havia sofrido um incêndio em 1945. Edmundo de Macedo Soares tentava demonstrar empenho em tornar a Comissão de Urbanização de Araruama solúvel, gerenciando de maneira mais eficiente os seus múltiplos serviços. Em certos casos, optou-se pela terceirização de alguns ofícios, como o caso do arrendamento do Parque Hotel à Arcampo Ltda – que ainda encontrava-se em vigor.

Os “trabalhos” envolvendo a demarcação e melhoria dos logradouros públicos da cidade, preservação da orla e o serviço de abastecimento de água (todos ofícios que ocorriam apenas no primeiro distrito de Araruama), serviam para mostrar que a Comissão não permanecia apenas interessada e concentrada em seus próprios “negócios”, voltados para a prática do turismo. Este órgão estaria também volvido para gerar benefícios que pudessem abranger uma parcela maior de pessoas, sobretudo a população araruamense, através do

³⁰¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949.** Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1950, p. 315-16.

desenvolvimento do Plano de Urbanização traçado para cidade ainda na época do Estado Novo.

Os supostos “benefícios” que seriam gerados a partir do trabalho da Comissão de Urbanização de Araruama ajudaram a fortalecer e angariar maior eleitorado para os atores políticos envolvidos direta ou indiretamente em suas obras. Apesar da grande presença da União Democrática Nacional em Araruama, o PSD se fortalecia com a influência de políticos de grande relevância estadual, como o caso do Deputado Hélio de Macedo Soares e do então presidente da assembleia fluminense, Arino de Matos, que dirigiam o partido no município. Acreditamos que o fato do PSD controlar a Comissão de Constituição e Justiça contribuiu para a continuidade da Comissão de Urbanização de Araruama do ponto de vista legal, apesar dos contínuos protestos dos representantes udenistas contra a existência deste órgão. É importante resaltar que a extinção da Comissão não foi conduzida de maneira célere por nenhum projeto de grande visibilidade na ALERJ. Acreditamos que muito contribuiu para essa situação o fato de o Partido Social Democrático ter sempre obtido a maioria das cadeiras na Assembleia Fluminense e de esta sempre ter sido presidida por um parlamenta pessedista nesse período.

Mesmo com todos os esforços do PSD, Araruama se tornou durante quase todo período liberal democrático um reduto udenista. A única exceção se dará justamente nas eleições de 1950, momento em que Getúlio Vargas retornou ao cenário político nacional como presidente eleito de maneira democrática. No estado do Rio de Janeiro, a escolha de Ernani do Amaral Peixoto como governador sacramentou uma forte posição para o PSD, inclusive em Araruama, que teve nesse momento o único prefeito não udenista de todo período político abordado. Em 03 de outubro de 1950 foi eleito, pela legenda do Partido Social Democrático, o candidato Graciano Torres Quintanilha – que até então atuava como vereador no município. Também o presidente da Câmara dos Vereadores de Araruama neste momento pertencia ao PSD: o antigo prefeito durante o Estado Novo e amigo do Governador Amaral Peixoto, Antonio Joaquim Alves Branco, o “Antonino”.

Apesar de apoiarem o brigadeiro Eduardo Gomes e José Eduardo do Prado Kelly, candidatos derrotados respectivamente à chefia do executivo federal e estadual fluminense em 1950, os Vasconcelos conseguiram eleger o irmão mais velho de João Vasconcelos, o advogado Mário Vasconcelos, como deputado estadual, e o antigo prefeito Renato Vasconcelos, como vereador em Araruama. Mesmo com forte influência no município, a

família Vasconcelos e seus aliados políticos não conseguiram se sobrepor ao prestígio de Vargas e ao amaralismo presentes no estado do Rio de Janeiro. Cremos que estes são fortes indícios de que o poder pessedista apenas momentaneamente conseguiu se tornar preponderante na cidade: nas eleições de 1954, o Dr. João Vasconcelos foi eleito prefeito de Araruama através da legenda da UDN, assim como todos os prefeitos até o Golpe Civil-militar de 1964.

Durante a gestão do “Comandante” em terras fluminenses, todos os integrantes da Comissão de Urbanização pertenciam ao PSD ou eram seus aliados, como o caso do prefeito de Araruama nesse momento. Até o fato do presidente da Câmara Municipal, o vereador Antonino, ser do partido e amigo de Amaral Peixoto, contribuiu para não haver tantos registros de embates entre as instâncias estadual e municipal nesse período. A única exceção se dava na voz do deputado Mário Vasconcelos na tribuna da ALERJ. Em todo o momento de seu mandato parlamentar, Mário sempre propunha um projeto que extinguisse a Comissão, “cuja atividade, além de duvidosa, contraria a autonomia do município, impedindo que a municipalidade local tome iniciativas sem consulta prévia àquele órgão”³⁰². A Comissão de Urbanização de Araruama atuou ainda de maneira evidente durante o período de Amaral Peixoto como Governador eleito, que chegou a solicitar a ela um plano com intuito de urbanizar a cidade vizinha de Cabo Frio. Para isso, o estado teria dispensado Cr\$1.200.000,00³⁰³ às obras, que ainda estavam em andamento em 1953³⁰⁴. Até eventos esportivos a Comissão ajudou a organizar na cidade, como o “Festival esportivo de Araruama”, que contou com “provas de várias modalidades, menos o football, por falta de local adequado”³⁰⁵.

O idealizador da Comissão de Urbanização de Araruama, Hélio de Macedo Soares, conseguiu ser eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1950. Ele manteve em funcionamento as atividades deste órgão, que seria extinto apenas no começo da década seguinte, momento em que a própria carreira política do deputado apresentaria fraca potência eleitoral. Sustentamos que há relação direta entre a atuação e prestígio de Hélio de Macedo Soares e a existência e prática de múltiplas atividades da Comissão de urbanização de Araruama no período liberal democrático. É justamente no momento em que a carreira

³⁰² *Diário Carioca*, 13 de setembro de 1951.

³⁰³ *A Manhã*, 17 de janeiro de 1952.

³⁰⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953.** Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1953, p.214.

³⁰⁵ *Jornal dos Sports*, 08 de março de 1953.

política de Hélio de Macedo Soares não consegue mais angariar proezas como o de ser o deputado mais votado do pleito de 1947 que a Comissão começa a se tornar progressivamente menos atuante. Em outubro de 1954, Macedo Soares candidatou-se mais uma vez ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, mas obteve apenas uma suplência. Nos pleito de outubro de 1958 e 1962, tentou eleger-se, sempre pela legenda do PSD, mas não obteve votos suficientes para obter uma cadeira na câmara ³⁰⁶.

A mensagem à Assembleia Legislativa enviada no ano de 1957 pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, o médico pessedista Miguel Couto Filho, continha apenas um breve parágrafo sobre a Comissão de Urbanização de Araruama. O texto informou apenas que “prosseguem as obras de embelezamento e remodelação da cidade de Araruama, que tiveram início nos terrenos adquiridos pelo Governo do estado, abrangendo uma área de 1.248.615 m²” ³⁰⁷. Embora seja menos enxuta, a mensagem do ano seguinte, emitida pelo mesmo governador, não predizia muitas atividades para a Comissão. De modo geral, previram-se obras de conservação do Parque Hotel e demais benfeitorias, término do ajardinamento e arborização das ruas em torno do hotel e assentamento de meios fios. A obra mais significativa seria a canalização do Rio Mataruna, que atravessa boa parte do centro da cidade e bairros vizinhos, e seus afluentes para a Laguna Araruama ³⁰⁸. É interessante perceber que esta mensagem se referia apenas às obras “programadas” para 1958, e não obras que foram realizadas no ano anterior, como de costume neste tipo de documento.

Em fevereiro de 1958, os integrantes da Comissão de Urbanização de Araruama se reuniram “para discutir vários assuntos de interesse local”. Entre eles, foi acatada a sugestão de construir uma “moderna praça de esportes para os futebolistas locais” em uma área pertencente ao órgão com pouco menos de 28.000 m² ³⁰⁹. Este projeto, porém, ainda não havia saído do papel em fevereiro de 1961. Os dirigentes dos principais clubes de futebol da cidade fizeram à época um apelo ao então Governador fluminense, Roberto Silveira, se queixando que “aos poucos desapareciam as praças desportivas para dar lugar aos loteamentos (...). Por sua vez surgiram também novas propriedades nas áreas de terras onde caberia perfeitamente

³⁰⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Verbete-biográfico. SOARES, Hélio de Macedo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/Dicionarios/verbete-biografico/helio-de-macedo-soares-e-silva>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

³⁰⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1957, p.80.

³⁰⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1958, p.99.

³⁰⁹ *O Fluminense*, 26 de fevereiro de 1958.

um campo de esporte”. Segundo os dirigentes, o único campo existente onde se realizavam as competições esportivas “oficiais e amistosas” foi “tomado” pelo proprietário. Desse modo, as atividades esportivas ficariam “paralisadas por tempo indeterminado”³¹⁰.

Ainda no início de 1960, o governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, propôs à ALERJ a criação da “Companhia Estadual de Turismo e Certames”. Este órgão, com capital inicial de Cr\$60.000.000,00, teria por finalidade “explorar as fontes de turismo do território fluminense”. Nessa mesma mensagem, o chefe do executivo estadual solicitou “autorização para incorporar à empresa todo o acervo da Comissão de Urbanização de Araruama”³¹¹. Em meados de 1961, os vencimentos dos funcionários deste órgão encontravam-se em atraso, tendo que o prefeito de Araruama à época, o udenista Antônio Raposo, intervir junto ao chefe do executivo estadual para resolver a questão³¹². O governador em exercício, Celso Peçanha³¹³, designou então o presidente da Comissão de Turismo do estado do Rio de Janeiro, Ibany Ribeiro, para “promover a liquidação da Comissão de Urbanização de Araruama” e integrar o seu “acervo na Flumitur”, bem como decidir o “destino dos seus servidores”³¹⁴. Pouco depois, foi decretado pelo chefe do executivo estadual fluminense, através da lei nº4708 de 28 de junho de 1961, a extinção da Comissão de Urbanização de Araruama. Ficou determinado que “todos os encargos, direito e obrigações” da Comissão seriam transferidos à “Companhia de Turismo do estado do Rio S.A. (Flumitur)” e que os funcionários com mais de dez anos de exercício público seriam aproveitados em “quadros equivalentes da administração pública” ou indenizados, caso desejassem. Além disso, foram incorporados à Flumitur os “bens móveis e imóveis remanescentes” ao órgão, sendo liberada uma verba de “Cr\$11.000.000,00 para atender às despesas decorrentes de indenizações de servidores da Comissão a ser extinta, de débitos aos institutos de previdência e a outros órgãos administrativos”³¹⁵.

A atuação da Comissão de Urbanização de Araruama foi questionada por toda sua existência durante o período liberal-democrático. Principalmente os jornais que faziam oposição aos resquícios do varguismo trataram de noticiar os debates acerca de suas atividades ou polêmicas relacionadas ao órgão, como foi o caso dos periódicos *Diário*

³¹⁰ *Ultima Hora*, 17 de fevereiro de 1961.

³¹¹ *O Fluminense*, 10 de fevereiro de 1960.

³¹² *A Noite*, 14 de abril de 1961.

³¹³ Celso Peçanha foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro pela legenda do PSD em 1958. Com a morte do Governador Roberto Silveira em 1961, assumiu a chefia estadual até 1962.

³¹⁴ *Ultima Hora*, 17 de Maio de 1961.

³¹⁵ Lei nº4.708 de 28 de junho de 1961.

Carioca e Diário de Notícias. No entanto, jornais como *A Manhã* e *O Fluminense* tinham um viés contrário, expondo os feitos e ações da Comissão criada durante o Estado Novo sempre de maneira positiva e enaltecendo suas obras e atores políticos a ela relacionados. Podemos perceber dessa maneira que as discussões ao redor deste órgão refletiam a polarização política nacional no período, representada no início pelo Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional. O discurso legalista da UDN combatendo a existência da Comissão de Urbanização Araruama e a condenação moral do “vício” do jogo propagado nos cassinos – como foi o caso do Parque Hotel de Araruama – são demonstrações clássicas do *ethos* deste partido, caracterizado pelo “apego ao bacharelismo e ao moralismo”³¹⁶. Entendemos assim o udenismo como um conjunto de crenças e métodos políticos que vigorou na cidade de Araruama durante todo período abordado. Essa conclusão se apoia na potência eleitoral obtida pela UDN no município em todo o período, o que evidencia apoio da sociedade araruamense às propostas e preceitos que davam sentido à existência do partido.

Acreditamos que há um elo de continuidade entre as práticas políticas do Estado Novo e da República Liberal-Democrática, representados no estado do Rio de Janeiro pelo Amaralismo. Isto fortaleceu o PSD, que pôde dominar o cenário político fluminense através do prestígio junto à população, fundamentalmente do interior. Estavam filiados a esse partido agentes que atuaram durante o Estado Novo, como o caso do ex-secretário de Viação e Obras públicas do estado, Hélio de Macedo Soares, que ajudou a criar a Comissão de Urbanização de Araruama. Este órgão desenvolveu várias atividades durante a ditadura de Getúlio Vargas e no posterior período democrático, o que precipitou discussões sobre a autonomia do município de Araruama frente às forças estaduais que controlavam a Comissão. Cremos que a atuação desta entidade esteve diretamente ligada a potência eleitoral de Hélio de Macedo Soares, visto que, no período em que o seu prestígio eleitoral encontrou-se em declínio, a própria Comissão de Urbanização viu suas ações limitadas até sua extinção ser decretada. Por outro lado, a resistência construída pela família Vasconcelos à atuação da Comissão existiu menos pelo fato de “intervir” na administração municipal do que pela negação do “Comandante” em afastar os antigos inimigos locais do poder. Isto evidencia que o projeto de reconfiguração de Amaral Peixoto não havia dado conta de acabar com as práticas políticas da Primeira República em Araruama. Apenas posteriormente, no período Liberal democrático, é

³¹⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

que o combate a estes adversários foi personificado nas disputas entre a UDN e o PSD, tendo a atuação e existência da Comissão de Urbanização como centro do debate.

A Comissão de Urbanização de Araruama deixou marcas profundas não só na história política da cidade, como também na sua composição demográfica e urbana. A promoção da venda e arrendamento de terrenos pertencentes à Comissão foram atividades que cresceram bastante ao longo da década de 1950. Os pastos que existiam no primeiro distrito – local onde o órgão atuou efetivamente – foram ocupados por novas construções e loteamentos, juntos com um crescimento progressivo de turistas na região. Estes veranistas aos poucos desejavam ter suas casas de praia no município, o que motivou uma grande especulação imobiliária no período. Este fato também causou efeitos como a falta de campos livres para a prática esportiva no município, visto a carência de espaços não explorados comercialmente.

Somando-se a isso a abertura de ruas, avenidas, praças, jardins, a criação de uma orla e a melhoria no abastecimento de água e luz, podemos concluir que a Comissão de Urbanização de Araruama transformou de maneira significativa a realidade do primeiro distrito do município. Porém, essas modificações não significaram necessariamente uma melhora na qualidade de vida da população média da cidade, visto que as “melhorias” implementadas pela Comissão se concentraram em um pequeno raio da cidade, praticamente no centro e bairros vizinhos a ele. Aqueles que puderam melhor usufruir destas obras ainda eram os turistas e veranistas, enquanto a maior parte absoluta da população araruamense continuava vivendo à margem desse processo. Talvez este seja justamente um dos motivos que ajudou a manter o poder eleitoral dos Vasconcelos e seus aliados udenistas na cidade por tanto tempo: se colocar contra um órgão que, além de não trazer reais benefícios para a população local, ainda atrapalharia o executivo municipal a fazê-lo. Nesse sentido, a partir dos anos 1950, a CUA transformou-se praticamente em objeto de disputa política entre os antigos grupos políticos rivais da cidade. Disputa, no entanto, atualizada a partir de então, tendo em vista os novos arranjos político-partidários que caracterizaram a República Liberal-Democrática.

A crise que se instaurou na Assembleia Fluminense por conta de conflitos municipais e estaduais que datavam do Estado Novo acabou se acirrando por conta de mecanismo criados durante a ditadura varguista. Esses antigos embates acabaram se distendendo até a República Liberal-Democrática: os questionamentos sobre os conceitos de “constitucionalidade” e de “democracia” seriam discutidos durante bastante tempo por ambos os lados destas disputas, profundamente influenciados por períodos históricos anteriores a eles. Estes discursos

constituíam diferentes projetos de futuro não só para suas localidades e regiões, mas também um projeto para todo o Brasil.

3. A “POLÍTICA VIOLENTA” OU A “POLÍTICA CALMA”: REFORMULAÇÃO DAS MEMÓRIAS EM ARARUAMA

Neste capítulo iremos analisar a tentativa de reformulação das memórias de Araruama durante a década de 1990. A partir da análise de fontes sobre esta cidade, com o intuito de abordar os conflitos políticos-familiares que ocorreram na primeira metade do século XX, percebemos que boa parte deste material havia sido produzido em meados de 1990. Acreditamos que isso decorre da criação da Secretaria Municipal de Cultura da cidade e do Centro da Memória de Araruama durante o mandato do prefeito Altevir Baretto (1989-1993). Este chefe do executivo municipal teria incentivado um “levantamento” da história do município neste período com o intuito de “conciliar” suas memórias, amenizando assim disputas políticas que persistiam há décadas. Segundo palavras de Baretto, seu maior objetivo ao ser escolhido prefeito seria “poder reunir todas as forças vivas do município”, “para juntos, de mãos dadas, esquecendo as diferenças partidárias e as desavenças políticas, construirmos um futuro promissor para nossos filhos e netos”³¹⁷.

Nascido em Minas Gerais, o cirurgião-dentista e professor Altevir Vieira Pinto Barretto foi eleito em dois momentos para a chefia do executivo municipal em Araruama: pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em novembro de 1976, permanecendo, devido à prorrogação por mais dois anos dos mandatos de vereadores e prefeitos, que ocorreu na época, até janeiro de 1983; e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 15 de novembro de 1988, ocupando o cargo de prefeito até janeiro de 1993. Durante o primeiro e mais longo mandato de Altevir, a sede da Prefeitura Municipal foi trocada pela atual em junho de 1981, recebendo o nome de “Paço Municipal Antônio Joaquim Alves Branco”. Este título homenageia o antigo prefeito que, durante o Estado Novo, havia vendido parte de suas terras para o interventor Ernani do Amaral Peixoto em nome do estado do Rio de Janeiro. Barretto construiu também o que ainda é hoje o único teatro de cidade, batizando-o com o nome do “Prefeito Graciano Torres Quintanilha”³¹⁸. Este havia sido o único chefe do executivo municipal eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) no município durante todo período liberal-democrático (1946-1964). Até então, a

³¹⁷ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, nº45, fevereiro de 1992, p. 31.

³¹⁸ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. 1ª edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 172.

legenda da União Democrática Nacional (UDN) detinha em Araruama grande tradição, mantendo a façanha de sempre ter a maioria de vereadores na Câmara Municipal e o seu presidente, além do prefeito, filiados a esse partido.

Entre os dois governos de Altevir Baretto, foi eleito como prefeito, pela terceira vez, o médico Renato Vasconcelos Lessa. Filiado à UDN no primeiro mandato (1947-1951), à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante o segundo (1967-1971), e finalmente ao Partido Democrático Social (PDS) no terceiro (1983-1989), Renato e a sua família, os Vasconcelos, demonstraram impressionante longevidade política no município. Combatendo o PSD e o legado Amaralista e Varguista em Araruama durante as décadas de 1940 e 1950, os Vasconcelos e seus aliados mantinham importantes posições políticas no município desde o final do século XIX, atravessando e se adaptando às mais diversas condições que se encontrava o país em cada período. Já na década de 1980, esta família demonstrou força e influência junto à população municipal com mais uma eleição de Renato Vasconcelos ao cargo de prefeito em novembro de 1982, aos 75 anos de idade. É interessante perceber que a família Vasconcelos sempre esteve ligada a partidos considerados predominantemente conservadores em suas épocas, seja a UDN com seu moralismo legalista nas décadas de 1940 a 1960, a ARENA com sua sustentação ao regime civil militar de 1964, ou ao PDS, que pode ser considerado sucessor da ARENA depois da reforma política promovida pelo então presidente general João Figueiredo em 1980.

Durante a segunda administração de Altevir Barretto, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura de Araruama, em 05 de fevereiro de 1991, tomando posse como secretário desta pasta o cidadão araruamense e museólogo João Luiz Domingues Barbosa³¹⁹. Este afirmou que o objetivo da secretaria era “dar início a um processo de ‘gostar de Araruama’, com nossos munícipes se orgulhando ainda mais de viver aqui”, ressaltando que “para tal só existe um caminho: conhecer a nossa cultura”. A Secretaria de Cultura atuou naquele momento “no sentido de resgatar e difundir as características culturais de Araruama – cidade que possui, além de belezas naturais, uma importância histórica no desenvolvimento do estado do Rio”³²⁰. Para tanto, foi criado naquele momento um projeto chamado “Levantamento e

³¹⁹ João Luiz Domingues Barbosa atualmente é mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com trabalho defendido em 1996 sobre a família e mudança social no município de Araruama.

³²⁰ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, nº45, fevereiro de 1992, p. 44.

Preservação da Memória Cultural e Ambiental de Araruama”. Segundo Domingues Barbosa, sua atuação como secretário estava inserida

numa linha de trabalhos de memória e transformação social, [buscando] o envolvimento de uma comunidade com a sua história e memória, em um município que, até aquele momento, nunca tinha sido alvo de qualquer trabalho semelhante ³²¹.

Domingues lembrou que praticamente inexistiam registros históricos sobre o município, e a frase que ele e sua equipe mais ouviam durante a divulgação do projeto era que “Araruama não tem memória” ³²².

Os esforços da Secretaria de Cultura Municipal resultaram na publicação de três livros sobre Araruama no ano de 1992. O primeiro deles, lançado como parte das comemorações de 133 anos de emancipação política do município, foi intitulado *Araruama: no tempo das Histórias*. Construído a partir de 18 depoimentos de antigos moradores da cidade com mais de 60 anos, foram abordados diversos temas, buscando registrar aspectos da vida em Araruama. Segundo o prefeito Barretto em discurso oficial durante o lançamento da obra,

este livro conseguiu fazer tal milagre, reunindo representantes dos mais diversos segmentos da nossa sociedade, de famílias tradicionais que ajudaram a fazer história de nossa terra, além de personalidades que representam diferentes correntes de opinião do pensamento político. (...) Aqueles que vierem depois de nós verão que esta cidade tem história e que, efetivamente, se encontrou consigo mesma através do processo cultural ³²³.

Segundo o Secretário de Cultura de Araruama, foram entrevistadas pessoas na sede e nos distritos de São Vicente de Paulo e Morro Grande, buscando “traçar o perfil de Araruama tanto da parte litoral, que é o cartão de visitas da cidade, como do interior, região onde a agricultura e a pecuária tem um peso grande no cotidiano da comunidade ³²⁴”. Fazia-se assim um esforço para ouvir pessoas de diversas origens, “para dar voz a diversos segmentos sociais”, entrevistando “desde um salineiro ao colono da fazenda, não privilegiando nem os

³²¹ BARBOSA, João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 43.

³²² *Ibid.*, p. 45.

³²³ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, nº45, fevereiro de 1992, p. 31-2.

³²⁴ *Ibid.*, p. 35-36.

‘vencidos’ nem os ‘vencedores”³²⁵. Domingues Barbosa complementou que “trata-se de uma pesquisa que conta a história de Araruama de forma inovadora, pois não houve compilação de dados junto a fontes oficiais e sim junto a cidadãos que viveram intensamente diferentes épocas”³²⁶. Segundo Portelli, em texto escrito no fim dos anos 1970, ainda havia preconceito com as fontes orais pelo fato de elas serem produzidas algum tempo depois dos eventos que narram, estando sujeitas as “imperfeições da memória”³²⁷. Isso justificaria o comentário do Secretário de Cultura, falando no contexto brasileiro da década de 1990, sobre a “inovação” que era trabalhar com a história oral naquele momento.

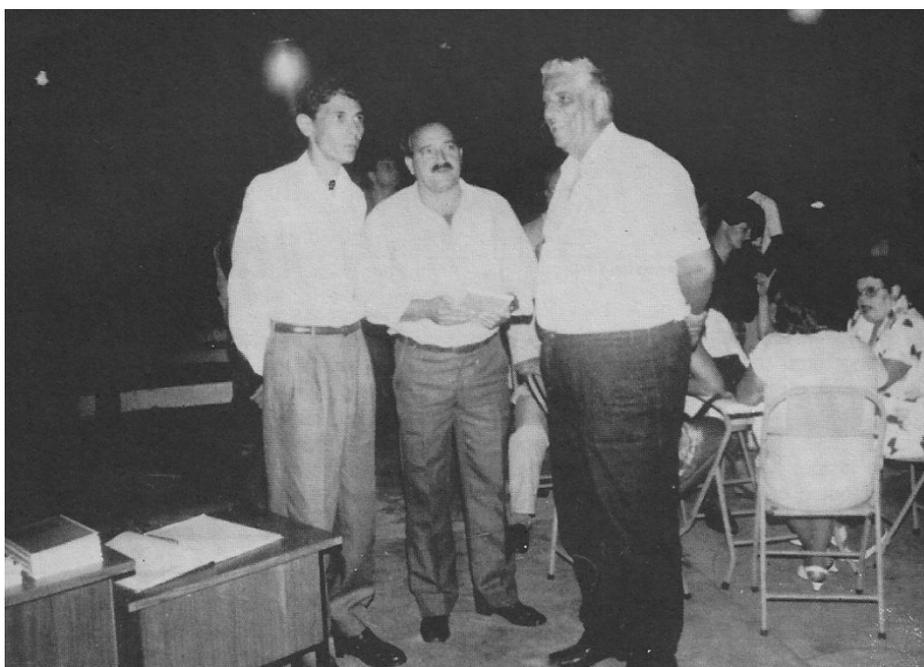


Figura 08: Da esquerda para a direita estão o Secretário Municipal de Cultura João Luiz Domingues Barbosa, o Vereador Joaquim Nunes e o Prefeito Altevir Barretto no lançamento do livro *Araruama: no tempo das Histórias. Municípios em Destaque*, 1992, p. 31.

Os organizadores das obras explicam que havia um roteiro previamente estabelecido para as entrevistas, de maneira a uniformizar as temáticas dos depoimentos, buscando gerar um possível contraste entre eles, o que, de fato ocorreu. Eles ressaltam que apesar da existência desse roteiro, a “intenção sempre foi a de deixar fluírem as reminiscências

³²⁵ BARBOSA. João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 46.

³²⁶ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, nº45, fevereiro de 1992, p. 35-36.

³²⁷ PORTELLI. Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, nº14, fevereiro de 1997, p. 33.

individuais, de acordo com o interesse e as marcas mais fortes que ficaram na memória de cada depoente”³²⁸. Os temas abordados versavam sobre “as fazendas e as salinas, as lendas e os costumes, os ‘causos’, os bailes, o trabalho, a educação e o progresso, a política e a religiosidade”, narrados por aqueles que, segundo Barbosa, “pela lembrança, reconstroem um mundo que a olhos vistos teima em desaparecer”³²⁹.

Alguns meses depois do lançamento do primeiro livro (o “livro dos homens” como se referiu Domingues Barbosa), foi lançada a segunda obra, intitulada *Araruama: Panorama de uma cidade*. Este trabalho reuniu dados provenientes de diversas fontes, tratando de aspectos geomorfológicos, estatísticos, biológicos, agropecuários e históricos do município, sobretudo da cultura dos índios que habitavam a região.

Ao longo dos depoimentos do livro *Araruama: no tempo das Histórias*, percebeu-se que era comum a esposa, enquanto “passeava entre a sala e a cozinha”, complementar as histórias narradas pelo marido, imprimindo um olhar diferenciado sobre os temas abordados. O Secretário Municipal de Cultura afirmou que

no decorrer das entrevistas, passamos a identificar a presença do discurso feminino como pano de fundo (...). A partir de tal constatação, passamos a estudar a possibilidade de registrar a história do ponto de vista da mulher e resolvemos trabalhar na elaboração de um outro livro sobre esse enfoque³³⁰.

Detalhe interessante percebido por Domingues Barbosa foi o fato das mulheres sempre participarem dos depoimentos dos maridos, porém, o contrário nunca acontecia: os maridos nunca participavam das entrevistas de suas esposas. “É como se o que elas fossem contar não tivesse a menor importância, seja porque aquele assunto não lhes interessava, seja porque não fazia parte das lembranças deles”³³¹.

O terceiro e último livro, lançado em 25 de setembro de 1992, foi construído a partir do depoimento de antigos moradores, mas agora com uma diferença: eram todas mulheres as depoentes. A partir de 15 testemunhos, o livro *Araruama: memória de mulheres* diferencia-se do primeiro livro, segundo os organizadores, por conter histórias sobre o “universo caseiro,

³²⁸ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Memória de mulheres**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992b, p. 140.

³²⁹ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, n°45, fevereiro de 1992, p. 46.

³³⁰ BARBOSA. João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 47.

³³¹ *Ibid.*, p. 48.

dos filhos, da horta, das costuras e bordados (...)”. Essas lembranças registrariam a “presença de um outro mundo, paralelo ao do homem, das brigas políticas, do poder”³³². É interessante perceber que dentre os dezoito depoimentos que compõe o primeiro livro, *Araruama no tempo das Histórias*, apenas um seja dado por uma mulher. Mesmo assim, a única entrevistada, Lydia Alves da Silva Pinto, é questionada o tempo todo sobre um homem: seu pai, o Coronel Francisco Alves da Silva, popularmente conhecido como Chico da Barra. Este havia sido importante chefe local e Coletor Federal durante a primeira República em Araruama. A atitude de entrevistar somente homens é um indício daquilo que os organizadores dos livros estariam procurando registrar em um primeiro momento: os conflitos políticos, as brigas pelo poder que, segundo a lógica dos responsáveis pelo projeto, seriam encontrados apenas no “universo” masculino.

Como parte dos trabalhos nos sentido de “resgatar” a memória da cidade, foi criado também em 1992 o Centro de Memória municipal de Araruama, no segundo mandato de Altevir. Anexo à Biblioteca Pública Municipal Élio Vogas da Silva (também inaugurada por Barretto), este Centro buscava reunir um acervo de história oral, livros, fotos, mapas, plantas, jornais, revistas, relatórios, correspondências, atas, portarias, documentos oficiais e textos avulsos relacionados à história municipal. A então Coordenadora do Centro de Memória Municipal naquele período, Ana Cláudia Coutinho Viegas³³³, contou que

a vontade de produzir esse trabalho se origina, primeiramente, pela constatação da quase inexistência de registros históricos sobre nosso município. (...) Nosso impulso inicial, portanto, é o de elaborar um material para ser analisado, estudado, criticado – estimulando, dessa forma, a produção de diversos outros³³⁴.

Tanto o Secretário Municipal de Cultura de Araruama, João Luiz Domingues Barbosa, quanto a Coordenadora do Centro de Memória Municipal de Araruama, Ana Cláudia Coutinho Viegas, atuaram diretamente nos trabalhos para a confecção dos livros, inclusive

³³² SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Memória de mulheres**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992b, p. 140-141.

³³³ Ana Cláudia Coutinho Viegas era mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na época em que foi Coordenadora do Centro de Memória Municipal de Araruama. Atualmente é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora associada do instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sua tese de doutorado, defendida em 1997, versou sobre a vida política em Araruama.

³³⁴ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.12.

como principais entrevistadores durante a fase de coleta de depoimentos. Pensando em referências teóricas, é possível associar o trabalho desenvolvido por eles na cidade de Araruama com o clássico livro *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, de Ecléia Bosi. Nesse sentido, lembrando a obra de Bosi, podemos entender que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade e resta-lhe apenas uma função própria: a de lembrar, a de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. Pesam sobre estes indivíduos essa “espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem”³³⁵. Essa obra, inclusive citada por Viegas no prefácio de um dos livros, mostra a importância dos “velhos” para a construção da memória e história de uma cidade. Mesmo não sendo mais “propulsores” da vida social no qual estão inseridos, eles teriam uma nova função social: lembrar e contar aos mais jovens a sua história, de onde vieram, o que fizeram e aprenderam.

3.1 O “AFASTAMENTO” DAS FAMÍLIAS TRADICIONAIS

Durante a maior parte do século XX, os mesmos grupos, formados pelas chamadas famílias “tradicionais”, dominaram a política em Araruama. Com alguma alternância no poder, essas facções mantinham certa estabilidade também por conta do estado de isolamento que se encontrava Araruama até a década de 1940. Com a abertura da Rodovia Amaral Peixoto, houve maior fluxo de visitantes vindos de regiões consideradas mais distantes na época, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Este fato foi aos poucos mudando o aspecto do município, que deixava de ser visto apenas como grande produtor de sal e conchas, mas também como destino turístico em terras fluminenses. A venda de terrenos e o surgimento de novos loteamentos promovidos por imobiliárias nas décadas de 1950 e 1960 geraram a especulação imobiliária e a construção de muitas casas de veraneio por turistas que buscavam o descanso nas águas da laguna Araruama.

A década de 1970 representou a derradeira mudança na face do município com a inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio-Niterói, em 1974. Unindo os dois municípios fluminenses através da Baía de Guanabara, agora a cidade de Araruama se tornaria muito mais acessível aos já bastantes populosos municípios da Região Metropolitana e Baixada Fluminense, além, é claro, da cidade do Rio de Janeiro (que na

³³⁵ BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, p.24.

época ainda era o estado da Guanabara, fundido ao estado do Rio de Janeiro em 1975). A explosão demográfica e a conseqüente complexificação das relações sociais trouxe novas condições que modificariam os valores e o modo de viver do povo araruamense, inclusive das famílias “tradicionais”. Não podemos esquecer que todas essas modificações ocorriam durante a Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1985), fase de marcantes transformações sociais, econômicas e de mobilidade geográfica que foram aceleradas naquele momento³³⁶.

É nesse contexto que chega Altevir Barretto à cidade de Araruama em 1967 – ano em que também foi outorgada pelos militares uma nova constituição para o Brasil. Vindo da cidade imperial de Petrópolis, Barretto não tardou a se envolver com a política municipal. Nas eleições municipais de 1972, Altevir apoiou um candidato a prefeito proveniente das antigas famílias araruamenses, chamado Afrânio Valadares. É importante ressaltar que alguns anos antes, em 1965, o regime militar extinguiu os partidos políticos existentes no Brasil através do ato institucional número 2 (AI-2). Em seguida, com o ato complementar número 4, foi instituído o bipartidarismo, surgindo assim a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “órgão de oposição majoritariamente moderada e construtiva”³³⁷. Na cidade de Araruama, concorrendo pelo MDB, Afrânio Valadares pertencia ao grupo que fazia oposição a Renato Vasconcelos e seu grupo político, que concorreu pela ARENA nesse pleito. Segundo depoimento dado pelo professor Tasso Ellen Barros, Altevir Barretto era

professor universitário em Petrópolis e ativo militante político. Como dentista era uma grande “político”! Muito comunicativo e simpático começou a participar da política. Percebeu logo que não teria espaço junto às famílias tradicionais. Para crescer precisava apoiar alguém que tivesse nome respeitado e fosse do meio. (...) Se junta a Afrânio Valadares, cuja campanha para prefeito organizou. Afrânio não era sistemático e não sabia organizar-se politicamente³³⁸.

³³⁶ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

³³⁷ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

³³⁸ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 83.

Apesar de ter nascido na cidade Araruama e ter sido eleito vereador em novembro de 1970 para um mandato de dois anos, Afrânio Valadares não era aceito pelos grupos tradicionais da cidade, que não lhe davam espaço político. No pleito de 1972, com a ajuda de um “forasteiro”, Valadares foi eleito prefeito, derrotando a tradicional família Vasconcelos. Para Viegas, essa foi a primeira vez que ocorreu a quebra da hegemonia das famílias até então no poder, que perdiam o controle da política local ³³⁹. Segundo essa autora, a definição da identidade do araruamense ocorre “por contraste com as pessoas ‘de fora’, as disputas entre as famílias ‘tradicionais’, o jogo entre o ‘tradicional’ e o ‘moderno’, que podem dar inteligibilidade ao conjunto da vida social nessa cidade” ³⁴⁰. O recurso das sublegendas também contribuiu para uma maior quantidade de candidatos ao cargo de prefeito na época; novidade que certamente influenciou no resultado do pleito.

Durante o governo de Afrânio Valadares, empossado em janeiro de 1973, Altevir Barretto atuou como Secretário Geral de governo. Chamado pelo prefeito de “major”, Altevir teria se tornado uma espécie de “super secretário”, tomando boa parte das decisões no governo Valadares. Segundo depoimento do empresário Paulo Renato Pinto de Melo, envolvido em diversos momentos e cargos políticos em Araruama, “desde um caminhão de aterro até uma contratação, tudo passava pelo ‘major’” ³⁴¹. Conforme afirmou o professor Tasso Ellen Barros, “Altevir como chefe de gabinete, passou a ser o homem forte do governo de Afrânio Valadares. Qualquer assunto era encaminhado pelo Prefeito para o ‘major’” ³⁴². Segundo Ivan Jorge de Oliveira (que viria a ser o vice-prefeito de Barretto em seu primeiro mandato)

Altevir mostrou-se um ótimo secretário: era inteligente, criativo e sabia lidar com as pessoas. Bem familiarizado com o poder legislativo e executivo, passou a ser visto pelo Afrânio e seus seguidores como uma alternativa para sucedê-lo, tanto pela competência política, como pela possibilidade de levar o grupo mais uma vez a vitória ³⁴³.

Durante a sua permanência como Secretário Geral, foi possível para Altevir Barretto penetrar na até então fechada vida política de Araruama. Pelo fato de ter sido tão atuante

³³⁹ VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, n° 7, 1998, p. 82.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 69.

³⁴¹ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 69-70.

³⁴² *Ibid.*, p. 85.

³⁴³ *Ibid.*, p. 42.

durante o mandato de Valadares, foi apontado como favorito para assumir o cargo de prefeito na próxima legislatura. Porém, pouco antes do fim de seu governo, o prefeito Afrânio teria rompido com Altevir, retirando seu apoio ao “major”. Relatou Ivan Jorge de Oliveira que

(...) Afrânio, faltando poucos meses para o fim do mandato, rompeu seu compromisso com Altevir. Como o motivo não ficou bem esclarecido, o grupo político não aceitou a decisão de Afrânio, firmando o ponto de vista que Altevir deveria continuar no cargo, o que aconteceu. E me parece que, o fato de Afrânio fazer oposição a sua candidatura só fez crescer o prestígio dele junto à população de Araruama, levando-nos a vitória contra o Dr. Mário Castanho, um candidato que era tido como invencível ³⁴⁴.

No pleito de novembro de 1976, elegeu-se prefeito de Araruama o antigo Secretário de governo Altevir Vieira Pinto Barretto, pela sublegenda nº1 do MDB. O único candidato da ARENA, Mário Reveles Castanho, representava as famílias “tradicionais” de Araruama, tendo sido prefeito da cidade pela antiga legenda da UDN entre 1963 e 1967. Segundo Vasconcellos, Mário foi, no pleito de 1976, o candidato “mais votado no município, com 7272 votos. Entretanto, não se elegeu, em virtude da soma que se fez dos votos dos seus oponentes do MDB, conforme permitia a legislação eleitoral vigente à época” ³⁴⁵. Para o jornalista Álvaro Ricardo Gonçalves, o candidato Mário Castanho, “contrariando seus correligionários, insistiu em concorrer sozinho, ao contrário de Altevir que não dispensou duas outras legendas partidárias que concorreram para sua vitória” ³⁴⁶. A atitude do candidato da ARENA em Araruama pode nos proporcionar uma rápida reflexão: concorrer sozinho em uma disputa eleitoral na qual havia evidentes vantagens em utilizar o novo recurso das sublegendas seria sinal de arrogância por parte das famílias “tradicionais” da cidade, por acreditarem que bastaria um forte candidato para ganhar as eleições? Ao contrário, Altevir Barretto, por simbolizar o “moderno”, o avesso da “tradição”, não teria demonstrado mais uma vez estar atento às novidades e oportunidades trazidas pelos novos tempos se valendo do recurso das sublegendas?

A vitória de Altevir Barretto marcava a primeira vez que uma pessoa tida como “de fora” conquistou a chefia do executivo em Araruama desde a criação deste cargo, na década

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1º edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 168.

³⁴⁶ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1º edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 113.

de 1920. Até então se sucederam no poder representantes das famílias “tradicionais” da cidade: Vasconcelos, Lessa, Raposo, Alves Branco, Bragança, Castanho, Valadares, Carvalho, Marchon. Para Viegas, o Governo de Altevir foi

contemporâneo das mudanças motivadas pela Ponte Rio-Niterói e do conseqüente aumento do fluxo de pessoas “de fora” para a cidade, é identificado como um tempo de transformações e abertura do acesso ao poder a pessoas que não faziam parte das elites locais ³⁴⁷.

Certamente a eleição de Altevir foi produto da abertura geográfica de Araruama para o resto do estado, sobretudo para a Região Metropolitana, Baixada Fluminense e cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que a grande migração de pessoas dessas áreas para Araruama nas décadas de 1970, 1980 e 1990 está relacionada com o forte crescimento da população urbana brasileira ocorrida durante a ditadura civil militar. Esses imigrantes não teriam sido bem atendidos quando chegaram aos grandes centros urbanos, pois, segundo Luna e Klein, houve insuficientes investimentos em saneamento e habitação, o que causou aumento significativo da população das favelas e loteamentos irregulares ³⁴⁸. Os novos moradores de Araruama estariam, portanto, buscando melhores condições de vida que a cidade grande não pôde oferecer naquele momento.

Aos poucos, com a chegada de pessoas provenientes, sobretudo, da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, a mentalidade e o imaginário do município de Araruama foram se alterando, assim como suas aspirações para o futuro. Da abertura geográfica e consecutiva explosão demográfica, veio a abertura política: um “forasteiro” detinha naquele momento o cargo mais cobiçado pelas famílias “tradicionais” que, segundo Tasso Ellen Barros, perderam “cada vez mais a força política. O hermetismo fez com que pouco a pouco perdessem a hegemonia política ³⁴⁹”. É preciso ponderar que, embora o monopólio destas famílias em Araruama tivesse sido quebrado, ele não se extinguiu, mas voltou a se reatualizar através do bipartidarismo instituído pelos militares. Este movimento estava em consonância com os projetos de *modernização conservadora* propostos pelo governo ditatorial. Para Aarão Reis, Ridenti e Motta, o projeto modernizador causou

³⁴⁷ VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, n° 7, 1998, p. 70.

³⁴⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

³⁴⁹ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 81.

importantes mudanças na infraestrutura do país, “com repercussões principalmente na economia, nas comunicações, no aparato tecnológico e científico, na indústria cultural, entre outros”. Porém, tais políticas de modernização implantadas naqueles anos não buscavam a alteração da ordem social: buscou-se a conservação e consolidação de certas classes como subalternas e subordinadas a segmentos privilegiados da sociedade. Segundo aqueles autores, “a mudança garantiu a continuidade, em novos termos, da velha combinação entre ‘moderno’ e ‘arcaico’ que marca a sociedade brasileira”³⁵⁰.

O primeiro governo de Altevir Barretto acabou sendo prorrogado por mais dois anos devido à reforma partidária promovida pelo presidente general João Figueiredo (1979-1985). Com esse ato, foram extintos a ARENA e o MDB, o que permitiu a criação de novos partidos políticos como o Partido Democrático Social (PDS). Nesse momento, o MDB se transformou no PMDB; surgiu também o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O processo de abertura política institucional já havia sido iniciado pelo presidente anterior, o general Ernesto Geisel (1974-1979), através da revogação do ato institucional nº 5 (AI-5) em 1978. Essa atitude fazia parte de um período de distensão política que, nas palavras do Geisel, aconteceria de forma “lenta, gradual e segura”. Para tal, foi assinada em 1979 a lei da anistia, concedendo perdão a todos os militares envolvidos com a repressão no período. Essa lei assegurou que não haveria revanchismo ao final da abertura do regime, impedindo que fossem julgados ou condenados pelos seus atos em nome do governo ou das forças armadas³⁵¹.

No contexto de distensão política ao final do regime militar, um número impressionante de obras foi realizado no município de Araruama. O novo prédio da Prefeitura Municipal, em estilo colonial, começou a ser construído no início de 1979, sendo inaugurado no dia 27 de junho de 1981. Esse evento contou com a presença do então governador do estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, do Prefeito de Niterói, Moreira Franco e do presidente do Instituto de Previdência do estado do Rio de Janeiro, o ex-senador Alberto Torres³⁵². Segundo Viegas, os “estreitos laços” entre o prefeito Altevir Barretto e o

³⁵⁰ AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 07-08.

³⁵¹ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

³⁵² VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1ª edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 173.

governador Chagas Freitas – ambos então pertencentes ao MDB – permitiram que vários órgãos estaduais passassem a ter sua sede regional no município de Araruama, como a FEEMA, SERLA, CERJ, Tribunal Regional do Trabalho, DETRAN, Secretaria de Segurança Pública, entre outros. Segundo essa autora, “a presença dessas entidades no município intensifica a influência do governo estadual nas eleições locais”³⁵³.

É interessante pensar que um prefeito que estaria representando o “moderno”, a “mudança”, deslocasse literalmente o local onde acontecia a maior parte das decisões políticas para um novo, maior e mais moderno prédio. Além da nova prefeitura, Altevir também construiu, ao lado do novo paço municipal, o prédio da Câmara Municipal em agosto de 1982; o ainda hoje único teatro da cidade, o Mercado Municipal Aderbal de Azevedo Soares (homenageando antigo prefeito da cidade) e a Biblioteca Municipal. Além disso, pavimentou várias ruas e reformou diversas escolas; remodelou as principais praças da cidade, a saber: a Ari Parreiras, Getúlio Vargas e a Antônio Raposo³⁵⁴.



Figura 09: Nova sede da Prefeitura Municipal de Araruama. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.

³⁵³ VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, n° 7, 1998, p. 86.

³⁵⁴ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1° edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 173.

Mesmo considerando que o primeiro governo de Barretto teve duração de seis anos, é notável a quantidade de obras realizadas em uma cidade como Araruama. Certamente contribuiu nesse sentido o chamado “milagre econômico” brasileiro, “produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras (...)”³⁵⁵. Também competiu para a concretização das transformações em Araruama as boas articulações políticas do prefeito com o governador do estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, que era seu correligionário no MDB. É importante atentar que Freitas foi o primeiro e único governador do estado do Rio de Janeiro durante o regime civil-militar que não pertencia a ARENA, sendo eleito indiretamente pela Assembleia Fluminense, ao contrário dos outros, que foram nomeados. Também é preciso salientar que Altevir atravessou um período político *sui generis* no Brasil: início da abertura política proposta pelo general presidente Ernesto Geisel, passando pelo término do ato institucional nº 5, a lei da anistia e o fim do bipartidarismo que permitiu a divisão da oposição ao regime³⁵⁶.

Para o vice-prefeito de Altevir durante o primeiro mandato, Ivan Jorge de Oliveira, as obras realizadas no município fizeram com que Barretto fosse reconhecido até os dias atuais como bom administrador. Oliveira conta que o Governo do estado não teria liberado recursos para tais obras:

foi justamente nesses dois anos de prorrogação do mandato que ele (Altevir) fez muitas obras. Alguns fatos contribuíram para isso: a arrecadação aumentou muito e o município passava por um crescimento econômico, facilitando grandes investimentos na infraestrutura da cidade. É bom lembrar que tudo foi feito com recursos do município sem ajuda do Governo Estadual³⁵⁷.

Outro cidadão que se lembra do aumento da arrecadação do município nesse período foi Paulo Renato Pinto de Melo. Para ele, é difícil avaliar a administração de cada prefeito em Araruama devido a diversos fatores, “principalmente o orçamentário e o número de

³⁵⁵ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 234.

³⁵⁶ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A modernização autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). **História geral do Brasil**. 9ª edição. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

³⁵⁷ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 43.

habitantes”. Para Pinto de Melo, “Altevir Barretto surgiu com novos projetos, valorizando o turismo e com o conseqüente aumento de arrecadação em seu governo, conseguiu dar uma grande avanço no crescimento da cidade em obras que até hoje são utilizadas por nossos munícipes (...) ³⁵⁸”.

O prefeito “forasteiro” incentivou uma série de eventos turísticos e culturais em Araruama, promovendo shows artísticos e competições esportivas, sempre valorizando a laguna Araruama como paisagem natural desses acontecimentos. Em 1979, a prefeitura promoveu o primeiro concurso “Miss Araruama”, sendo escolhida Elisabeth Alves Corrêa. Esta moça, com o apoio da prefeitura municipal, chegou a representar a mulher fluminense no “Miss Brasil 1979” com o título de “Miss Rio de Janeiro”, depois de também ter vencido essa competição. A “Miss Araruama” ficou em 4º lugar no evento, que aconteceu no Ginásio Presidente Médici, em Brasília ³⁵⁹.

Barretto teria inclusive incentivado os cidadãos araruamenses a usar espaços distintos dos que habitualmente eram utilizados e/ou mantidos pelas famílias “tradicionais”. O professor Tasso Ellen Barros depôs que

com sua simpatia, liderança e trabalho, ele (Altevir) preparou a própria base política e passou a dominar a política local. (...) Na saúde ao lado da Casa de Caridade, criou o Hospital São Silvestre, ao Clube Xadrez antepôs o Campestre, ao Rubro contrapôs a ajuda dos times de futebol dos bairros. Quebrava a espinha dorsal do domínio das famílias tradicionais (...) ³⁶⁰.

A Casa de Caridade foi um espaço destinado a servir à saúde no município de Araruama desde o final do século XIX. Funcionando em alguns momentos como hospital ou posto de saúde, pronto socorro ou maternidade, por muitas vezes teve seu funcionamento suspenso por dificuldades financeiras. Desde a sua fundação, muitos cidadãos das ditas famílias “tradicionais” foram provedores da Casa de Caridade. No momento do governo de Altevir Barretto, o ex-prefeito Renato Vasconcelos detinha esse posto, assim como seu avô, Bernardo Vasconcelos, havia feito há mais ou menos 60 anos antes. Incentivar o uso de um hospital “moderno” como o recém-inaugurado São Silvestre era uma forma de neutralizar a influência das antigas famílias na cidade. Assim também foi com o tradicional centro de

³⁵⁸ Ibid., p. 69.

³⁵⁹ ANELHE. Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1º edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 114-115.

³⁶⁰ Ibid., p. 85.

entretenimento de Araruama, o Clube Xadrez, frequentado pela “alta sociedade” do município. Barretto teria incentivado eventos no novo Clube Campestre, com bela vista para a laguna Araruama. Por fim, ajudou os times de futebol dos bairros, descentralizando os eventos do único estádio de futebol da cidade, o Rubro, que havia sido construído e idealizado em terreno doado com o auxílio do então prefeito João Vasconcelos, tio de Renato.

O empresário Francisco Carlos Fernandes Ribeiro foi prefeito durante duas legislaturas nos anos 2000, conhecido popularmente como “Chiquinho da Educação”. Também considerado um prefeito “forasteiro” na cidade, ele comentou sobre Altevir Barretto e sua relação com as antigas famílias em Araruama:

as famílias tradicionais queriam manter o seu domínio na cidade, impedindo que pessoas de fora assumissem o comando. Para enfrentar isso, o Altevir adotou uma política que eu não queria fazer. Uniu-se e depois os derrubou. (...) Na realidade, Altevir foi um grande prefeito, um apaixonado pela cidade, limitado pela falta de experiência empresarial ³⁶¹.

Analisando a percepção de que Altevir teria neutralizado os antigos grupos políticos da cidade, o vice-prefeito de Barretto, Ivan Jorge de Oliveira, explicou que

a afirmação de muitas pessoas em Araruama de que Altevir usou uma estratégia para anular a influência política das famílias tradicionais para chegar ao poder, na minha visão, não corresponde à verdade. Lógico que teríamos de juntar os descontentes, fossem eles de famílias tradicionais ou não ³⁶².

A partir da cisão entre Afrânio Valadares e o agora prefeito Altevir Barretto, foram criados dois grupos que começaram a se alternar no poder: um identificado como “da cidade” e outro cujo líder era considerado um “forasteiro”. Essa dinâmica continuaria a existir na política municipal nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Viegas, a partir da primeira eleição de Barretto em 1976,

alternaram-se prefeitos “filhos de Araruama” com esse mesmo “forasteiro” (como ele próprio diz ainda ser considerado). Seus respectivos “grupos” políticos constituem as duas principais facções da cidade, que ocuparam, alternadamente, no exercício do poder no município, ao longo desses anos,

³⁶¹ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 63-64.

³⁶² *Ibid.*, p. 41.

as posições de “situação” e “oposição”, nas quais as negociações em torno do sentimento de pertencimento à comunidade funcionam como fontes de poder ³⁶³.

Com o fim do mandato de Altevir Barretto em 1982, candidatou-se mais uma vez ao cargo de prefeito, agora pelo Partido Democrático Social (PDS), o médico Renato de Vasconcelos Lessa. Concorreram também, dentre outros candidatos em sublegendas, o ex-prefeito Afrânio Valadares, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Ivan Jorge de Oliveira, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse pleito, foi escolhido mais uma vez “o filho de Araruama” Renato Vasconcelos, para um governo de seis anos. Essa duração de mandato foi fruto dos arranjos políticos do processo de transição para a democracia que se desenrolavam no Brasil: nesse pleito, também foram escolhidos diretamente os governadores dos estados. A oposição ao regime só fazia crescer, perdendo os militares em dez estados, entre eles São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro ³⁶⁴. No estado fluminense, foi eleito Leonel Brizola como governador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Na época de seu terceiro mandato como prefeito municipal de Araruama (1983-1989), Renato Vasconcelos já alcançava seus 75 anos. Segundo depoimento de Tasso Ellen Barros, o “Dr. Renato, já idoso e alquebrado foi eleito pela terceira vez prefeito, como prêmio de gratidão da população. Coisa totalmente sem sentido, diante dos problemas novos que se acumulavam sobre a cidade” ³⁶⁵. Arquimedes José da Fonseca, o “Fonsequinha”, foi farmacêutico e vereador em muitas legislaturas por Araruama. Pertencente às famílias ditas tradicionais do distrito de São Vicente de Paulo, foi vice-prefeito de Renato Vasconcelos durante o seu segundo mandato. Em relação ao seu companheiro, afirmou:

Renato foi um grande político. Ele era da época em que as pessoas exerciam a política por ideologia, fato que não mais acontece. Era um médico prestativo e, com isso, granjeou muitas amizades e o respeito do povo, inclusive fazia da medicina um sacerdócio. Sua profissão o ajudou a se tornar um líder político. Mas tinha um grande defeito, era muito radical. (...)

³⁶³ VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, n° 7, 1998, p. 70.

³⁶⁴ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A modernização autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). **História geral do Brasil**. 9° edição. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

³⁶⁵ ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1° edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 81.

Quando Renato sabia que o cara passara a ser seu adversário político, voltava às costas e referindo-se a ele dizia “aquele cachorro...”³⁶⁶.

Comparando o ex-prefeito Afrânio Valadares a Renato Vasconcelos, Ivan Jorge de Oliveira afirmou que Afrânio “era um cara simpático, teimoso, fazia o que queria, mas sem desagradar ninguém. Já Renato Lessa mais fechado, se contrariado, custava a esquecer”³⁶⁷. Empossado em janeiro de 1983, Renato permaneceu no cargo até janeiro de 1989, encerrando o mandato aos quase 82 anos de idade. Nesse período, Vasconcelos recebeu do jornal *Correio de Recife* o título de “Prefeito expressão nacional do ano” de 1986, por conta de seus “incontáveis méritos administrativos e humanos, e, ainda, sua ativa e brilhante participação no desenvolvimento municipalista brasileiro”³⁶⁸.

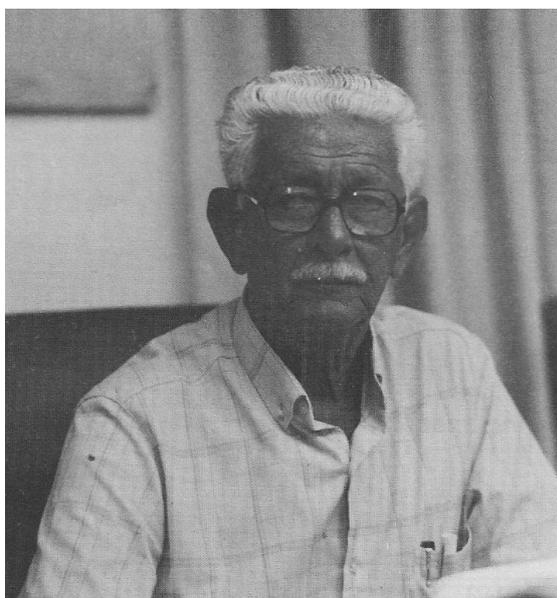


Figura 10: Prefeito Renato Vasconcelos em seu último mandato. *Municípios em Destaque*, 1988, p. 24.

Durante o governo do prefeito Renato Vasconcelos, muitas mobilizações que buscavam promover a abertura política no Brasil e sua consequente redemocratização foram feitos. Nesse sentido, o movimento conhecido como *Diretas já!* aconteceu em 1983, mobilizando milhares de pessoas em prol de eleições diretas para a Presidência da República. Em 1984 foi proposta uma emenda à constituição pelo deputado Dante de Oliveira no intuito

³⁶⁶ Ibid., p. 36-40.

³⁶⁷ Ibid., p. 44.

³⁶⁸ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 177.

de permitir eleições diretas, o que foi frustrado pelo congresso nacional com a não aprovação da lei. No ano seguinte, o Colégio Eleitoral consagrou um civil, Tancredo Neves, como presidente do Brasil, pondo fim ao regime militar ³⁶⁹. Em 1987 foi reunida a Assembleia nacional Constituinte que promulgou a nova constituição brasileira em 1988, “pondo fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário” ³⁷⁰.

Nas eleições para a chefia do executivo municipal de Araruama em novembro de 1988, candidataram-se mais uma vez os ex-prefeitos Afrânio Valadares, desta vez pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e Altevir Barretto, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse pleito podemos perceber a ausência das chamadas famílias mais “tradicionais” nas disputas pela chefia do executivo em Araruama. A essa altura, os Valadares já tinham se transfigurado nos representantes da “tradição” na cidade, em oposição ao “grupo do Altevir”. Isso demonstra, para Viegas, “o jogo entre as ‘tradições’ inventadas e reinventadas” ³⁷¹. Valadares perdeu pela segunda vez consecutiva a prefeitura com a vitória de Barretto para seu segundo mandato. A derrota do seu “professor político” – como alguns se referiam a Afrânio em relação à Altevir – veio com uma série de acusações sobre fraudes nas eleições, denunciadas pelo jornal *O Salineiro*. Segundo o editor desse periódico, o jornalista Álvaro Gonçalves, as denúncias contra o prefeito de Araruama não impediram que ele “governasse até o fim do mandato apoiado pelo então governador Wellington Moreira Franco e pelo deputado Flávio Palmier da Veiga”. O processo só foi julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro após a morte de Altevir em 1999, sendo o ex-prefeito condenado por fraude eleitoral ³⁷². Segundo aquele jornalista,

Altevir era um político carismático, muito envolvente e inteligente. Após Afrânio Valadares ter rompido com ele durante a primeira campanha a prefeito, não conseguiu impedir que inúmeros de seus seguidores passassem a ser novos correligionários de Altevir, isso era resultado da forma com que os prestigiava, com isso aumentou às fileiras do partido. Era um político de

³⁶⁹ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

³⁷⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995, p. 525-526.

³⁷¹ VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, nº 7, 1998, p. 87.

³⁷² ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1ª edição. Araruama, Hora Certa, 2010, p. 123.

diálogo e de muito prestígio político no estado, tendo sido presidente da extinta Flumitur, antes de chegar a Araruama³⁷³.

3.2 RECONSTRUINDO E “CONCILIANDO” MEMÓRIAS

A cidade que se via no final dos anos 1980 era muito diferente da Araruama da década de 1940, aberta naquele momento para o resto do estado por conta da Rodovia Amaral Peixoto. O município encontrava-se com um crescimento desordenado, o que acarretou, dentre vários outros problemas, a crescente poluição da Laguna Araruama por conta do lançamento de dejetos *in natura* em suas margens. A produção agrícola de cítricos, principalmente a laranja, que era juntamente com a pecuária de corte e leite o ponto forte da economia da cidade, começavam a entrar em declínio. O turismo ainda era responsável pelo emprego da maior parte dos trabalhadores do setor terciário, embora as condições da laguna se deteriorassem depressa, motivadas em certa medida pela extração de sal e conchas (atividades que também começavam a apresentar certa decadência)³⁷⁴. O grande fluxo de pessoas estabelecendo não só casas de veraneio, mas residências fixas na cidade em busca de melhor qualidade de vida, fugindo da violência, trânsito e poluição, provocou uma explosão demográfica que modificava a dinâmica, os hábitos e costumes da população araruamense.

No campo político, a entrada de um novo ator, externo ao tradicional jogo político da cidade de Araruama, não causou polêmica apenas por abrir a cena do poder no município para indivíduos vindos “de fora”, mas também pelas condições em ambos os pleitos em que foi vencedor. No primeiro momento em que Altevir Barretto foi eleito prefeito em 1976, houve questionamentos em relação ao uso dos votos das sublegendas, pois nesse caso, o candidato que ganhava nem sempre seria o mais votado pela população. No seu segundo mandato, as dúvidas pairaram sobre a lisura da campanha eleitoral, devido às acusações de fraude. É nesse contexto que o “forasteiro” Altevir Barretto promoveu, já no final do seu governo na década de 1990, o projeto “Levantamento e Preservação da Memória Cultural e Ambiental de Araruama”. Segundo o prefeito, “um novo tempo para Araruama se faz respeitando as diferenças, com a união de todos em prol do bem comum”. Essa união proposta pelo chefe do executivo poderia estar relacionada tanto aos grupos políticos que disputavam o poder quanto

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Panorama de uma cidade**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

à própria população, que agora estava claramente dividida entre os “*minhocas da terra*”, como eram conhecidos os nascidos na cidade, e os “de fora”, ou seja, os que migraram para o município. Aqueles representavam o modo de vida “tradicional”, “atrasado”, “interiorano”, e estes, “a modernidade”, “o evoluído”, “a cidade grande”. A convivência dessas diversas visões de mundo e modos de pensar e viver acabaram gerando uma crise na identidade do município, que necessitava “de uma história consistente e de uma administração séria, criativa, competente”³⁷⁵.

É importante questionarmos o que motivou Altevir Barretto a mobilizar esforços no sentido de promover esse levantamento histórico apenas no seu segundo mandato. Quando o prefeito falou em “esquecer as diferenças partidárias e desavenças políticas” durante o lançamento do livro *Araruama: no tempo das Histórias*, certamente não estava se referindo apenas às disputas mais antigas que ocorriam em Araruama. Acreditamos que este chefe do executivo municipal se referia também aos desdobramentos do final da ditadura civil militar brasileira. Nesse sentido, é o contexto da redemocratização, da constituinte que fornece as condições para este tipo de discurso conciliador.

Em um balanço de seu último governo, foi escrito que “os Poderes Legislativo e Executivo integraram-se de tal forma em torno do objetivo maior da Prefeitura de Altevir Barretto – valorizar o homem – que as melhorias para o povo fluem naturalmente”. Novamente podemos ver o discurso conciliador utilizado, sobretudo pensando no aspecto político, apontando a cultura e conhecimento histórico como “salvadores” da cidade:

Iniciativas da prefeitura visam garantir a memória histórica do município, proporcionar o hábito da leitura, promover eventos artísticos e de lazer, enfim, incentivar a produção intelectual que, cada vez mais, poderá colaborar na formação de uma digna cidade, habitada por um povo com seu valor reconhecido pelos governantes e políticos³⁷⁶.

Segundo o Secretário Municipal de Cultura à época, João Luiz Domingues Barbosa, o levantamento proposto pelo governo Altevir “não se trata de um projeto fechado, a ser concluído em determinado prazo. Mas sim de um processo a que estamos dando início, para que se desenvolva dentro da dinâmica social da História”³⁷⁷. Porém, o mesmo Secretário

³⁷⁵ *Municípios em destaque*. Rio de Janeiro, Norte-sul Empreendimentos Editoriais LTDA, ano XII, nº45, fevereiro de 1992, p. 01.

³⁷⁶ *Ibid.*

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 46.

chamou atenção ao fato de que foi necessário lançar o último volume das obras contendo os depoimentos dos antigos moradores, o “livro das mulheres”, antes das eleições de novembro de 1992, pois

é de praxe que, nas políticas dos municípios de interior, as últimas realizações de cada gestão se façam até as eleições – senão corre-se o risco de não serem feitas, uma vez que ou acaba o dinheiro, ou as verbas, ou o interesse de se realizar qualquer coisa que seja ³⁷⁸.

Barbosa salientou ainda que “a partir das eleições, vive-se apenas em função do próximo mandato, que, dentro da tradição do município, sempre é de oposição ao corrente, sendo impossível garantia da continuidade dos trabalhos de um governo ³⁷⁹”. Conforme previu o Secretário Municipal de Cultura de Araruama, foi eleito neste pleito um representante da “tradição”, filho de antigo prefeito Afrânio Valadares, o empresário Henrique Valadares.

Ao que tudo indica, Araruama carecia de uma história “oficial” até meados da década de 1990, até que um prefeito tido como “forasteiro” iniciou um movimento no sentido de “resgatar” a memória de uma cidade “sem história”. A princípio, essas lembranças foram transmitidas, como escreveu Pollak, “no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” ³⁸⁰. Ainda segundo esse autor, devemos estar atentos também aos *silêncios*, ou seja, aquilo que não foi dito pelos depoentes. Segundo o então Secretário Municipal de Cultura de Araruama, muitas vezes os entrevistados pediam para desligar o gravador no momento de abordar determinado assunto, ou solicitavam para omiti-lo posteriormente. Barbosa comentou que os entrevistados confiavam em sua equipe e

sabiam que tínhamos consciência de “até onde podíamos ir”, não por trabalharmos com regras pré-determinadas, mas por conhecermos bem o “terreno em que estávamos pisando” e, pela própria experiência, com a implantação do projeto, aprendemos a perceber esses limites ³⁸¹.

³⁷⁸ BARBOSA. João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 54.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n°3, 1989, p.8.

³⁸¹ BARBOSA. João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 51.

Uma das preocupações do Secretário de Cultura na época da seleção dos depoentes foi justamente o assédio de algum político ou grupo político no sentido de forçar uma entrevista que não estivesse de acordo com os objetivos do projeto, o que segundo Domingues Barbosa, não ocorreu. Nesse processo, foram vetadas também as pessoas que ainda estavam atuando politicamente em um dos lados das facções que disputavam o poder na cidade ³⁸². O filtro adotado pelos entrevistadores revela, além de uma tentativa de evitar interferências por parte de “facções” rivais ao prefeito, uma preocupação em não permitir que determinadas nuances da política à época fossem inseridas nos depoimentos. Podemos compreender que não apenas os entrevistados, mas os próprios entrevistadores sabiam quais *silêncios* e *esquecimentos* eram convenientes de serem feitos nos livros de história e memória oficial.

É importante pensar nos aspectos que possivelmente foram suavizados ou mesmo suprimidos no trabalho de enquadramento de memória em Araruama: notadamente os conflitos que eclodiam entre as facções que disputavam o poder naquele momento. O próprio recorte proposto pelos organizadores do “levantamento”, especificamente falando sobre a faixa etária dos depoentes, conduziu “naturalmente” as entrevistas para cenários anteriores aos da chegada do prefeito Altevir à Araruama. A maior parte das histórias e contextos se passam nas décadas referentes a primeira metade do século XX, momento em que os entrevistados eram mais economicamente ativos e, também, época em que as famílias “tradicionais” dominavam a vida política na cidade. Os depoimentos se referem a esse momento tanto como o da política “calma”, onde havia disputas apenas nos períodos eleitorais entre as famílias, quanto da política “violenta”, onde se podia valer de qualquer recurso para manter o poder, inclusive promover fraudes eleitorais, espancamentos e prisões arbitrárias na cidade.

A Primeira República (1889-1930) foi retratada nos depoimentos como um tempo no qual a fraude eleitoral imperava, onde os “mandões” de Araruama – coronéis rudes e iletrados – impunham sua vontade. O poder desses líderes locais foi lembrado como algo tão forte que chegava a se sobrepor ao dos próprios partidos, como o caso de um entrevistado que afirmou que “havia dois chefes políticos, não havia partidos” ³⁸³. Os coronéis foram descritos como “homens de bem”, muito “queridos” e com “muitos amigos” na cidade.

³⁸² BARBOSA, João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004, p. 47.

³⁸³ SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992a, p.51-52.

Já o Estado novo (1937-1945) foi muito associado nas entrevistas à figura de Antônio Joaquim Alves Branco, o Antonino. Prefeito eleito em 1936, foi mantido no cargo durante todo o período. Foram frequentes as lembranças sobre os laços deste chefe do executivo com o interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto, além de obras do estado no município, como o Parque Hotel de Araruama e a Orla do centro da cidade. Alguns chegaram a afirmar que Antonino era um “homem íntegro”, mas “não tinha autoridade nenhuma”, constituindo um elo entre o estado do Rio de Janeiro e o município de Araruama.

O período liberal-Democrático (1946-1964) não pareceu estar tão presente na memória dos depoentes, mesmo sendo, segundo Ferreira, um período de acesso aos direitos políticos com “uma experiência de participação política ampla”³⁸⁴. Acreditamos que o *silêncio* sobre esse momento se relaciona com um novo momento de ascensão dos Vasconcelos e de seu grupo político. Baseados na legenda da União Democrática Nacional, esta família manteve o domínio político local em quase todo o período, arregimentando a maior parte dos votos no município. A hegemonia dos Vasconcelos e de seus aliados, compostos pelas chamadas famílias “tradicionais”, só viria a se quebrar com a chegada do “forasteiro” Altevir Barretto à Araruama em finais dos anos 1960.

A família Vasconcelos foi muito mais lembrada por seu trabalho médico na cidade do que por suas obras políticas. Parece ter havido certo *esquecimento* por parte dos entrevistados acerca dos três mandatos de Renato Vasconcelos como prefeito, de seu irmão Rubens Vasconcelos também como prefeito e diversas vezes vereador e do tio de ambos, João Vasconcelos, também duas vezes prefeito e deputado estadual. Quando ocorreu de serem mencionados como líderes locais, de modo geral, os Vasconcelos foram associados nos depoimentos a certo radicalismo político. Esta família foi lembrada como inflexível àqueles que, mesmo sendo ajudados por eles, não se tornavam seus aliados. A própria prática da medicina na cidade, muitas vezes sem cobrar por isso, foi apontada como motivo principal para a longevidade da influência dos Vasconcelos no município na memória dos entrevistados.

A tentativa de salvaguardar determinada memória do município promovida por Altevir Barretto na década de 1990 buscava, em nosso entendimento, “reforçar sentimentos de

³⁸⁴ FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): Revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 148.

pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”³⁸⁵, ou seja: tentava reformular a percepção do que era ser “araruamense”, do pertencer à terra, mesmo sem ter o indivíduo nascido no município, como era o caso do próprio prefeito. Esse trabalho de resgate seria fundamental para alcançar o intuito do “major”, pois, segundo Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, coletiva ou individual, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”³⁸⁶. Dito isso, é importante nos questionarmos sobre o caráter da identidade que Altevir buscava imprimir no município. Embora tivesse um discurso “conciliador”, é preciso nos atentar sobre a *batalha de memória* travada por Barretto no sentido de descredenciar determinados grupos políticos tradicionais como legítimas lideranças locais. Acreditamos que o consenso social proposto pelo prefeito impunha à determinadas famílias, tradicionalmente detentoras do poder na cidade, a condição de não terem assim se mantido por mérito político-administrativo. Essa aprovação popular e conseqüente capacidade eleitoral existiriam, no enquadramento proposto por Altevir, devido aos serviços assistencialistas prestados à população araruamense, sobretudo na área da saúde.

Para Barretto, criar um quadro de referências ou pontos de referência foi fundamental para manter a coesão interna de uma população que havia sofrido tantas influências externas em um curto espaço de tempo, como aconteceu em Araruama naquele momento. Consideramos que o “levantamento histórico” promovido segundo governo Altevir foi uma espécie de tentativa de *enquadramento* da memória – no sentido usado por Pollak – do município, “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las”. Este trabalho interpretaria, portanto, “o passado em função dos combates do presente e do futuro”³⁸⁷. Dito isso, é fundamental atentar para o fato de os períodos dos dois governos de Altevir não estarem presentes nas memórias oficiais que o próprio prefeito tentava construir nos livros publicados pelo seu governo. No entanto, podemos apontar os rastros do enquadramento promovido por esse chefe do executivo em vários objetos materiais deixados ao longo de seus mandatos: a Biblioteca Pública Municipal, o Teatro Municipal, a nova sede da Prefeitura e da Câmara Municipal, os livros sobre a memória e a geo-história da Cidade, as Praças, o Hospital, o Centro de Memória e o Mercado Municipal, por exemplo.

³⁸⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.9.

³⁸⁶ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP editora da UNICAMP, 1990.

³⁸⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.10.

Todos esses se tornaram pontos de referência que aos poucos foram se integrando a um fundo cultural comum à população de Araruama, seja ela nascida na cidade ou não. Inclusive, é possível perceber que personalidades municipais sempre foram homenageadas no momento de batizar suas obras e realizações, sejam elas de um ou outro lado da disputa política das famílias “tradicionais” em Araruama³⁸⁸.

Altevir, enquanto representante do “moderno”, “do novo”, da “não tradição”, também era representante dos “de fora”, um “forasteiro” – desta forma atrelado a uma ambivalência que expressava tanto a abertura da cidade para o futuro quanto as mazelas que esta abertura acarretava. A tentativa de enquadrar a “tradição” no mundo moderno também representava uma forma de conciliar diferentes visões de mundo e propostas para o futuro da cidade que, naquele momento, parecia passar por uma “crise identitária”. Salvaguardar determinadas memórias e esquecimentos parecia ser algo crucial naquele período, conciliando as contradições geradas nas décadas anteriores, gerando uma nova memória coletiva e, conseqüentemente, uma nova identidade para Araruama.



Figura 11: Antiga sede da Prefeitura Municipal de Araruama. Atualmente abriga a Casa de Cultura, o Centro de Memória Municipal e as Secretarias de Cultura e Educação. Acervo Centro de Memória Municipal de Araruama.

É importante salientar que o sucessor de Barretto, o prefeito Henrique Valadares, não deu continuidade aos projetos do “Levantamento e Preservação da Memória Cultural e

³⁸⁸ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1ª edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

Ambiental de Araruama”. O novo chefe do executivo reformou o prédio da antiga Prefeitura Municipal e nele instalou a sede das Secretarias de Cultura e de Educação. No mesmo local, Valadares criou a “Casa da Cultura”, com um salão destinado a exposição de artes plásticas, oficinas e cursos ³⁸⁹. Atualmente, a Casa da Cultura abriga também o Centro de memória Municipal de Araruama, guardando parte do material reunido pelo “Levantamento” de Altevir, além de farta documentação sobre o município.

Apesar de não ter havido continuidade nos governos posteriores dos trabalhos promovidos por Barretto no sentido de “resgatar” a história da cidade, essa atitude pioneira parece ter incentivado algumas produções com caráter memorialista e ou historiográfico sobre a cidade. O ex-secretário Municipal de Cultura de Araruama, João Luiz Domingues Barbosa, defendeu em 1996 a dissertação de mestrado intitulada *Naquele tempo era uma família só: uma análise sobre família e mudança social no município de Araruama/RJ*. Esse trabalho foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), e tinha como objetivo analisar o trabalho realizado por ele no município de Araruama. A ex-coordenadora do Centro de Memória Municipal de Araruama, Ana Cláudia Coutinho Viegas, produziu e apresentou sua tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997, analisando as eleições de 1996 na cidade. Com o título de *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ*, a tese faz uma análise das dinâmicas adotadas pelos grupos políticos na cidade, traçando relações que remetem à origem das formações das “facções” políticas. Durante os anos de 1997 e 1998, o Jornalista Emmanuel de Macedo Soares publicou uma coluna no jornal *O Principal*, chamada *Araruamando*. Membro de família com grande tradição política no estado do Rio de Janeiro, Macedo Soares escreveu sobre as “coisas e gente da História de Araruama”. Em 1998 foi a vez de um membro das antigas família “tradicionais” publicar a obra que consideramos mais abrangente sobre o município, intitulado *Apontamentos sobre Araruama*. Escrita pelo advogado Sylvio Lamas Vasconcellos, sobrinho do ex-prefeito Renato Vasconcelos, a obra apresenta extensa pesquisa sobre diversos aspectos do município, extraídos por vezes de sua biblioteca pessoal. Apesar de não criticar os acontecimentos políticos e sociais que relata e enumera (e cremos não ter sido essa a intenção do autor), o livro abarca desde a fundação da cidade, passando pelo

³⁸⁹ VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1^o edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998, p. 180.

período colonial, imperial e republicano, apontando as principais figuras históricas da cidade, discorrendo por temas como os topônimos, a Laguna, as Igrejas e fazendas de Araruama.

Diversos outros materiais foram publicados sobre o município na década de 1990 e começo dos anos 2000, com maior ou menor abrangência, de assuntos que iam do turismo à política, das condições ambientais ao patrimônio arquitetônico da cidade. Porém, os trabalhos basilares para a construção de todos os que vieram depois (inclusive esta dissertação) se apoiaram profundamente na produção historiográfica produzida na década de 1990, conforme pudemos conferir nas referências bibliográficas das obras citadas. Esse fato gera especial necessidade de criticar tais fontes, procurando entender as circunstâncias em que foram produzidas e as intenções de quem as elaborou. Nossa intenção ao nos lançarmos nesse trabalho foi contribuir nesse sentido, procurando contextualizar e problematizar o período e as ações dos personagens envolvidos.

A tentativa de enquadramento da memória municipal promovida pelo prefeito Altevir Barretto gerou frutos e ganhou reverberação ao longo das décadas de 2000 e 2010. Além de influenciar a produção de outras obras sobre a história de Araruama, este chefe do executivo deixou um legado de desenvolvimento, modernidade e abertura política e social na cidade. Suas obras materiais estão definitivamente incorporadas no cotidiano da população, como se sempre estivessem lá desde a fundação da cidade. Altevir é lembrado até os dias atuais como prefeito que foi divisor de um tempo “atrasado” para o “moderno”, enquanto Renato Vasconcelos é mais lembrado pelos seus serviços médicos junto à população. Quando é apontada a atuação política de Renato, o que acontece de maneira menos recorrente, surge a imagem de seu último mandato como prefeito: um senhor de muita idade que, na prática, não governava, só assinava os papéis que colocavam sobre a sua mesa na prefeitura.

O processo de abertura política na cidade de Araruama parece não ter retrocedido: continuaram se alternando prefeitos tidos como “de fora” e da terra. Porém, houve evidente declínio das antigas famílias “tradicionais” a partir dos anos 2000 – sua presença na política municipal tornou-se praticamente nula, persistindo apenas pequeno reconhecimento e prestígio junto aos moradores mais antigos do município. Por outro lado, abundam referências em praças, prédios públicos e particulares, ruas e avenidas que tomaram emprestados os nomes de personagens das antigas famílias de Araruama. Mesmo assim, esses “ilustres” indivíduos que outrora disputaram o mando local, hoje gozam de grande indiferença e

desconhecimento da população em relação aos nomes que batizam esses lugares. Tornaram-se, assim, ilustres desconhecidos em sua própria cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa dissertação, procurei analisar determinadas relações político-familiares que ocorreram na cidade Araruama, no estado do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Estas disputas teriam sido engendradas pelos atores políticos durante a Primeira República, momento em que se daria a formação destes grupos a partir da reorganização necessária dentro de um sistema republicano. As alianças se fortaleceram no contexto de práticas políticas conhecidas como Coronelismo, típicas desse período no Brasil. Com a Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve novamente a necessidade de se adaptar o jogo político municipal de acordo com as possibilidades de então.

Com a criação do Estado Novo (1937-1945) e o estabelecimento das interventorias, muitos prefeitos eleitos diretamente foram mantidos no cargo pelos interventores, caso do chefe do executivo em Araruama, que permaneceu no cargo até 1946. Esse fato propiciou novas situações dentro das disputas políticas locais, sobretudo com a criação – em 1942 – de um órgão estadual chamado Comissão de Urbanização de Araruama. Tal instituição tinha o intuito de executar para a cidade um Plano de Urbanização, proposto pelo interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto. Esse plano, inserido em um contexto de modernização proposto pelo Estado Novo, designava um novo papel para o município, que deveria então ter sua vocação voltada pra o Turismo. Para tanto, foram executadas diversas obras na cidade, como o Parque Hotel de Araruama, o alargamento da orla, melhoramento no abastecimento de água e luz, novas pontes que integrassem partes estratégicas da cidade, além de uma rodovia estadual que cortasse a cidade às margens da laguna Araruama, ligando-a a capital.

Com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo, foi restabelecida a República no Brasil. A partir da criação dos novos partidos, Amaral Peixoto foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) no Rio de Janeiro, convidando uma das famílias mais tradicionais da cidade de Araruama, os Vasconcelos, a integrar as fileiras do partido. Como condição para tal, foi exigido pelos Vasconcelos o afastamento do antigo inimigo político mantido prefeito de Araruama durante o Estado Novo, o cidadão Antônio Joaquim Alves Branco. Com a negação de Peixoto ao pedido, os Vasconcelos se filiaram ao partido que fazia oposição a Getúlio e ao seu legado, a União Democrática Nacional (UDN), integrando os

setores que pertenceram “às oligarquias destronadas com a revolução de 1930”³⁹⁰. A partir de então, pudemos constatar que Araruama se tornou um forte reduto udenista, vencendo praticamente todos os pleitos para prefeito e mantendo sempre a maioria na Câmara Municipal.

Outro fator fundamental que alimentou as disputas políticas na nova República Liberal Democrática (1946-1964) foi a não extinção da Comissão de Urbanização de Araruama, que manteve a sua atuação no município, mesmo contra a vontade do prefeito Renato Vasconcelos, eleito em 1947. Mesmo com a garantia de autonomia municipal dada pela nova constituição de 1946, a Comissão continuava a realizar obras no intuito de concluir o Plano de Urbanização proposto na interventoria de Amaral Peixoto. Acreditamos que a atuação de um dos idealizados deste órgão, o ex-Secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, Hélio de Macedo Soares, foi de vital importância para a manutenção da Comissão no período. Macedo Soares foi o Deputado Estadual mais votado nas eleições de 1947 no estado do Rio de Janeiro, se tornando o presidente da Assembleia Legislativa fluminense e o líder do partido que detinha a maioria das cadeiras na ALERJ, o PSD. Como se não bastasse, Hélio também era irmão do governador eleito do estado do Rio de Janeiro, Edmundo de Macedo Soares.

Acreditamos que a influência de Hélio de Macedo Soares foi determinante para a efetiva atuação da Comissão de Urbanização de Araruama no município. A constitucionalidade deste órgão gerou amplas discussões que estavam contidas em uma disputa maior, que envolvia os dois lados de uma polarização entre os principais partidos do período: a UDN e o PSD. Podemos, inclusive, atrelar a longevidade da Comissão – extinta apenas em 1961 – à própria carreira do Deputado Macedo Soares. Enquanto esse demonstrou potência eleitoral, a Comissão de Urbanização de Araruama manteve intensa atividade no município, chegando a deter uma olaria e uma pedreira para abastecer suas obras, além de administrar o serviço de água de toda a cidade. No final da década de 1950 e começo de 1960, Hélio foi, aos poucos, angariando menos votos em suas candidaturas, até não conseguir obter mais nenhum cargo político. Nesse momento, também foi suprimida a Comissão de Urbanização de Araruama, depois de quase duas décadas de discussões políticas na ALERJ e na Câmara Municipal de Araruama sobre a sua constitucionalidade. Acreditamos que a atuação desse órgão foi determinante para compor a atual infraestrutura urbana do primeiro

³⁹⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

distrito da cidade, executada com um planejamento que não encontramos igual em nenhum outro município da Região do Lagos fluminense.

Por último, acreditamos ser necessário fazer uma crítica a algumas fontes por nós utilizadas para analisar o período pretendido – mais especificamente falando, das fontes geradas pelo próprio município na década de 1990. Acreditamos que houve uma tentativa de “enquadramento” da memória nesse momento, proposto pelo então prefeito Altevir Barretto, eleito prefeito entre os períodos de 1976-1982 e 1989-1993. Este trabalho, organizado em seu segundo mandato, teria tido o intuito de “conciliar as memórias” de Araruama em um período em que a cidade enfrentava rápidas transformações em função da grande explosão demográfica, causada pelo intenso fluxo de pessoas vindas “de fora” da cidade.

A abertura geográfica da cidade, iniciada com a construção de Rodovia Amaral Peixoto na década de 1940, e intensificada com a inauguração da Ponte Rio-Niterói na década de 1970, contribuiu também para a abertura política da cidade no contexto da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Inseridos em uma conjuntura de *modernização conservadora*, estes fatos propiciaram grandes transformações, não somente para o município e para as vidas dos cidadãos “comuns” de Araruama, mas também para a hegemonia das chamadas famílias “tradicionais” que disputavam o poder político no município desde o começo do século XX. Acreditamos que o discurso “conciliador” do prefeito Altevir esteve relacionado com o período da distensão política durante o regime militar, refletindo também todo o processo de redemocratização que vivia o Brasil.

O material produzido pela Secretaria Municipal de Cultura de Araruama no segundo governo de Barretto influenciou a produção historiográfica e memorialista do município por toda a década de 1990 e início dos anos 2000. Por este motivo, pensamos ser necessário contextualizar e criticar as circunstâncias da produção de determinada história oficial elaborada naquele momento. Acreditamos que Altevir Barretto buscava descredenciar determinados grupos políticos tradicionais da cidade como legítimos líderes locais, concedendo no máximo o reconhecimento por suas atividades assistencialistas na cidade.

Por fim, pudemos perceber que a cidade de Araruama esteve sujeira ao mandonismo local de grupos integrantes das chamadas famílias “tradicionais” durante a maior parte do século XX. A longevidade dessas elites pode ser explicada não somente pelo hermetismo em que vivia a cidade de Araruama – geográfica, política e socialmente – até meados dos anos 1940. Podemos atribuir o predomínio desses grupos à capacidade de adaptação e rearranjo em

momentos políticos tão distintos da história do país, sempre se articulando com as instâncias estadual e federal. Mesmo assim, parece ter havido determinada ruptura nessa dinâmica durante a década de 1970, com a eleição de um prefeito não nativo da cidade. Esse fato, inserido em momento de abertura política nacional, propiciou gradual afastamento das antigas famílias, reconfigurando as facções que disputavam o poder e resignificando o que era a “tradição” e a “modernidade” em Araruama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras citadas

AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

ANELHE, Léo. **Todas as cores da Política de Araruama**. 1º edição. Araruama, Hora Certa, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1949**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1949.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada pelo Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva à ALERJ a 15 de Março de 1950**. Niterói, Imprensa Estadual, Divisão de Obras, 1950.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O Espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. REZENDE, Vera (org.). Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012.

BARBOSA, João Luiz Domingues. Trabalhando com a memória. In: **Anais do Museu Histórico nacional**, volume 36, 2004.

BARROS, José D'Assunção. "História, Região e Espacialidade". In: **Revista Brasileira de História Regional**. Vol.10, nº1. Ponta Grossa, UEPG, 2005.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Terra e Paz, 1981.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: **Para uma nova História Cultural**. Organização: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. 1ª edição. Lisboa, Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: **Por uma História Política**. 2ª edição. Organizador: René Remond. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.

CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. **Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. FERREIRA,

Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-ômega, 1983.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA a. Verbetes, **Primeira República**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Feliciano.pdf>> . Acesso em 30 de jan. de 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). **Verbetes-biográfico**. SOARES, Edmundo de Macedo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/edmundo-de-macedo-soares-e-silva>>. Acesso em 23 de fev. de 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. **Verbetes biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/helio-de-macedo-soares-e-silva>> . Acesso em 03 de Fev. de 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). **Verbetes-biográfico**. MONTEIRO, Ismar de Góis. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/monteiro-ismar-de-gois>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. **Verbetes-biográfico**. SOARES, José Eduardo de Macedo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>. Acesso em 27 de abril de 2017.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1995.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): Revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: **Repensando o Estado Novo**. Organização: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Organização: Martha Abreu, Rachel Soihet, Rebeca Gontijo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GOMES. Angela de Castro. População e Sociedade. In: **Olhando para dentro (1930-1964)**. Volume 4. Madrid e Rio de Janeiro, Fundación Mapfre e Objetiva, 2013.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico de Brasil**. Rio de Janeiro, serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Projeto inventário de Bens culturais imóveis. Desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado do Rio de Janeiro. Caminhos do Sal**. Rio de Janeiro, 2004.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: **Cultura política, memória e historiografia**. Organizadores: Cecília Azevedo, Denise Rollemberg, Paulo Knauss, Maria Fernanda Bicalho e Samantha Viz Quadrat. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. “**Sobre a micro-história**” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

MARGARIT, Eduardo. **O resgate da história de uma ferrovia nas escolas da Região do Lagos Fluminense**. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2%20\(34\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT2/tc2%20(34).pdf)>. Acesso em 22 abr. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: *Culturas Políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

PANTOJA, Sílvia Regina. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor (1937-1945)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. 2º edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, Educ, nº14, fevereiro de 1997.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 234.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Memória de mulheres**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: No tempo das histórias**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SECRETARIA Municipal de Cultura. **Araruama: Panorama de uma cidade**. Araruama, Prefeitura de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SOARES. Emmanuel de Macedo. Araruamando: Bonsucesso. **O principal**, Araruama, p. 4, 28 mar. 1998.

SOARES. Emmanuel de Macedo. Araruamando: os Corte-Real. **O principal**, Araruama, p. 4, 22 mar. 1997.

SOARES. Emmanuel de Macedo. Araruamando: Bonsucesso. **O principal**, Araruama, p. 4, 28 mar. 1998.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministros. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>> Acesso em 27 de abril de 2017

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A modernização autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yedda Leite (organizadora). **História geral do Brasil**. 9º edição. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano, Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

WALTON, John K.. Aproximaciones a la historia de la vida cotidiana en Inglaterra, 1850-1940. In: **La historia de la vida cotidiana**. Madri, Ivis Castells, 1995.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. **Apontamentos sobre Araruama**. 1ª edição. Araruama, Alves Pereira editores, 1998.

VIEGAS, Ana Cláudia Coutinho. Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama/RJ. In: **Cadernos de Campo**. Ano VII, nº 7, 1998.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias**: uma revisão da “Política do café com leite”. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

Obras consultadas

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, Vozes, 2005.

BURGOS, Claudio Hernández. **Más Allá del consenso y la oposicion**. Revista de Estudios Sociales No. 50. Bogotá, setembro-dezembro de 2014.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo, UNESP, 2002.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: **Repensando o Estado Novo**. Organização: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. 9ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. Marcha acelerada (1930-1964). In: **Cidadania do Brasil: o longo caminho**. 10ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Planos urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache**. Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em 22 abr. 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: A campanha da mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS 2002.

FALCON, Francisco. História e poder. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Organização: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. 5º edição. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2º edição. Organizador: René Remond. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: **Por uma História Política**. 2º edição. Organizador: René Remond. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

VALLE JUNIOR, Arthur. **Araruama: ensaio de levantamento estatístico do município**. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1937.

Periódicos

A Manhã

A Noite

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário de Notícias

Jornal do Brasil

Municípios em Destaque

O Fluminense

O Jornal

O Principal

Revista da Semana